UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA DE COMUNICAÇÕES E ARTES

PATRICIA ZIMERMANN

EDUCOMUNICAÇÃO SOCIOAMBIENTAL COMO POLÍTICA PÚBLICA: A
MOBILIZAÇÃO CIDADÃ NO ECOSSISTEMA BABITONGA

São Paulo

2019

PATRICIA ZIMERMANN

**EDUCOMUNICAÇÃO SOCIOAMBIENTAL COMO POLÍTICA PÚBLICA: A
MOBILIZAÇÃO CIDADÃ NO ECOSSISTEMA BABITONGA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciências da Comunicação, da Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo (PPGCOM/ECA/USP) como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Ciências da Comunicação.

Área de Concentração III: Interfaces Sociais da Comunicação

Linha de Pesquisa: Comunicação e Educação

Orientador: Prof. Dr. Ismar de Oliveira Soares

São Paulo

2019

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo
Dados inseridos pelo(a) autor(a)

Zimmermann, Patricia

Educomunicação Socioambiental como Política Pública:: a mobilização cidadã no ecossistema Babitonga. / Patricia Zimmermann ; orientador, Ismar de Oliveira Soares. -- São Paulo, 2019.
136 p.: il. + CD.

Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação - Escola de Comunicações e Artes / Universidade de São Paulo.

Bibliografia

Versão corrigida

1. Educomunicação 2. Educomunicação Socioambiental 3. Políticas Públicas 4. Comunicação 5. Educação Ambiental I. de Oliveira Soares, Ismar II. Título.

CDD 21.ed. - 302.2

A dissertação **Educomunicação socioambiental como política pública: a mobilização cidadã no ecossistema Babitonga**, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação, da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Ciências.

Aprovada em 18 de setembro de 2019, pela banca composta por:

Banca examinadora:

Presidente: Prof. Dr. Ismar de Oliveira Soares

Assinatura: _____

Prof.(a) Dr(a): Marciel Aparecido Consani_____

Instituição: Universidade de São Paulo_____

Assinatura: _____

Prof.(a) Dr(a): Eliany Salvatierra Machado_____

Instituição: Universidade Federal Fluminense_____

Assinatura: _____

Prof.(a) Dr(a): Marcia Regina Denadai_____

Instituição: Instituto Costa Brasilis – Desenvolvimento Socioambiental_____

Assinatura: _____

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador, Prof. Ismar de Oliveira Soares, por me apresentar a Educomunicação, abrir as portas da Universidade e pela confiança.

A Escola de Comunicações e Artes, pela oportunidade de realização do curso de mestrado.

A todos os envolvidos no Projeto Babitonga Ativa e ao Grupo Pró-Babitonga por me inspirarem e apoiar este trabalho, especialmente a Universidade da Região de Joinville- UNIVILLE, por propor e incentivar o projeto Babitonga Ativa, aproximando a academia e sociedade desenvolvendo e difundindo conhecimento.

Aos que assim como eu, acreditam em um Brasil sustentável e feliz, Profa. Eliany Salvatierra, Prof. Marcos Sorrentino, Profa. Rachel Trajber, Profa. Patricia Horta e a Profa. Sueli Ângelo Furlan, Profa. Claudia Lago, Prof. Vinicius Romanini e tantos outros.

Aos pesquisadores amigos, que contribuíram direta ou indiretamente com esta pesquisa Carmen M. Gattás, Vanice dos Santos, Rafael Gué Martini, Leopoldo C. Gerhardinger, Alexandre Turra e Marcia R. Denadai,

Ao Professor Marciel Aparecido Consani, por acreditar que eu conseguiria, muitas vezes mais que eu, por exigir meu melhor, por apontar soluções e sobretudo pela amizade e paciência contribuindo para meu crescimento científico e intelectual.

Ao séquito de amigos-irmãos, que estiveram ao meu lado me fortalecendo, Izabela Pacheco Cardoso, Patricia Laura Chaves, Arlete Cubas, Monica Caprino, Lisianne Fachinetto, Alexandre Simas, Bruno Ferreira e Raquel C. Nêris que temos muitos “jantares auspiciosos” e projetos transformadores para celebrar a vida e a amizade.

Ao meu cunhado-irmão Roberto Luiz Taetz (in memoriam), que me ensinou que o mangue degradado pode ser reconstruído, como ele bem o fez na década de 1980, deixando um legado Socioambiental às margens do Canal do Linguado na Baía Babitonga.

Aos meus pais Antônio e Nilza Zimmermann, pela minha formação e a base estrutural, por terem me mostrado que sempre podemos mais, basta acreditar e fazer tudo com amor e dedicação.

Por fim, à todos que não citei mas estiveram junto de mim de uma forma ou de outra e claro, para ela que, é o motivo pelo qual estou aqui, meu melhor projeto, meu laboratório, Carolina Zimmermann Nicolazzi por entender minha ausência e por me escolher como mãe, mesmo sem ter manual. Gratidão pela leveza do sorriso e o amor incondicional.

O educador não deve se abaixar até a criança, mas elevar-se a ela e ao seu modo de ver e compreender as coisas” (KORCZAK, 1998, p.84)

.

RESUMO

ZIMERMANN, Patricia. **Educomunicação socioambiental como política pública: a mobilização cidadã no ecossistema Babitonga**. 2019. 105 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) – Programa de Pós-graduação em Ciências da Comunicação, Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

Esta investigação desenvolve-se sob as matrizes teóricas da Educomunicação, área que apresenta a inter-relação entre os campos da Educação e da Comunicação, incidindo sobre a educação formal, não formal e informal. Neste contexto, destacamos a importância da educação ambiental (EA), como elemento que difunde um processo de desenvolvimento para sustentabilidade e tem como ponto de partida a conscientização da sociedade. Nossa pesquisa está orientada para (1) identificar em que medida o conceito de Educomunicação, incorporado ao Programa Nacional de Educação Ambiental no Ministério do Meio Ambiente, permanece válido e efetivo como orientador para implantação de ações, projetos e programas no âmbito das políticas públicas ambientais. (2) Problematicar os referenciais educacionais no âmbito de sua apropriação por agentes sociais que desenvolvem projetos de educação ambiental hoje no Brasil. Para o desenvolvimento desta investigação, optamos pela metodologia de pesquisa qualitativa utilizando a técnica de análise de conteúdo (AC) para conhecer, aprofundar e colocar em prática a interpretação dos dados da pesquisa. Como resultados a Educomunicação Socioambiental como uma vertente consolidada do que chamamos aqui de “abordagem educacional” reafirmando seus diferenciais, mas, ao mesmo tempo, apontando seus pontos de convergência e intersecção com outras matrizes epistemológicas, como educação e comunicação. Assim, entendemos que se trata de uma política pública de alcance nacional, que persistiu nas últimas duas décadas, que se evidencia na adoção de pressupostos educacionais apoiando processos formativos em Educação Ambiental (EA), como é o caso do conjunto de atividades de sensibilização e mobilização socioambiental e cultural promovidas pelo Projeto Babitonga Ativa em seis municípios do estado de Santa Catarina na região sul do Brasil.

Palavras-chave: Educomunicação socioambiental; Educação ambiental, Políticas públicas ambientais; Comunicação; Unidades de conservação.

ABSTRACT

This research develops on the theoretical matrices of educommunication area that presents the interrelationship between education and communication disciplines focusing on no formal, informal and formal education. In this context we highlight the importance of the environmental education as an element that diffused a process of development for sustainability and has a starting point in the awareness of society. Our research is oriented to identify to what extent the concept of educommunication, incorporated to the National Program of Environmental Education in the Ministry of the Environment, remains valid and effective as a guide for implementation of action projects and programs in the scope of environmental public policies. To problematize the educommunicative references in the scope of its appropriation by social agents that develop projects of Environmental Education in Brazil. For this, we had analysed the integrated agenda of eco citizenship, a document obtained from a participatory process that guided the development of the actions of the active Babitonga project in Santa Catarina. For the development of this investigation, we opted for the qualitative research methodology using the content analysis technique to know, deepen and to put into practice the interpretation of the research data. As an investigation results, the socio-environmental educommunication, presents itself as a consolidated aspect of what we call here the "educommunicative approach" reaffirming its differentials, but at the same time highlighting its points of convergence and intersection with other epistemological matrices, such as popular education and communication. Thus, we understand that it is a national public policy scope, which has persisted over the last two decades and is evidenced in the adoption of educommunicative assumptions supporting the formative processes in environmental education, such as the set of activities of sensitization and social and environmental mobilization promoted by the Babitonga project that has involved 6 municipalities in the state of Santa Catarina in southern Brazil.

KEY WORDS: Socio-environmental educommunication; Environmental Education, Environmental public policies; Communication; Conservation units

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa 1 - Região abrangência Grupo Pro-Babitonga.....	101
Figura 2 - Ecossistema Babitonga.....	101
Figura 3 - Boto-cinza (<i>Sotalia guianensis</i>).....	102
Figura 4 - Tiê-sangue (<i>Ramphocelus bresilius</i>).....	102
Figura 5 - Pássaro Guará Vermelho (<i>Eudocimus ruber</i>).....	102
Figura 6 - Toninha (<i>Pontoporia blainvillei</i>).....	102
Figura 7 - Pescadores artesanais na Baía Babitonga	103
Figura 8 - Patrimônio urbanístico e arquitetônico do centro histórico de São Francisco do Sul	103
Figura 9 - Artefatos e Sambaqui. (MASJ,2019).....	103
Figura 10 - Terminais portuários.....	103
Figura 11 - Emborcamento comboio formado pela barcaça Norsul 12.....	104
Figura 12 - Mobilização social. (Jornal Anotícia, 2008).....	104
Figura 13 - Atividades da Formação continuada em Ecocidadania	105
Figura 14 - Ciclo de oficinas em educomunicação audiovisual	106

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Análise de ocorrência da palavra Educomunicação nos documentos técnicos do MMA	23
Tabela 2 - Compromissos da Educomunicação Socioambiental pelo MMA.....	27
Tabela 3 - Compromissos da Educomunicação Socioambiental pelo MMA.....	29
Tabela 4 - Indicadores da práxis educ comunicativa na Educomunicação Socioambiental	30
Tabela 5 - Produção técnica do PBA	87
Tabela 6 - Instituições parceiras do PBA na construção da AIE.....	90
Tabela 7 - Linhas de ação do PBA e estratégias de implantação	93
Tabela 8 - Conceito coletivo de Ecocidadania nos seis municípios.....	95
Tabela 9 - Questionário [1] – Pesquisadores do MMA.....	108
Tabela 10 – Respondentes do Questionário (1).....	109
Tabela 11 - Questionário [2] – Gestores do PBA.....	113
Tabela 12 - ORGANOGRAMA DO PBA	114
Tabela 13 - Classificação respostas questionário (1) quanto à abordagem educ comunicativa.....	116
Tabela 14 - Classificação respostas questionário (2) quanto à abordagem educ comunicativa.....	122

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
Educação ambiental e a importância da participação cidadã	13
PARTE I - APORTE METODOLÓGICO	19
1 DEFINIÇÃO DO PROBLEMA, HIPÓTESES E OBJETIVOS DA PESQUISA	19
1.1 Opção pela Análise de Conteúdo	20
1.2 Aplicação da metodologia ao Marco Referencial.....	22
2 CONTEXTOS HISTÓRICOS INTERNACIONAL E NACIONAL DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL	32
2.1 A Conferência de Tbilisi	32
2.2 O Relatório Brundtland	34
2.3 A Rio 92	35
2.4 Da Conferência de Tessalônica a agenda 2030	36
3 MARCO REFERENCIAL	41
3.1 Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA)	41
3.2 O Programa Nacional de Educação Ambiental (PRONEA)	42
PARTE II - DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL À EDUCOMUNICAÇÃO	52
4 EDUCOMUNICAÇÃO E EDUCAÇÃO AMBIENTAL: INTER-RELAÇÕES	52
4.1 Educomunicação Socioambiental e Sua Legitimação na Esfera Pública	62
4.2 O Educomunicador como Agente de Transformação Socioambiental.....	67
5 O PROJETO BABITONGA ATIVA.....	74
5.1 Educação Ambiental e a Questão das Águas.....	74
5.2 O Ecossistema Babitonga	76
5.2.1 O Projeto Babitonga Ativa (PBA).....	84
5.4 Ações do Projeto Babitonga Ativa	93
5.4.1 Oficinas de Ecocidadania: Educomunicação Audiovisual	97
5.4.2 2º Ciclos em Educomunicação Audiovisual.....	98

5.4.3 Palestras e oficinas socioambientais e culturais	99
5.4.4 Saraus para a expressão artística	99
5.4.5 Seminários	100
PARTE III - ANÁLISE	107
6 EDUCOMUNICAÇÃO E OS PESQUISADORES DO MMA E GESTORES DO PBA.....	107
6.1 Dos Instrumentos de Sondagem	107
6.1.1 Questionário (1) Marco Referencial.....	108
6.1.2 Questionário (2) Gestores do PBA	112
6.2 Análise Qualitativa das Respostas obtidas via Questionários (1) e (2)	115
6.2.1 Sobre os indicadores da Abordagem Educomunicativa no Questionário (1)	116
6.2.2 Sobre os indicadores da Abordagem Educomunicativa no Questionário (2)	122
CONSIDERAÇÕES FINAIS	126
REFERÊNCIAS	128
ANEXOS	132
ANEXO A – Nota divulgada no site do mma sobre evento coordenado pelo nce	132
ANEXO B – Relatório de investigação do acidente na baia babitonga	134
ANEXO C – Ação do ministério publico federal sobre o acidente na baia babitonga.....	135
ANEXO D – Respostas na íntegra, dos questionários enviados aos colaboradores do mma .	136

INTRODUÇÃO

Uma inquietação pessoal motivada pela atuação profissional nas áreas da cultura, comunicação e educação, desde 1990, nos estimulou para esta investigação. Em 2010, cursando uma especialização em comunicação, em Santa Catarina¹ e investigando a inter-relação entre comunicação e educação, pudemos obter, na ECA/USP, subsídios para uma monografia a qual tinha como objeto investigar a então recém-implantada Licenciatura em Educomunicação naquela instituição. Desde então, nossa trajetória profissional e acadêmica se direcionou para compreender as contribuições da Educomunicação nos âmbitos da educação formal, não formal e informal.

Entre os anos de 2011 e 2016 coordenamos um projeto² envolvendo oficinas de técnica radiofônica para jovens no norte de Santa Catarina, de abordagem educacional, que visava o fortalecimento de políticas públicas nas áreas de comunicação e formação em cultura do município de Joinville. As produções derivadas dessa formação abordavam temáticas como pluralidade étnico-racial, justiça social e ambiental, saúde, gênero, cidadania e consumo, sempre numa perspectiva transversal e interdisciplinar. Em 2014, a convite da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), ministramos uma palestra sobre esse assunto, em Florianópolis, onde tivemos a oportunidade de nos aproximar e conhecer o trabalho de um grupo de pesquisadores e ativistas ambientais que se tornou, mais tarde, parte integrante da equipe do Projeto Babitonga Ativa (PBA). Estabelecida tal conexão eu como agente cultural na região norte do estado de Santa Catarina, passei a observar com maior profundidade, as questões do Ecossistema Babitonga, especialmente a riqueza do patrimônio imaterial daquele lugar.

Em 2017, o PBA obteve reconhecimento nacional do Grupo de Integração de Gerenciamento Costeiro (GI-Gerco)³, secretariado pelo Ministério do Meio Ambiente

¹ Curso de Pós-Graduação (Lato Sensu) em Gestão em Comunicação Empresarial na Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI).

² Mais detalhes em: <https://www.agenciajovem.org/wp/ultimo-dia-inscricoes-para-o-educom-joinville-2014-encerram-nesta-quinta-feira/> Acesso em maio de 2019.

³ Criado pela Portaria do Ministério do Meio Ambiente nº 100, de 7 de abril de 2010, com o objetivo de promover a necessária articulação de ações das distintas unidades do Ministério, em assuntos relacionados ao gerenciamento ambiental das áreas costeiras.

(MMA), como modelo de ação ecossistêmica⁴ integrada, conferindo, desta forma, a possibilidade de se tornar modelo de gerenciamento de biomas para o país. Essas questões unidas ao fato de ter participado como conselheira de Comunicação, mais tarde, como conselheira de formação em cultura no Conselho municipal de políticas culturais em Joinville fizeram perceber e comprovar como a atuação da sociedade civil pode ser decisiva e fundamental na consolidação e ampliação de ações comunitárias em diversas áreas.

Tal fato despertou ainda mais a vontade de aproximar os olhos curiosos de pesquisadora às ações do citado projeto. Vem, portanto, desse envolvimento a nossa intenção de analisar as ações do PBA e sua incorporação da práxis educacional em atividades de educação ambiental que objetivavam mobilizar e sensibilizar a comunidade para a participação cidadã na perspectiva da sustentabilidade.

Diante da grave crise ambiental resultante de um modelo econômico baseado no extrativismo e no “utilitarismo” predatório, a sociedade global busca encontrar soluções que equilibrem e reinventem uma nova forma nos processos de produção e consumo. Nesse aspecto, é necessária uma análise sobre a importância da Educação Ambiental, numa abordagem interdisciplinar, como suporte para a formação sob outra racionalidade, na forma de concebermos e nos relacionarmos com o planeta.

Educação ambiental e a importância da participação cidadã

Em face dessa questão, nos anos 1970/80, na esteira das crises do petróleo e das denúncias dos estragos do progresso, o Brasil segue o fluxo capitalista das grandes economias, sem se preocupar com as questões ambientais. É fato que passamos por períodos de avanços, mas hoje, vivemos não só a estagnação como também, certo retrocesso, Lima (2011) destaca, sobre essa questão, o cenário daquela época que, ainda hoje, reflete as perdas que obtivemos para o capital natural⁵ brasileiro:

⁴ Alguns autores e instituições se referem aos serviços ecossistêmicos como sinônimos de serviços ambientais. Há uma tendência mais recente entre os especialistas em distingui-los de forma que os serviços ecossistêmicos se referem à contribuição da natureza para as sociedades e os serviços ambientais como as ações humanas que melhoram os serviços ecossistêmicos.

⁵ O capital natural representa a somatória de todos os benefícios que os ecossistemas equilibrados fornecem ao homem, dos mais tangíveis, como água potável, alimento e madeira, aos mais abstratos, como o valor espiritual e cultural que os ambientes naturais representam para diversas comunidades.

A concentração da atividade econômica nos centros urbanos; o acelerado êxodo rural, que transferiu a maioria da população do país para cidades sem infraestrutura para recebê-la; o modelo de produção industrial alheio a considerações ambientais; a opção, durante o milagre brasileiro, por modelo de grande escala, com obras faraônicas de alto impacto ambiental; a extrema desigualdade de renda e de oportunidades e a industrialização da agricultura, a partir dos anos 1970, com todas suas consequências perversas no ambiente natural e social, são alguns dos processos que compõem a realidade socioambiental recente do Brasil (LIMA, 2011, p. 34).

O autor apresenta uma perspectiva histórica quando menciona que o Brasil, “[...] viveu, a partir década de 1950, um ciclo acelerado de expansão urbano-industrial, baseado em um modelo tecnológico predatório, que produziu formas diversas e acumulativas de degradação ambiental” (idem, p. 35). Para Lipovetsky e Serroy (2015), é chegado o momento de tomar consciência a respeito do esgotamento dos recursos naturais e dos enormes riscos representados pela poluição industrial. Os consumidores, cada vez mais, buscam empresas e produtos que não testam seus produtos em animais, usam materiais reciclados para fazer suas embalagens, incentivam o reuso, inserem mulheres em cargos de liderança e ajudam a educar a sociedade pelas causas que defendem. Mas causas podem ir muito além de ações sociais. Elas remetem a como uma empresa, um negócio ou ONGs se posicionam sobre problemas e questões na sociedade.

Já não é mais possível assumir que a sociedade continue vivendo de forma desatrelada ao meio ambiente, sendo urgentes novas formas de consumir, ou seja, conhecer a origem e os processos de fabricação dos produtos que compramos e saber os impactos que eles causam ao longo de toda sua vida útil, da extração da matéria-prima ao descarte final, contribuindo para reflexão permanente a respeito do binômio produção-consumo, em uma era de virtual “esgotamento” dos recursos naturais. Seria o momento de incorporar esse novo sentido das coisas para uma consciência coletiva, que os autores chamam de Ecocidadania:

No momento em que o mundo tomou consciência do esgotamento dos recursos naturais e dos enormes riscos representados pela poluição

Esses benefícios, ou serviços ecossistêmico, são fruto de um maquinário extremamente complexo, cujas peças são os diversos genes e espécies encontrados em nosso planeta, ou seja, a biodiversidade. O conceito de capital natural nos ajuda a entender a base na qual toda a economia se apoia e, consequentemente, os limites para seu crescimento. Mais detalhes em: <https://www.ethos.org.br/cedoc/o-capital-natural> Acesso em julho de 2019.

Industrial a defesa do planeta se torna um novo catecismo que se choca frontalmente com a lógica artista do capitalismo [...] não se trata mais apenas de estetizar a produção mercantil e de unificar a arte e Indústria, beleza e utilidade, trata-se de inventar uma nova síntese entre indústria e Ecologia e economia de mercado e desenvolvimento sustentável. Assim a época vê se desenvolver um design sustentável que tem por tarefa criar um novo mundo Industrial, carros limpos, materiais naturais, Ecoobjetos, produtos sustentáveis e recicláveis, estamos na era do Business design que já não levanta tão somente a questão da concepção dos objetos em termos de estética e de funcionalidade mas também em termos de impacto sobre o meio ambiente. Não se trata mais de apenas desenvolver artes industriais de qualidade destinadas às grandes massas mas de conceber produtos portadores de valores que os transcendem respeito pela biosfera interativa do coletivo Ecocidadania responsável. (LIPOVETSKY; SERROY, 2015, p. 259)

Nesse aspecto, é preciso que a participação do cidadão seja efetiva em todas as instâncias da discussão para que o processo, além de transparente, seja acelerado e não se perca entre as trocas de governos. O início do processo de abertura política, após longo período de ditadura militar, possibilitou ao Brasil, o surgimento de novas organizações da sociedade civil e da sociedade política. A população foi mobilizada a participar dos destinos do Estado e intervir nos diferentes níveis de governo. As práticas de participação social na gestão pública se ampliaram e buscaram para o Brasil um espaço de inovação democrática, a partir da experimentação de diversas formas de diálogo entre Estado e sociedade. Partindo-se da constituição de Conselhos Comunitários e Conselhos Populares, nos anos 1980, do Orçamento Participativo e Conselhos Gestores, nos anos 1990 – concepções, ideias e projetos políticos que estiveram e ainda estão presentes na cena pública desde o processo de lutas pela redemocratização do Brasil até este momento, ampliados pelos Conselhos e Conferências Nacionais no período do governo Lula – percebe-se que há no cenário nacional uma diversidade de espaços públicos participativos, institucionalizados pelo Estado brasileiro, nos quais convivem velhas e novas práticas políticas e novos desafios para a construção da cidadania no Brasil.

Participação, em nosso contexto refere-se a todos os momentos e processos percorridos e vividos pelas organizações da sociedade em sua relação com projetos e políticas públicas. Por isso, a importância de formar grupos de cidadãos que sejam motivados e engajados para tal participação. Para Leroy (2010, p. 71):

Participação cidadã é vista como um processo capaz de gerar uma nova dinâmica de organização social por meio do fomento à intervenção da população nas políticas públicas. Não pode, portanto, esgotar-se dentro de um projeto, relaciona-se diretamente com questões amplas como democratização, equidade social, cidadania e defesa dos direitos Humanos. Requer também a democratização do poder sobre o uso dos recursos financeiros e sobre a definição e a implantação de políticas públicas.

Portanto, nesse âmbito, a educação seria uma das necessidades emergenciais, pois pode ser configurada como uma das formas de fortalecimento e ampliação da participação cidadã, afinal ao permitir ao sujeito (re)conhecer seus direitos, este pode ser um agente integrado aos processos decisórios de seu bairro, seu município, Estado e, conseqüentemente, de seu país. Além disso, o desenvolvimento de políticas públicas para qualificar a educação depende não somente de democratizar o acesso às escolas e universidades, mas, sobretudo, de capacitar melhor os gestores e professores dessas escolas.

Braga (2016), ao avaliar as transformações políticas, econômicas e sociais que ocorreram entre meados do século XX até a primeira metade do século XXI na América Latina, referindo-se às experiências democráticas, discorre a respeito das duas dimensões analíticas sobre a qualidade do regime: a participação e a competição política. A autora constata que:

[...] é importante mencionar que no Brasil, diferentemente dos outros países examinados, houve desde a Constituição de 1988 uma preocupação em garantir o direito de todos os cidadãos receberem dos órgãos públicos informações de seu interesse particular ou mesmo geral. Todavia esse direito somente foi regulado em 2011, no início do terceiro governo administrado pelo partido dos trabalhadores quando a Lei de Acesso à Informação (Lei nº12.527) foi promulgada. Ao ter como principal objetivo assegurar o direito de acesso a informações públicas, essa lei garantiu que a atividade estatal fosse submetida ao crivo dos cidadãos, de modo que eles pudessem exercer seu legítimo controle sobre administração pública, resultando no estabelecimento de um dos pressupostos importantes, quanto à maximização da participação cidadã e a sua realização de forma igualitária. Contudo para que esses objetivos sejam realmente alcançados uma condição anterior é crucial o nível de escolaridade da população terá de ser maior e melhor (Braga, 2016, p.34).

Já no que diz respeito à educação básica brasileira, o desafio é relativamente conhecido. Após avanços importantes nas últimas décadas, nossas crianças e jovens, em grande medida, estão na escola, entretanto, da alfabetização ao ensino médio, poucos

aprendem em níveis adequados como demonstrou uma pesquisa promovida pelo Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão e o Instituto de Pesquisa Econômica, em 2017:

96,4% das crianças e jovens estão na escola mas ainda temos 1,5 milhão de brasileiros de 4 a 17 anos fora da escola. 75,9% dos jovens com 16 anos concluíram o ensino fundamental, ou seja, 1/4 dos nossos jovens com 16 anos não concluíram o ensino fundamental. 59,2% dos jovens com 19 anos concluíram o ensino médio, a cada 100 jovens brasileiros de 19 anos, 41 não concluíram o ensino médio. 17,1% das crianças mais pobres sabem matemática em nível adequado. 7,3% sabem matemática e 27,5% sabem português no nível adequado no fim do Ensino Médio. (IPEA, 2017, p. 14)

O fraco desempenho na aquisição dos conhecimentos básicos dos alunos brasileiros, ao sair da escola, demonstra uma crise que conhecemos há décadas, a qual ainda não superamos e diz respeito à dimensão de um fazer educativo capaz de impulsionar principalmente a alegria e o prazer de aprender e estar na escola. Implica, a nosso ver, relacionar o mundo em que vivemos, o cotidiano e nossos problemas e contextos com a prática de aprender e ensinar. Essa temática será discutida neste trabalho mais adiante.

No entanto, a educação ambiental, em específico, ao educar para a cidadania, pode construir a possibilidade da ação política, no sentido de contribuir para formar uma coletividade que é responsável pelo mundo que habita e é justamente isso que nos motiva e faz com que tenhamos esse tema como impulsionador desta pesquisa e toda a práxis educ comunicativa desenvolvida nos últimos anos em variados projetos.

Assim, esta pesquisa tem por objetivo identificar em que medida o conceito de Educomunicação, incorporado ao Programa Nacional de Educação Ambiental no Ministério do Meio Ambiente, permanece válido e efetivo como orientador para implantação de ações, práticas e projetos ambientais desenvolvidos no Brasil. Para atingir este objetivo, nos propusemos a abordar o marco legal diretamente relacionado com a interface Educomunicação/Educação Ambiental e as ações do Projeto Babitonga Ativa, que ocorreram entre os anos de 2015 e 2017, de modo complementar ou comparado, o PNEA também figurará como objeto de análise, trazendo à pesquisa a perspectiva nacional de uma política pública de Educação Ambiental, na qual a Educomunicação se insere.

Nosso trabalho está dividido em três seções distintas e na primeira delas, Parte I- composta por três capítulos, o primeiro apresentamos nosso problema, hipóteses e objetivos

e como se deu o processo da pesquisa e seus aportes metodológicos no desenvolvimento da investigação, para a qual optamos pela metodologia de pesquisa qualitativa, utilizando a técnica de análise de conteúdo (AC) conforme Bardin (2016), para explorar e problematizar a inter-relação Educomunicação e políticas públicas de educação ambiental.

No segundo capítulo, buscamos situar uma sucessão de marcos históricos que contribuíram decisivamente para a construção do pensamento ambiental e socioambiental de forma a impactar diretamente as áreas de comunicação, educação e cultura, que vicejaram no contexto mundial, refletindo-se, inclusive, nossas políticas públicas. E no terceiro capítulo tratamos a respeito dos marcos legais que se institucionalizaram no Brasil, os quais refletem, em grande medida, a apropriação de grandes temas socioambientais que repercutiram mundo afora. Na segunda parte do nosso relatório, apresentamos dois capítulos – sendo que o quarto capítulo: da educação ambiental à educomunicação, discutimos as convergências possíveis entre educação ambiental e educomunicação. E assim no quinto capítulo chegamos ao projeto Babitonga ativa e suas ações. Finalmente na terceira e última parte o sexto capítulo avançaremos na exposição de nossas estratégias de recolha de dados e das informações obtidas nesse processo, visando demonstrar o alinhamento entre os conceitos norteadores da educomunicação socioambiental no âmbito do MMA e os princípios adotados para fundamentar as ações do PBA. Em última instância, pretendemos atestar, não apenas a persistência e a relevância daqueles conceitos (construídos há mais de uma década), mas também, sua legitimação social e institucional no âmbito das políticas públicas de educação ambiental no país.

PARTE I - APORTE METODOLÓGICO

1 DEFINIÇÃO DO PROBLEMA, HIPÓTESES E OBJETIVOS DA PESQUISA

Explicitamos a seguir os elementos centrais desta pesquisa, enunciados no encadeamento de Problema/Hipóteses/Objetivos, bem como as orientações metodológicas de recolha e tratamento de dados que nela adotamos.

O problema que motivou esta investigação foi nossa inquietação a respeito de “como o conceito de Educomunicação, incorporado às diretrizes do Programa Nacional de Educação Ambiental no MMA, orienta a implantação de práticas e projetos de educação ambiental na atualidade, tais como o Projeto Babitonga Ativa”?

Para nós, desde o início, as hipóteses consideradas mais importantes são as que seguem:

(1) A persistência do paradigma Educomunicação nas políticas públicas de educação ambiental no âmbito da política nacional do meio ambiente, enraizadas a partir das pesquisas do núcleo de comunicação e educação da USP.

(2) A pertinência do conceito de Educomunicação Socioambiental na condução de projetos educativos de natureza interdisciplinar e interinstitucional junto à sociedade, com base no estudo detalhado do Projeto Babitonga Ativa (PBA).

Tais hipóteses direcionaram, ao longo do processo investigativo, nossos objetivos, os quais podem ser enunciados da seguinte forma:

Objetivo Geral

Identificar como o conceito de Educomunicação, incorporado às diretrizes do Programa Nacional de Educação Ambiental no MMA, orienta, nos dias de hoje, a implantação de políticas e projetos de educação ambiental, tais como o PBA.

Objetivos Específicos

- 1 Reconstruir o percurso de construção das políticas públicas em educação ambiental no Brasil a partir dos eventos de participação cidadã que resultaram na inserção do conceito de Educomunicação no marco regulatório;
- 2 Identificar aderência dos conceitos de Educomunicação nos documentos técnicos do Ministério do Meio ambiente para implementação das práticas de educação ambiental.
- 3 Estabelecer um paralelo entre os conceitos de Educação Ambiental e Educomunicação Socioambiental na perspectiva da legitimação das atividades para transformação socioambiental através de suas respectivas abordagens;
- 4 Identificar as principais estratégias nos documentos/dados base que conectam a questão socioambiental com a abordagem educ comunicativa no caso estudado (PBA).

Esta enunciação formal de elementos nos ajudou a conduzir o processo de organização das informações levantadas a partir das diferentes fontes de pesquisa, permitindo que pudéssemos analisar indicadores válidos partindo de uma categorização estabelecida com base nos pressupostos da Educomunicação que pudemos identificar no Marco Referencial (MR) e resgatar no texto da Agenda Integrada de Ecocidadania (AIE) — documento que referencia o PBA — e no conjunto de depoimentos dos pesquisadores que colaboraram na construção do MR. Esta ordem de exposição dos dados corresponde ao percurso epistemológico que construímos, o qual se tornou mais claro depois de definida a matriz metodológica que orientou nossas análises, a saber, a Análise de Conteúdo, nos moldes propostos por Bardin (2016), da qual faremos uma breve apresentação.

1.1 Opção pela Análise de Conteúdo

Para o desenvolvimento da investigação, optamos por uma metodologia de pesquisa de abordagem qualitativa, utilizando a técnica conhecida como Análise de Conteúdo (AC) visando conhecer, aprofundar e colocar em prática uma dinâmica analítica de comunicação em processos sociais, a qual, segundo Bardin (2016):

Na Análise de Conteúdo, o texto é um meio de expressão do sujeito, onde o analista busca categorizar as unidades de texto (palavras ou frases) que se repetem, inferindo uma expressão que as representem. A Análise de Conteúdo pode ser quantitativa ou qualitativa. Existe uma diferença entre essas duas abordagens: na abordagem quantitativa se traça uma frequência das características que se repetem no conteúdo do texto. Na abordagem qualitativa se “considera a presença ou a ausência de uma dada característica de conteúdo ou conjunto de características num determinado fragmento da mensagem” (2016, p.51).

Outro autor que corrobora este viés é Minayo (2003), o qual enfatiza que a análise de conteúdo visa verificar hipóteses e/ou descobrir o que está por trás de cada conteúdo manifesto, ou seja, “(...) o que está escrito, falado, mapeado, figurativamente desenhado e/ou simbolicamente explicitado sempre será o ponto de partida para a identificação do conteúdo manifesto, seja ele explícito e/ou latente” (2003, p. 74).

Recapitulando nossos objetos de análise, eles se constituem de três grandes fontes de conteúdo, a saber:

- a. O marco referencial que reúne vários documentos norteadores desenvolvidos pelo MMA (os quais foram analisados longitudinalmente desde o início dos anos 2000).
- b. O conjunto de respostas aos questionários encaminhados diretamente aos pesquisadores-colaboradores que contribuíram para a construção do marco referencial e
- c. O conjunto de respostas aos questionários encaminhados diretamente aos profissionais envolvidos na concepção e gestão do PBA.

Para o desenvolvimento desta investigação, seguimos as três etapas, que, conforme as orientações de Bardin (2016), são: (1ª) a pré-análise; (2ª) a exploração do material; (3ª) o tratamento dos resultados e sua interpretação.

Aquela autora descreve a primeira etapa como a fase de Organização, que pode utilizar alguns procedimentos como: leitura flutuante, hipóteses, objetivos e elaboração de indicadores que fundamentam a interpretação. Na fase inicial, a da pré-análise, o material é organizado, compondo o *corpus* da pesquisa. Nela, escolhem-se os documentos, formulam-se hipóteses e elaboram-se indicadores que norteiam a interpretação final.

Em relação à escolha do universo do material e, mais especificamente, da amostra a ser analisada, a Análise de Conteúdo pressupõe a apresentação de algumas características amostrais que podem nos auxiliar nessa escolha. São elas: exaustividade, representatividade, homogeneidade e pertinência.

Em nossa pesquisa, seguindo a relação da pertinência do objeto, relacionando à adequação da amostra ao propósito de pesquisa, analisamos pela leitura flutuante em vários documentos e textos legais referentes à fase de construção da Política Nacional de Educação Ambiental e do Programa Nacional de Educação Ambiental.

Foi com base nas hipóteses mencionadas na seção 4.1 que, após a realização da “leitura flutuante”, organizamos uma estratégia para abstrair categorias específicas e seus respectivos indicadores. O primeiro dos objetos sobre os quais nos debruçamos foi, justamente, o conjunto de documentos que aqui chamamos de “Marco Referencial”, tema de que trataremos, na sequência.

1.2 Aplicação da metodologia ao Marco Referencial

Nosso levantamento preliminar (Pré-Análise) identificou diversos documentos que dialogam com os pressupostos educacionais sem, no entanto, referir-se a eles nessa terminologia. Visando reduzir as possíveis ambiguidades ou a excessiva “extensão” dos conceitos derivados da Educação para além de seu emprego *strictu sensu*, realizamos uma pré-seleção de textos legais e técnicos nos quais verificássemos a ocorrência explícita daquele termo. Assim, tendo em vista esse objetivo, pudemos aferir a ocorrência do termo Educação em dezesseis documentos técnicos produzidos pelo MMA para orientar ações, projetos e programas em Educação ambiental, no período entre 2005 e 2008, e também a atualização do PRONEA de 2018, conforme se pode acompanhar na Tabela 1.

Tabela 1 - Análise de ocorrência da palavra Educomunicação nos documentos técnicos do MMA			
Documento	Ficha Técnica	Resumo	Citações
Nº1: CIEAs - Comissões Estaduais Interinstitucionais de Educação Ambiental	Série: Documentos Técnicos Páginas: 24p. Edição: 1ª / junho, 2005	Esse documento contém diretrizes e elementos básicos para subsidiar a construção, fortalecimento e democratização das CIEAs no país.	Zero
Nº2: Programa de Educomunicação Socioambiental	Série: Documentos Técnicos Páginas: 27p. Edição: 1ª / junho, 2005	Documento apresenta a abordagem conceitual da 'Educomunicação socioambiental' bem como os princípios, objetivos e ações para a implementação de um programa nacional no âmbito da educação ambiental difusa, envolvendo os meios de comunicação de massa e promovendo a articulação entre a comunidade de educadores e comunicadores ambientais.	34
Nº3: Construindo juntos a educação ambiental brasileira: relatório da consulta pública do Programa Nacional de Educação Ambiental	Série: Documentos Técnicos Páginas: 31p. Edição: 1ª / julho, 2005	Relatório da realização da consulta pública do Programa Nacional de Educação Ambiental, realizada em setembro e outubro de 2004 ouvindo e registrando as demandas de 800 educadores ambientais no país.	1
Nº4: Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável: relatório da pesquisa aplicada junto ao público do V Fórum Brasileiro de Educação Ambiental	Série: Documentos Técnicos Páginas: 50p. Edição: 1ª / agosto, 2005	O relatório apresenta a análise efetuada em relação ao total da amostra e à estratificação etária e por gênero, e também em comparação com os resultados obtidos com a mesma pesquisa aplicada pelo governo mexicano em abril junto a 101 especialistas em educação ambiental na América Latina e Caribe.	1
Nº5: Programa Latino-americano e Caribenho de Educação Ambiental	Série: Documentos Técnicos Páginas: 58p. Edição: 1ª / agosto, 2005	Construído no âmbito dos congressos ibero-americanos de educação ambiental, em função da articulação dos gestores públicos responsáveis pela educação ambiental nos ministérios do meio	1

		ambiente da América Latina e Caribe. Esse documento apresenta um breve panorama histórico de seu surgimento.	
Nº6: O desafio do Movimento Sharing Nature na Educação Ambiental Contemporânea	Série: Documentos Técnicos Páginas: 20p. Edição: 1ª / março, 2006	Aborda a trajetória de consolidação do Movimento Sharing Nature no Japão.	2
Nº7: Portfólio do Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental	Série: Documentos Técnicos Páginas: 71p. Edição: 1ª / abril, 2006	A presente publicação reúne os principais programas, além de apresentar as modalidades de apoio e fomento à educação ambiental que o MEC e MMA possuem.	9
Nº8: Programa Nacional de Formação de Educadoras(es) Ambientais	Série: Documentos Técnicos Páginas: 53p. Edição: 1ª / abril, 2006	O presente documento apresenta os objetivos e a metodologia proposta no Programa Nacional de Formação de Educadoras(es) Ambientais, com destaque para a criação dos Coletivos Educadores.	12
O Ministério do Meio Ambiente não disponibiliza em seus arquivos a edição de número 9, o que nos impossibilitou avaliar tal documento.	X	X	X
Nº10: Comissão de Meio Ambiente e Qualidade de Vida na Escola - Com-vida	Série: Documentos Técnicos Páginas: 31p. Edição: 1ª / abril, 2007	A Com-vida é uma das ações estruturantes do Programa Vamos Cuidar do Brasil com as Escolas, da Coordenação Geral de Educação Ambiental do Ministério da Educação.	1
Nº11: II Conferência Nacional Infanto-Juvenil pelo Meio Ambiente	Série: Documentos Técnicos Páginas: 179p. Edição: 1ª / abril, 2007	Este documento descreve a metodologia, os produtos e a avaliação da segunda edição da Conferência, realizada em 2005/2006, envolvendo 11.475 escolas e	9

		comunidades e 3.801.055 pessoas em 2.865 municípios.	
Nº12: Mapeamento da Educação Ambiental em Instituições Brasileiras de Educação Superior: elementos para políticas públicas	Série: Documentos Técnicos Páginas: 35p. Edição: 1ª / abril, 2007	Esta pesquisa retrata a dificuldade da internalização da temática ambiental nos programas de graduação e pós-graduação das IES e apresenta dados sobre atividades já formalizadas em algumas dessas instituições.	1
Nº13: Programa de Formação Continuada dos Analistas Ambientais do MMA	Série: Documentos Técnicos Páginas: 55p. Edição: 1ª / dezembro, 2006	O Programa de Formação Continuada dos Analistas Ambientais é compreendido como etapa de uma proposta mais ampla, a Política de Formação dos servidores do MMA um histórico do processo de construção coletiva deste programa.	6
Nº14: O passo a passo para a ação Municípios Educadores Sustentáveis	Série: Documentos Técnicos Páginas: 43p. Edição: 1ª / março, 2007	Esta publicação nos traz, de modo didático e objetivo, sugestões com alguns procedimentos para implantação da Ação Municípios Educadores Sustentáveis.	9
Nº15: Mapeamentos, Diagnósticos e Intervenções Participativos no Meio Ambiente	Série: Documentos Técnicos Páginas: 85p. Edição: 1ª / novembro, 2007	Documento Técnico, chamada MAPPEA, tem por objetivo orientar Coletivos Educadores no momento inicial de um programa de educação ambiental para a sustentabilidade do território.	Zero
Nº16: Relatório de Gestão 2007 a Julho de 2008	Série: Documentos Técnicos Páginas: 160p. Edição: 1ª / setembro, 2008	O texto do Relatório estrutura-se de acordo com as três Linhas de Ação, seguindo as orientações para Educação Ambiental no ensino não-formal estabelecidas pelo Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA).	29
Educação Ambiental. Por um Brasil Sustentável	ProNEA, Marcos Legais e Normativos Páginas: 102p. Edição: 5ª, 2018.	Esta publicação é uma contribuição à reflexão, debate e ação da Educação Ambiental e da Política Nacional do Meio Ambiente, sendo que ideias e conceitos de documentos referenciais ao ProNEA, aqui anexados, não expressam necessariamente a posição do MMA.	11

Já na etapa de exploração do Material, dos vários documentos técnicos que referenciaram, no plano federal, a implementação de políticas públicas para a Educação Ambiental no Brasil, os quais foram elaborados pelo Ministério do Meio Ambiente e pelo Ministério da Educação, destacamos para uma análise mais aprofundada o Documento Técnico nº 2, publicado no ano de 2005, com o título “Programa de Educomunicação Socioambiental”.

Em nosso entendimento, este texto em particular incorpora exemplarmente os aportes da Educomunicação, provavelmente devido ao papel central exercido pelos colaboradores vinculados ao NCE/USP.

A referida publicação declara seus objetivos como (1) “tornar-se um referencial pedagógico da Educomunicação na implementação da Lei 9795/99”, (2) “sistematizar o quadro de referência para a ação comunicativa no campo da Educação Ambiental” e (3) “apresentar diretrizes para a formulação de políticas de comunicação como parte das políticas e programas federais e locais de meio ambiente e Educação Ambiental” (MMA, 1999). O mesmo documento foi reeditado pelo MMA em 2008, passando a ser denominado “Educomunicação Socioambiental: Comunicação Popular e Educação” — mais conhecido como “texto base” — apresentando os “compromissos” dos “princípios norteadores” do PRONEA considerando os fundamentos e antecedentes da versão do documento editado em 2005.

Os oito (8) compromissos da Educomunicação Socioambiental seguem relacionados na Tabela 2:

Tabela 2 - Compromissos da Educomunicação Socioambiental pelo MMA

1º Compromisso com o diálogo permanente e continuado	Pelo princípio do diálogo, a Educomunicação Socioambiental deve promover a inclusão de atores e perspectivas com valorização de experiências acumuladas, bem como de novos modos de ver e novas formas de fazer, sempre pelo bem comum. Isso exige ampliação dos espaços de diálogo e de argumentação e contra-argumentação, dando materialidade à oportunidade do controle social. Uma ação não-competitiva, inclusive no campo ideológico, mas lúcida de seu papel de dar visibilidade e escuta à diversidade. No âmbito de uma política pública, é uma ação constantemente recíproca entre governo e sociedade.
2º Compromisso com a interatividade e produção participativa de conteúdos	A interatividade na Educomunicação Socioambiental significa, principalmente, canalizar a ação comunicativa advinda dos educadores ambientais, e não apenas levar informação e conhecimento pré-editados. Na perspectiva educadora, toda a produção de conteúdos deve ser aberta e participada sem domínio de tecnologia e de saberes especializados que imponham suas competências por mérito acadêmico. Portanto, ela também põe em questão a reserva de mercado para profissionais de comunicação. O educador popular trabalha nas duas frentes: absorve tanto a educação como a comunicação, não só como dever de instituições e profissionais constituídos, mas a de todo o cidadão que luta pela sustentabilidade.
3º Compromisso com a transversalidade	Uma comunicação para a sustentabilidade socioambiental que não se contente com um discurso especializado em ecologia, mas tenha clareza de suas interfaces com todos os campos de saber envolvidos na questão socioambiental, e com as produções discursivas de função estética, pedagógica, espiritualista, jurídica, histórica, etc. Transversalizar no uso de formatos de mídia. Buscar, também, valorizar as formas de intermídia, isto é, sempre que possível conjugar e articular diferentes modos de canalizar a informação. Por exemplo, a programação de rádio pode ser distribuída por emissoras, por páginas eletrônicas e por CD-ROM, além de gerar publicações.
4º Compromisso com o Encontro/Diálogo de Saberes	O Encontro de Saberes é a promoção e valorização da união e do contato entre diferentes atores - pessoas, instituições, gerações, gêneros, culturas, territórios, numa atmosfera de respeito mútuo, sempre fortalecidos pela ação dialógica. O Diálogo de Saberes é fundamento metodológico para quaisquer práticas de Educomunicação. Ele é a promoção do contato e diálogo entre práticas, conhecimentos, tecnologias, papéis sociais e políticos. Portanto, uma comunicação socialmente mobilizadora para atuar na formação de alianças e redes, além de favorecer as já existentes.
5º Compromisso com proteção e valorização do conhecimento tradicional e popular	A Educomunicação Socioambiental respeita e favorece a autonomia das identidades individuais e coletivas, no contexto das comunidades tradicionais e indígenas. Por isso, se preocupa em prevenir a apropriação indevida de informações, imagens, conhecimentos e tecnologias sociais de comunicação tradicionais e populares, uma vez que grande parte deste patrimônio ainda não está devidamente reconhecido e protegido por lei. Nestes casos, preconiza a lógica da repartição de benefícios, materiais e imateriais, quando da circulação de bens destas culturas. Cabe ao campo da Educação Ambiental, considerando-se o mesmo princípio, defender o direito de acesso e autogestão das expressões culturais dos povos indígenas e comunidades tradicionais junto aos meios de comunicação de massa.
6º Compromisso com a democratização da comunicação e com a acessibilidade à informação socioambiental	A Educomunicação Socioambiental visa favorecer e otimizar a organização da sociedade – uma comunidade organizada é um indicador seguro de continuidade e sustentabilidade do processo comunicativo. A democratização pressupõe igualmente condições de acesso, não só à informação socioambiental, mas também aos seus meios de produção e à sua gestão participativa, incorporando os valores democráticos de forma intrínseca às práticas cotidianas e como expressão da subjetividade humana. Desta forma, os processos educacionais devem apontar para formas de autonomização das produções e evitar a especialização de círculos profissionais que cumpram este papel em substituição à coletividade. Cabe lembrar que este princípio reafirma e atualiza o Princípio 14 do Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global (1992), que “requer a democratização dos meios de comunicação de massa e seu comprometimento com os interesses de todos os setores da sociedade”.
7º Compromisso com o direito à comunicação	Significa o reconhecimento da comunicação como um direito humano fundamental. Ele envolve mais que o direito à informação, à liberdade de expressão como condição indispensável à emancipação e ao acesso a gestão dos meios. A Educomunicação Socioambiental pode ser vista como uma prática de democracia, sustentabilidade e liberdade e, nesse sentido, mantém estreita relação com as demais políticas de proteção da vida e promoção dos direitos humanos. Portanto, é um meio de efetivação do direito à comunicação. Assim como fazer educação, fazer comunicação, nesse caso, é mais que um ato profissional. É, sim, um direito e uma ação emancipatória de todo cidadão.
8º Compromisso com a não discriminação e o respeito à individualidade e diversidade humana	O trabalho da Educomunicação Socioambiental está fundamentado na ética do cuidado e o respeito à diversidade humana, em todos os níveis. Por isso, adota linguagens inclusivas, que não sejam discriminatórias, estigmatizantes, sexistas, racistas, preconceituosas em relação a crenças individuais, ideologias, orientação sexual e identidade de gênero, e que assegurem a visibilidade e a igualdade de oportunidades de participação, manifestação e resposta a todas e todos.
Fonte: Elaborado pela pesquisadora com base em dados fornecidos pelo MMA (MMA, 2008).	

Tais “Compromissos” e seus distintos enunciados, serviram como fonte de dados e foram codificados a partir das unidades de registro. Para Bardin (2016), uma unidade de registro significa uma unidade a se codificar, podendo esta ser um tema, uma palavra ou uma frase. Em nosso caso utilizamos as palavras dos referidos textos.

Com base em tais compromissos, foi possível abstrair três grandes linhas de ação por eles norteadas e direcionadas para sustentar ações práticas referentes à Educomunicação Socioambiental. Estas seriam:

- 1ª – Articulação de Ecossistemas Comunicativos no campo da Educação Ambiental;
- 2ª – Produção interativa / participativa em mídias massivas;
- 3ª – Formação do Educomunicador Socioambiental (MMA, 2008).

Àquela altura, nos servimos de expressões-chaves que se alinham com os conceitos da Educomunicação para definir uma abordagem educ comunicativa em três eixos distintos sendo eles: (I) nos pressupostos éticos e conceituais, (II) nos mecanismos de ação, (III) no papel dos gestores. Estes “Eixos-Categorias” permitiram uma filtragem de viés interpretativo na qual expressões equivalentes foram aglutinadas.

Tabela 3 - Compromissos da Educomunicação Socioambiental pelo MMA

[I] NOS PRESSUPOSTOS ÉTICOS E CONCEITUAIS	[II] NOS MECANISMO DE AÇÃO	[III] NO PAPEL DOS ATORES
Ia. Compromisso com (os princípios da) educação como a comunicação (2º)	II.a. Formação de alianças e redes (4º) (Para) favorecer e otimizar a organização da sociedade (7º)	III.a.Inclusão de atores
Ib. Respeito mútuo (4º)	II.b. Ampliação dos espaços de diálogo (1º)	III. a.1. Valorização de experiências (1º)
Ib.1. Respeito à diversidade humana (8º)	II.b.1. (Garantia de espaços para a) Argumentação e contra argumentação (1º)	III.a.2. Novos modos de ver e novas formas de fazer (1º)
Ic. Direito à informação, à liberdade de expressão (7º)	II.b.2. (Intercâmbio de) papéis (4º)	III.b. Promoção e valorização da união e do contato entre diferentes atores (4º)
Ic.1. Direito de acesso e autogestão das expressões culturais (5º)	II.b.3. Adoção de linguagens inclusivas, que não sejam discriminatórias (8º)	III.c. (Promoção da) Autonomia das identidades individuais e coletivas (5º)
Id. Clareza de suas interfaces com todos os campos de saber (3º)		
Ie. Alteridade	II.c. Ação não-competitiva (1º)	
If. Direito à informação e Comunicação	II.c.1 Repartição de benefícios, materiais e imateriais (5º) / (Intercâmbio de) saberes (4º)	
Ig.Transdisciplinariedade (Transversalidade/ Transmidialidade)	II.c.1.1. Produção de conteúdos deve ser aberta (2º) (Para) prevenir a apropriação indevida, conhecimentos e de comunicação tradicionais e populares (5º)	
	II.c.1.2. Acesso e gestão participativa da informação socioambiental e seus meios de produção (6º)	
	II.c.1.3. Transversalizar no uso de formatos de mídia (3º)	
Fonte: Elaborado pela pesquisadora a partir da síntese dos 8 compromissos da Educomunicação Socioambiental (MMA,2008).		

A terceira e última etapa — a categorização — que, segundo Bardin (2016) consiste na classificação dos elementos segundo suas semelhanças e por diferenciação, com posterior reagrupamento, em função de características comuns, nos permitiu sistematizar um quadro comparativo distribuindo termos e expressões.

Para que pudéssemos chegar aos indicadores da práxis educacional na educação Socioambiental separamos enquanto conceito e enquanto prática, para isso dentro de conceito distinguimos os princípios e os conceitos-chaves e para a prática um conjunto formado por estratégias (global e aberta), instrumentos ou ações capazes de viabilizar as estratégias e as atividades específicas para atingir objetivos pré-definidos, chamados aqui de ferramentas.

Para nossa investigação utilizamos o conceito-chave de Redes, a partir do que Castells (2014) ressalta que:

(...) quanto mais a globalização se estrutura em cima de redes de informação e atuações com escala supranacional (derivadas, em grande parte, da expansão política e de mercado do ocidente), mais ela esbarra em resistências locais. Baseadas na ideia de “identidade”, as fronteiras nacionais e fundamentalismos acabam ganhando força.

Nesta perspectiva também entendemos (Castells,2014) “Identidades, sejam pessoais ou coletivas, costumam se organizar a partir de vínculos que reúnem indivíduos a partir de algum traço, mais forte ou mais fraco, em comum.” O autor chama atenção para o fato de identidades também surgirem a partir das diferenças: eu sou alguém porque não sou algum outro. Em uma sociedade global, a reafirmação dos elementos da identidade e a construção de barreiras baseadas nas diferenças ganham importância na medida em que os elementos fundamentais da identidade, como a cultura e as práticas sociais locais, são integrados a uma perspectiva global.

Como compilamos a seguir na Tabela 4:

Tabela 4 - Indicadores da práxis educomunicativa na Educomunicação Socioambiental	
(1) ES enquanto conceito	(2) ES enquanto prática
<p>1.a) Princípios</p> <p>Redes Sociedade</p> <p>1.b) Conceito Chave</p> <p>Transversalidade Autonomia/identidade</p>	<p>2.a) Estratégia</p> <p>Inclusão; Não competitividade(colaboração); inovação; transmidialidade.</p> <p>2.b) Instrumento</p> <p>Diálogo; Gestão participativa; Valorização do outro e de suas experiências.</p> <p>2.c) Ferramentas</p> <p>Produção de conteúdos abertos; Compartilhamento; Contra argumentação (Contranarrativa/contra discurso)</p>
Fonte: Elaborado pela pesquisadora.	

Ao final, no momento da exploração do material, os dados foram transformados sistematicamente e agregados em unidades, de modo a dar suporte a dois procedimentos

importantes na leitura analítica e interpretativa das outras fontes pesquisadas — isto é, o conjunto dos depoimentos dos colaboradores originais (pesquisadores que trabalharam na elaboração dos documentos do MMA) e as falas dos respondentes ao questionário encaminhado para os gestores do PBA como veremos no Capítulo que tratará da análise da pesquisa.

A aplicação da sistemática de Análise de Conteúdo, na primeira das duas fontes de dados, agrega um viés qualitativo resgatando aspectos do processo inicial de alinhamento entre o MMA e a Educomunicação, dando voz aos atores históricos envolvidos naquele processo. Por outro lado, a mesma abordagem direcionada à segunda das duas fontes, procura validar, no presente, os pressupostos educacionais mapeados ao longo do processo, apontando para sua persistência histórica e aplicabilidade no contexto atual. É disso que trataremos no capítulo 6.

2 CONTEXTOS HISTÓRICOS INTERNACIONAL E NACIONAL DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Na sequência, detalharemos uma sucessão de marcos históricos que contribuíram decisivamente para a construção de um pensamento ambiental e socioambiental de forma a impactar diretamente as áreas de Comunicação, Educação e Cultura, que vicejaram no contexto mundial, refletindo-se, inclusive, nossas políticas públicas.

2.1 A Conferência de Tbilisi

Valendo-nos desse quadro geral, poderíamos enumerar infindáveis impactos socioambientais decorrentes do modo pelo qual as forças econômicas se organizaram no país nas últimas décadas. Importante destacar aqui, para melhor compreensão dessa temática, a influência de alguns eventos que consideramos como “divisor de águas” para o desenvolvimento das políticas públicas na área de educação ambiental no mundo, como a Conferência Intergovernamental de Tbilisi, ocorrida em 1977, na antiga União Soviética, considerada um dos principais eventos de Educação Ambiental do Planeta. Essa conferência foi organizada a partir de uma parceria entre a UNESCO e o Programa de Meio Ambiente da ONU-PNUMA e, desse encontro, saíram definições, objetivos, princípios e estratégias para a Educação Ambiental no mundo.

Nessa conferência estabeleceu-se que “o processo educativo deveria ser orientado para a resolução dos problemas concretos do meio ambiente, através de enfoques interdisciplinares e de participação ativa e responsável de cada indivíduo e da coletividade” (UNESCO, 1977).

Entre os documentos oriundos da conferência de Tbilisi, algumas recomendações aos países membros foi a adoção de alguns critérios para contribuir na orientação dos esforços para o desenvolvimento da educação ambiental, em âmbito regional, nacional e internacional. No que diz respeito à recomendação 3, são estabelecidas as diretrizes da Educação Ambiental de forma a ressaltar que ela não possui um marco inicial, mas, sim, que corresponde a um conjunto de atitudes ambientais baseadas na mobilização permanente da população. Sendo

assim, destacamos o texto baseado na Conferência de Tbilisi que apresenta e difunde as finalidades da Educação Ambiental, como sendo:

- 1-Promover a compreensão da existência e da importância da interdependência econômica, social, política e ecológica.
- 2- Proporcionar a todas as pessoas a possibilidade de adquirir os conhecimentos, o sentido dos valores, o interesse ativo e as atitudes necessárias para protegerem e melhorarem o meio ambiente.
- 3- Induzir novas formas de conduta, nos indivíduos e na sociedade, a respeito do meio ambiente. (UNESCO, 2019, on-line)

Trata-se do papel das escolas, desde as séries iniciais até a formação de profissionais especializados. Portanto, uma visão ampliada do homem em seus aspectos econômicos, social, político e cultural. Uma visão de homem “ecológico”, socioambiental. Explicita-se em seus objetivos a preocupação de sensibilizar e mobilizar as pessoas para a proteção do meio ambiente.

a) consciência: ajudar os grupos sociais e os indivíduos a adquirirem consciência do meio ambiente global e ajudar-lhes a sensibilizarem-se por essas questões; b) conhecimento: ajudar os grupos e os indivíduos a adquirirem diversidade de experiências e compreensão fundamental do meio ambiente e dos problemas anexos; c) comportamento: ajudar os grupos sociais e os indivíduos a comprometerem-se com uma série de valores, e a sentirem interesse e preocupação pelo meio ambiente, motivando-os de tal modo que possam participar ativamente da melhoria e da proteção do meio ambiente; d) habilidades: ajudar os grupos sociais e os indivíduos a adquirirem as habilidades necessárias para determinar e resolver os problemas ambientais; e) participação: proporcionar aos grupos sociais e aos indivíduos a possibilidade de participarem ativamente nas tarefas que têm por objetivo resolver os problemas ambientais (idem).

No Brasil, a influência de Tbilisi se fez presente na Lei n 6.938, de 31 de agosto de 1981, que institui a Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA), em suas finalidades e mecanismos de formulação e execução. A lei dispõe em seu artigo 2º, princípio X, sobre a educação ambiental, levando em conta a importância de capacitar a comunidade para a defesa do meio ambiente: “Art 2º - Princípio X - educação ambiental a todos os níveis de ensino, inclusive a educação da comunidade, objetivando capacitá-la para participação ativa na defesa do meio ambiente” (PNMA,1981). As Recomendações da Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental aos Países Membros estão ativas até os dias de hoje conforme anunciado no *website* do MMA:

Desenvolvimento eficaz da educação ambiental exige o pleno aproveitamento de todos os meios públicos e privados que a sociedade dispõe para a educação da população: sistema de educação formal, diferentes modalidades de educação extraescolar e os meios de comunicação de massa; Ação da educação ambiental deve vincular-se à legislação, às políticas, às medidas de controle e às decisões que o governo adote em relação ao meio ambiente (MMA, 2019, on-line).

Dessa forma, o desenvolvimento das políticas públicas para Educação Ambiental no Brasil segue na perspectiva de alcançar estratégias para implementação de ações, estimulando a articulação de gestores federais, estaduais, municipais e a sociedade civil na implementação de processos educativos que promovam o protagonismo social na gestão pública da biodiversidade, aproximando-se da demandas internacionais.

2.2 O Relatório Brundtland

Em 1983, a médica Gro Harlem Brundtland, mestre em saúde pública e ex-primeira ministra da Noruega, foi convidada pela Secretaria Geral da Organização das Nações Unidas para estabelecer e presidir a Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento. A escolha da especialista se deveu ao fato de ela ter realizado um trabalho pioneiro para a época, enxergando a saúde para além do mundo médico e agregando em suas ações muitas atividades ligadas ao meio ambiente e ao desenvolvimento humano.

O relatório Brundtland, porém, só ficaria pronto em 1987, após dezenas de reuniões da Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, por ela liderada e composta por especialistas de diversas áreas. Considerado altamente inovador para aquela época, o relatório foi o primeiro a trazer para o discurso público o conceito de “Desenvolvimento Sustentável”. O relatório Brundtland apresentou dados sobre o aquecimento global e a destruição da camada de ozônio, temáticas novas para o momento de seu lançamento. O relatório estabelecia, ainda, uma série de metas a serem seguidas por nações de todo o mundo para evitar o avanço da destruição ambiental e o desequilíbrio climático. Nesse sentido, representou uma iniciativa pioneira, ainda que, na atualidade, as nações ainda não tenham chegado a um consenso sobre como agir em conjunto em prol do desenvolvimento sustentável. Nesse aspecto, Jacobi elucida que:

A partir de 1987, a divulgação do Relatório Brundtland, também conhecido como “Nosso futuro comum”, defende a ideia do “desenvolvimento sustentável” indicando um ponto de inflexão no debate sobre os impactos do desenvolvimento. Não só reforça as necessárias relações entre economia, tecnologia, sociedade e política, como chama a atenção para a necessidade do reforço de uma nova postura ética em relação à preservação do meio ambiente, caracterizada pelo desafio de uma responsabilidade tanto entre as gerações quanto entre os integrantes da sociedade dos nossos tempos (JACOBI, 2003, p. 194).

Finalmente, a partir do relatório Brundtland, o entendimento de que é necessária uma nova postura e com isso o conceito de desenvolvimento sustentável caracteriza-se como uma proposta de direcionar recursos e desenvolver tecnologias capazes de promover o equilíbrio entre os objetivos de desenvolvimento econômico, social e a conservação ambiental.

2.3 A Rio 92

Em 1992, ocorreu a Conferência sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Eco-92 ou Rio-92), que aconteceu no Rio de Janeiro, na qual foi consolidado o conceito de desenvolvimento sustentável, que passou a ser entendido como o desenvolvimento a longo prazo, de maneira que não fossem exauridos os recursos naturais utilizados pela humanidade. Nesse evento foi acordado que os países em desenvolvimento deveriam receber apoio financeiro e tecnológico para alcançarem um modelo de desenvolvimento que fosse sustentável, inclusive com a redução dos padrões de consumo — especialmente de combustíveis fósseis (petróleo e carvão mineral). Com essa decisão, a união possível entre meio ambiente e desenvolvimento avançou, superando os conflitos registrados nas reuniões anteriores patrocinadas pela ONU, como na Conferência de Estocolmo⁶, em 1972.

Na Rio-92 nasceram duas convenções — sobre biodiversidade e mudanças climáticas — e mais três documentos: a Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Declaração de Princípios sobre Florestas e a Agenda 21, que até hoje norteiam as ações nacionais e internacionais que apontam o caminho do desenvolvimento sustentável.

⁶ A conferência das Nações Unidas que aconteceu em Estocolmo, foi a primeira atitude mundial a tentar preservar o meio ambiente. Naquela época acreditava-se que o meio ambiente era uma fonte inesgotável e a relação homem com a natureza era desigual. (ONU, 2015)

A Agenda 21, documento que estabeleceu a importância do comprometimento de todos os países com as soluções dos problemas socioambientais e trouxe reflexões sobre o planejamento participativo em nível global, nacional e local; tem como meta estimular a criação de uma nova organização econômica e civilizatória. Constitui a mais abrangente tentativa já realizada de orientação para um novo padrão de desenvolvimento no século 21, cujo alicerce é a sinergia da sustentabilidade ambiental, social e econômica. A Agenda 21 segue o princípio de “Pensar globalmente, agir localmente” (BECK, 1999). Esse documento, especialmente no Brasil, tem como ações prioritárias os programas de inclusão social (incluindo distribuição de renda, acesso à saúde e educação) e desenvolvimento sustentável (incluindo sustentabilidade urbana e rural; preservação dos recursos naturais e minerais, ética e política para o planejamento).

Em Agendas 21 locais em todo o Brasil, incluindo também Planos de DLIS (Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável) – estratégia de elaboração de agendas locais implementada no governo federal entre 1999 e 2002 – constam inúmeras referências a ações de comunicação socioambiental voltadas para o desenvolvimento sustentável: na Agenda 21 do município de Lábrea (AM) por exemplo, entre as ações prioritárias, se inclui a implantação de sistema de comunicação entre Conselho mediador, equipe de projetos, núcleos regionais e membros da Associação Novo Encanto; no plano estratégico de Vitória 1996-2010, se inclui na relação das ações bem-sucedidas, o apoio dos meios de comunicação de massa e a divulgação por mídia espontânea. A prefeitura de Uberlândia promoveu o projeto “Tintim por Tintim – Ciência e Comunicação no Meio Ambiente” em que as oficinas de animação, roteiro e sonorização foram o ponto culminante do projeto (MMA, 2005, p.17).

A Agenda 21 pode ser definida como um instrumento de planejamento para a construção de sociedades sustentáveis, em diferentes bases geográficas, que concilia métodos de proteção ambiental, justiça social e eficiência econômica (MMA, 2018). A estruturação das políticas e principalmente o pensamento e as reflexões foram sendo construídos ao longo das décadas e constituindo importantes cenários de entendimento sobre as temáticas ambientais e o equilíbrio socioambiental.

2.4 Da Conferência de Tessalônica a agenda 2030

Em dezembro de 1997, na cidade de Tessalônica, na Grécia, foi realizada a “Conferência Internacional sobre Meio Ambiente e Sociedade: Educação e Consciência Pública para a Sustentabilidade”, que contou com a participação de representantes de mais de 83 países. Nela, foi elaborado um documento, a Declaração de Tessalônica, destacando que, durante os cinco anos posteriores à ECO-92, ocorreu um insuficiente progresso na preservação ambiental e na busca pela sustentabilidade (DIAS, 2004). Mesmo engendrando alguns “poucos” esforços práticos e conceituais, o mundo ainda demonstrava naquela época, como em alguns países até hoje, um fraco empenho em desenvolver práticas e políticas sustentáveis efetivas para um desenvolvimento capaz de realmente proteger seus distintos e finitos patrimônios naturais.

Também ficou claro que não se poderia confrontar a economia e a sustentabilidade sem pensar em soluções e práticas que levassem em conta não só o lucro, mas também a qualidade de vida dos indivíduos e sua convivência harmônica com seu entorno. Assim, uma economia sustentável deveria voltar-se, muito mais, ao crescimento e bem-estar do ser humano, colocando-o no centro do processo de desenvolvimento, mas ressaltando sua indissociabilidade do ambiente em que habita. A seguir, destacamos um pequeno trecho do relatório, extraído do *website* da Organização das Nações Unidas (ONU), para que compreendamos o tom das ideias que deram origem às práticas de desenvolvimento sustentável, atualmente desenvolvidas em todo o mundo:

Muitos de nós vivemos além dos recursos ecológicos, por exemplo, em nossos padrões de consumo de energia. No mínimo, o desenvolvimento sustentável não deve pôr em risco os sistemas naturais que sustentam a vida na Terra: a atmosfera, as águas, os solos e os seres vivos. Na sua essência, o desenvolvimento sustentável é um processo de mudança no qual a exploração dos recursos, o direcionamento dos investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional estão em harmonia e reforçam o atual e futuro potencial para satisfazer as aspirações e necessidades humanas (ONU, 2019, online).

Cascino (2000) ressalta que, ao longo da segunda metade do século XX, mais especificamente a partir dos grandes encontros internacionais de: 1972 – Conferência de Estocolmo; de 1977 – Conferência de Tbilisi; de 1987 – Congresso Internacional da UNESCO-PNUMA sobre Educação e Formação Ambiental em Moscou; de 1992 – A Conferência sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, Rio/92 - Criação da Agenda 21,

Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e o Fórum das ONGs, a Educação Ambiental assumiu um papel central na consolidação de uma nova visão de mundo caracterizada por novos ideais, novos referenciais culturais e pela implementação de formas sustentáveis de convivência com o meio ambiente.

Como resultado de todos esses eventos que fomentaram a reflexão mundial para os problemas ambientais, trazemos o cenário atual dessas orientações que culmina na agenda de desenvolvimento sustentável, fruto do resultado da Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável de 2002, da Cúpula de 2010 sobre os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável de 2012 (Rio+20) e os pontos de vista de pessoas em todo o mundo. “Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), que produziram o mais bem-sucedido movimento antipobreza da História, serve como um trampolim para a nova agenda de desenvolvimento sustentável que será adotada por líderes mundiais” (ONU Brasil, 2015, on-line).

A agenda intitulada “Transformando Nosso Mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável”, consiste de uma Declaração, 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas, uma seção sobre meios de implementação e uma renovada parceria mundial, além de um mecanismo para avaliação e acompanhamento.

Essa agenda tornou-se oficialmente adotada pelos líderes mundiais na Cúpula das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável, que aconteceu em setembro de 2015, em Nova York. Os Objetivos e metas estimularão a ação para os próximos 15 anos em áreas de importância crucial para a humanidade: pessoas, planeta, prosperidade, paz, parceria⁷ (ONU Brasil, 2015, p.2).

A agenda é única em seu apelo por ação de todos os países – pobres, ricos e de renda média. Ela reconhece que acabar com a pobreza deve caminhar lado a lado com um plano que promova o crescimento econômico e responda a uma gama de necessidades sociais, incluindo educação, saúde, proteção social e oportunidades de trabalho, ao mesmo tempo em que aborda as mudanças climáticas e proteção ambiental. Ela também cobre questões como desigualdade, infraestrutura, energia, consumo, biodiversidade, oceanos e industrialização.

⁷ Traduzido pelo Centro de Informação das Nações Unidas para o Brasil (UNIC Rio), última edição em 13 de outubro de 2015. Disponível em: <https://sustainabledevelopment.un.org>. Acesso em julho de 2019.

Chamamos atenção especial ao ODS 4: Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos (ONU Brasil, 2015, p.18). Realizada anualmente a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima (UNFCCC), um tratado internacional resultante da Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, conhecida como a Cúpula da Terra, realizada no Rio de Janeiro em 1992. Estabelece as obrigações básicas das 196 Partes (Estados) e da União Europeia para combater as mudanças climáticas. A Conferência das Partes (COP) é o órgão supremo de tomada de decisão da United Nations Climate Change Conference. As Partes se reúnem todos anos para analisar o progresso na implementação da Convenção, em que outros instrumentos que apoiam seu estabelecimento são propostos, avaliados e aprovados. A primeira COP foi realizada em Berlim, na Alemanha, em 1995. Já foram 24 COPs realizadas, a última em Katowice, na Polônia, em dezembro de 2018. A Presidência da COP alterna as regiões das ONU: África, Ásia, Europa Central e Oriental, Europa Ocidental e América Latina e Caribe. A COP 25 que deveria ser sediada no Brasil, e por motivos políticos foi transferida e será realizada em dezembro de 2019 em Madri, terá como principal desafio acelerar o combate às mudanças climáticas. Hoje os eventos climáticos extremos ocorridos no mundo inteiro, como cheias e queimadas, estão ligados ao aquecimento global causado pelo ser humano, conforme demonstram estudos científicos realizados em diferentes países como destacado no relatório do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente:

A emissão de gases causadores do efeito estufa precisa diminuir mais de 7% ao ano no período entre 2020 e 2030 para que o aumento na temperatura média global seja de apenas 1,5°C em relação aos níveis pré-industriais – conforme relatório lançado pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma). (Emissions Gap Report, 2019, p.23)

Os eventos explicitados até aqui priorizaram a busca pela sustentabilidade, destacando como principais desafios a sensibilização e a mobilização dos indivíduos para maior integração entre as dimensões econômica, social e ambiental, por meio de programas e políticas centrados nas questões sociais e, em especial, nos sistemas de proteção social e educação.

Trataremos agora dos marcos legais que se institucionalizaram no Brasil, os quais refletem, em grande medida, a apropriação dos grandes temas socioambientais que repercutiram mundo afora.

3 MARCO REFERENCIAL

Neste capítulo, abordaremos a conjuntura de pensamentos e forças políticas que contribuíram, com maior ou menor intensidade, para a constituição das linhas gerais que orientam as políticas públicas de Educação Ambiental no contexto brasileiro.

3.1 Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA)

A Educação Ambiental, desde a Conferência de Tbilisi, foi tratada como educação para o meio ambiente e para a sustentabilidade, constituindo-se como um componente essencial e permanente da educação nacional. A Lei nº 9.795, de 27 de Abril de 1999, que dispõe sobre a educação ambiental e institui a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA) no Brasil, conhecida como lei da educação ambiental, aponta caminhos possíveis que estão em operação em escolas e instituições, bem como ONGs, coletivos, associações e Unidades de Conservação nos Estados e municípios do país. Importante salientar o pioneirismo do Brasil que, em sua Constituição Federal de 1988, instituiu a Educação Ambiental como garantia fundamental, de maneira que tal disposição pode contribuir para desenvolver formas de atuação capazes de promover a conscientização pública, na medida em que tenta despertar no cidadão em formação, o interesse na preservação do meio ambiente. Sendo assim desde 1988, a Constituição Federal brasileira destaca no capítulo VI; Do Meio Ambiente, em seu Art. 225, o seguinte princípio:

Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. (BRASIL, 1988, on-line)

Destaca ainda as principais características da lei, seus princípios, normas e diretrizes que devem ser observadas pelo poder público e conhecida pelos cidadãos em seu conjunto. Incumbe ao poder público a responsabilidade de: “promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente” (idem).

Tais desafios remetem à necessidade de um processo pedagógico ambiental que desenvolva dimensões das práticas sociais capazes de sensibilizar e transformar o modo como nos relacionamos na natureza.

A PNEA, além das especificidades no que diz respeito à educação formal, também destaca as demandas da educação não formal. A lei explicita que a Educação Ambiental Não Formal é aquela que irá atuar de forma integrada com outros setores, objetivando a sensibilização das comunidades para a defesa do meio ambiente. Em seu Art. 13º, define:

Entendem-se por educação ambiental não-formal as ações e práticas educativas voltadas à sensibilização da coletividade sobre as questões ambientais e à sua organização e participação na defesa da qualidade do meio ambiente. (MMA,1999, on-line)

A organização dos textos da lei expressa claramente a importância desses esforços conjuntos, envolvendo todos os setores da sociedade, como poder público, privado, universidades, turismo, economia, levando em conta a efetiva participação dos meios de comunicação de massa; traz expresso em seu Parágrafo único que o poder público incentivará “a difusão, por intermédio dos meios de comunicação de massa, em espaços nobres, de programas e campanhas educativas, e de informações acerca de temas relacionados ao meio ambiente” (idem). Na perspectiva da comunicação, o texto do PNEA faz referências diretas para com os processos educativos quando afirma no Art. 3º que “como parte do processo educativo mais amplo, todos têm o direito à Educação Ambiental”, incumbindo aos vários setores da sociedade de promover a EA e, especialmente, “aos meios de comunicação de massa, colaborar de maneira ativa e permanente na disseminação de informações e práticas educativas sobre meio ambiente e incorporar a dimensão ambiental em sua programação.” (BRASIL,1999, on-line)

Desde então, para que tais ações possam ser consolidadas e alinhadas com as políticas em programas, projetos, campanhas etc. desses e outros órgãos, foram instituídas, como parte do direcionamento para implementação da lei junto à sociedade, algumas diretrizes específicas. Partindo desse ponto, a política nacional de EA no Brasil elenca como diretrizes: resoluções, recomendações e decretos que constituem normas.

3.2 O Programa Nacional de Educação Ambiental (PRONEA)

A PNEA define que um de seus instrumentos de ação é o Programa Nacional de Educação Ambiental – PRONEA, que tem como objetivo assegurar, no âmbito educativo, a integração de várias dimensões da sustentabilidade e “visa assegurar as dimensões: ambiental, social, ética, cultural, econômica, espacial e política — ao desenvolvimento do País, por intermédio do envolvimento e participação social na proteção e conservação ambiental e da manutenção dessas condições ao longo prazo” (BRASIL, 2018, p. 49). Também destaca que, a respeito do público alvo, este deve levar em conta a inclusão e a justiça socioambiental em toda a pluralidade e diversidades brasileira, como transcrevemos:

O Programa Nacional de Educação Ambiental deve atender a toda sociedade, em todas as faixas etárias, visando o compromisso com processos educativos articulados, continuados e permanentes, que assegurem um enfoque humanista, histórico e crítico sobre a concepção de ambiente em sua totalidade, contextualizado global e localmente, promovendo o compromisso com a inclusão, participação, emancipação e justiça socioambiental (PRONEA, 2018, p.27).

Sendo assim, planeja, executa e avalia políticas públicas orientadas ao enraizamento da educação ambiental para mudanças culturais em todo o país, buscando “protagonismo” de atores locais, como educadores ambientais e ao exercício cotidiano de coerência entre o que se propõe e o que efetivamente consiste em práticas.

Identificamos a partir da pesquisa e consulta aos documentos e marcos legais, a orientação de que para implementação do PRONEA são definidas três linhas de ação (MMA, 2018, s/p.): (1) Gestão e Planejamento da Educação Ambiental no País; linha que apoia-se no planejamento, na avaliação, na gestão, na administração e na internalização da educação ambiental no governo e na sociedade, por meio da construção e da apropriação do PRONEA. Além disso atua no fortalecimento de coletivos em tomadas de decisão. (2) Formação de Educadoras e Educadores Ambientais; Consiste na potencialização de processos de formação de educadoras e educadores ambientais, por intermédio do estabelecimento de articulações das instituições que atuem com atividades ambientais de caráter pedagógico. (3) Comunicação para Educação Ambiental. Essa linha diz respeito sobretudo em dar visibilidade pública à temática da sustentabilidade, contribuindo para a educação ambiental

e subsidiando a sociedade, o poder público e os educadores ambientais para o desenvolvimento de programas e projetos, conforme declarado pelo MMA (2018).

Em 2005, o Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental, com o objetivo de divulgar ações, projetos e programas de comunicação para a educação ambiental voltados a políticas públicas de abrangência nacional produziu e publicou o Programa de Educomunicação Socioambiental – Série documentos Técnicos 2, que direciona as ações dessa linha. Conforme expresso abaixo, as principais motivações foram:

[...] (a) apresentar um esboço da formulação de uma política pública de comunicação para a educação ambiental, em resposta à linha de ação “Comunicação para a Educação Ambiental” e sua descrição - “Produzir, gerir e disponibilizar, de forma interativa e dinâmica, as informações relativas à educação ambiental”. (b) lançar elementos para se pensar mais amplamente uma política de comunicação ambiental de modo geral, visando a interação dos objetivos da Política Nacional de Educação Ambiental com as ações e políticas das demais secretarias do Ministério do Meio Ambiente e seus órgãos vinculados, do Ministério da Educação, outras instâncias de governo e da sociedade civil, inclusive da mídia (MMA, 2005, p.5).

Nesse contexto, o Programa de Educomunicação Socioambiental corresponde à dimensão pedagógica dos processos comunicativos associados e considera especialmente as abordagens e a relação entre comunicação, educação e sustentabilidade que, na perspectiva do PRONEA, se quer presente como competência e conteúdo dos canais de comunicação no país. A ideia, defendida em nosso texto, de que a Educomunicação Socioambiental se consolidou num momento-chave em que se evidenciava a importância da preocupação ambiental, não só junto aos estratos mais esclarecidos da sociedade, mas também, para os gestores das políticas públicas, pode ser apoiada mediante um resgate dos nossos marcos legais mais significativos. Estes, à medida em que progridem de um enfoque mais geral para um mais específico, em direção a uma perspectiva educacional em suas ações, evidenciam a maneira como a consolidação se processou.

A Educação Ambiental como política pública disseminou um novo conceito do que podemos desenvolver em relação à formação de atores sociais, comprometidos com a justiça social e ambiental no planeta. A Educação Ambiental surge como política pública no Brasil com o estabelecimento da Política Nacional de Meio Ambiente – PNMA (Lei nº 6.938, de

1981), no contexto da Conferência Intergovernamental de Educação Ambiental de Tbilisi (1977). Na época, havia uma busca evidente de capilaridade para a prática pedagógica, pois afirmava a importância de incluir a educação ambiental em todos os níveis de ensino das comunidades, com o objetivo de capacitá-las para participarem ativamente na defesa do ambiente. Somente após 18 anos da PNMA foi que a Política Nacional de Educação Ambiental (Lei 9.795 / 1999) foi instituída.

Na conferência mundial Rio 92, o Fórum Global e o Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global coloca princípios e um plano de ação para educadores ambientais, estabelecendo uma relação entre as políticas públicas de educação ambiental e a sustentabilidade. É como destaca Carvalho:

Na sociedade brasileira, o evento não governamental da última década mais significativo para o avanço da Educação Ambiental foi o fórum Global, que ocorreu paralelamente à conferência da ONU sobre desenvolvimento e meio ambiente, no Rio de Janeiro, em 1992, conhecido como Rio 92. Nessa ocasião as ONGs e os movimentos sociais de todo mundo reunidos no fórum Global formularam o Tratado de educação ambiental para sociedades sustentáveis e cuja importância foi definir o marco político para o projeto pedagógico da educação ambiental (CARVALHO, 2008, p. 53).

Esses direcionamentos influenciam também as políticas públicas de Educação do Ministério da Educação (MEC) que, em seu *website*, apresenta, no âmbito da Proposta de Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental, a trajetória histórica da Educação no Brasil, chamando a atenção para a importância do Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis, como transcrevemos a seguir:

Este documento, além de firmar com forte ênfase o caráter crítico e emancipatório da Educação Ambiental, entendendo-a como um instrumento de transformação social, política, ideologicamente comprometido com a mudança social (o que já aparecia timidamente em Tbilisi), desponta também como elemento que ganha destaque em função da alteração de foco do ideário desenvolvimentista para a noção de sociedades sustentáveis construídas a partir de princípios democráticos, em propostas participativas de gestão ambiental e de responsabilidade global (MEC, 2019, online).

Também é destacado que a orientação da educação em direção à sustentabilidade deve ser realizada em todos os níveis de educação formal, informal ou não formal e em todas as áreas do conhecimento, principalmente nas ciências humanas e sociais, devendo discutir as questões relacionadas ao meio ambiente e ao desenvolvimento sustentável de maneira interdisciplinar e holística.

A concepção que temos da educação, a partir de Gohn (2011), parte do suposto que a educação propriamente dita é um conjunto que inclui a articulação entre educação formal, aquela recebida na escola via matérias e disciplinas, normatizada; a educação informal, que é aquela que os indivíduos assimilam pelo local onde nasce, pela religião, por meio do pertencimento, região, território, classe social, sendo que a não formal tem um campo próprio, embora possa se articular com as duas. A educação não formal é entendida aqui como os saberes e aprendizados gerados ao longo da vida, principalmente em experiências com participação social, cultural ou política, em processos de aprendizagens de projetos sociais, movimentos sociais, entre outros âmbitos da vida social.

A educação não formal é definida no Art. 13 da Política Nacional de Educação Ambiental, conforme destacamos abaixo:

Art. 13. Entendem-se por educação ambiental não-formal as ações e práticas educativas voltadas à sensibilização da coletividade sobre as questões ambientais e à sua organização e participação na defesa da qualidade do meio ambiente (BRASIL, 1999, s/n).

Muitas vezes, os seres humanos exploram além da conta a natureza, provocando profundas alterações sobre o meio natural. Quando áreas inteiras de florestas são devastadas ou quando rios são profundamente poluídos, observa-se o impacto da sociedade sobre a natureza. As consequências negativas dessas ações humanas são cada vez mais reais e perceptíveis. Cabe a nós fazermos o melhor que pudermos para reverter o quadro atual, construindo as bases de uma sociedade mais solidária e de uma relação com a natureza mais sustentável. É no contexto da educação ambiental que Loureiro (2004) define que:

Educação ambiental é uma perspectiva que se inscreve e se dinamiza na própria educação, formada nas relações estabelecidas entre as múltiplas tendências pedagógicas e do ambientalismo, que têm no “ambiente” e na “natureza” categorias centrais e identitárias. Neste posicionamento, a adjetivação “ambiental” se justifica tão somente à medida que serve para

destacar dimensões “esquecidas” historicamente pelo fazer educativo, no que se refere ao entendimento da vida e da natureza, e para revelar ou denunciar as dicotomias da modernidade capitalista e do paradigma analítico-linear, não-dialético, que separa: atividade econômica ou outra, da totalidade social; sociedade e natureza; mente e corpo; matéria e espírito, razão e emoção (LOUREIRO, 2004, p. 93).

Educação Ambiental, ao abranger aspectos social, ambiental, cultural, econômico, todos interligados, necessita em sua implementação contar com uma série de políticas, estratégias e programas, os quais apresentaremos em profundidade mais adiante. O Ministério da Educação, pela Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI/MEC), encaminhou ao Conselho Nacional de Educação (CNE) documento com proposta para o estabelecimento de Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental (DCNEA). A proposta foi elaborada pela Coordenação-Geral de Educação Ambiental da SECADI/MEC, sendo resultado de contribuições colhidas, desde 2005, dos sistemas de ensino, da sociedade civil, de diferentes instâncias do MEC e de vários eventos. No que diz respeito ao termo ambiental é importante demonstrar que a referida proposta apresenta que:

O atributo “ambiental” na tradição da Educação Ambiental brasileira e latino-americana não é empregado para especificar um tipo de educação, mas constitui-se em elemento estruturante que demarca um campo político de valores e práticas, mobilizando atores sociais comprometidos com a prática político pedagógica transformadora e emancipatória capaz de promover a ética e a cidadania ambiental. (MEC, 2005, p. 1)

Segundo Jacobi (2003), educação ambiental deve ser acima de tudo um ato político voltado para a transformação social. Esse enfoque deve buscar uma perspectiva de ação holística que relaciona o homem, a natureza e o universo, tendo como referência que os recursos naturais se esgotam e que o principal responsável pela sua degradação é o ser humano. Considerando-se a Educação Ambiental como um dos elementos fundamentais de gestão ambiental, políticas ambientais voltadas à construção de valores culturais comprometidos com a qualidade ambiental e a justiça social; e de apoio à sociedade na busca de um modelo socioeconômico sustentável é possível construir um pensamento socioambiental nos cidadãos.

Longe de evoluir aqui para o aprofundamento dos conceitos epistemológicos que marcaram a Educação Ambiental, mas apenas objetivando situar a discussão sobre o significado de socioambiental, partimos de uma visão que considera o meio ambiente como espaço de relações da vida, inserido no cotidiano dos sujeitos tanto no aspecto natural quanto social e cultural. Nesse sentido, apoiamo-nos, que explica:

A visão socioambiental orienta-se por uma racionalidade complexa e interdisciplinar e pensa ao meio ambiente não como sinônimo de natureza intocada, mas como um campo de interações entre a cultura, a sociedade e a base física e biológica dos processos vitais, no qual todos os termos dessa relação se modificam dinamicamente e mutuamente (CARVALHO, 2008, p. 37).

Dessa forma, é necessária uma visão complexa, capaz de promover “atitudes sustentáveis resultantes da interação entre os seres humanos e a natureza, uma interação positiva que enriquece o meio ambiente” (idem, p.38).

Neste aspecto consideramos que é importante que o conceito seja difundido em empresas, escolas, comunidades entre outros possíveis, pois conforme afirma Carvalho, multiplicar os bons exemplos ajuda a desmistificar a ideia de que não há saída para a crise ambiental. Assim a autora reforça:

A educação ambiental surge da preocupação da sociedade com futuro da vida e com a qualidade da existência das presentes e futuras gerações herdeiras do debate Ecológico está entre as alternativas que visam construir novas maneiras de os grupos sociais se relacionarem com o meio ambiente. (CARVALHO, 2008, p.51)

O desequilíbrio social e ambiental é motivo de grande preocupação em todo o mundo, no entanto há casos reais no Brasil que mostram as tendências de reversão, conscientização e responsabilidade pelo planeta e sustentabilidade, cabe insistir que as políticas públicas são norteadoras de ações efetivadas em âmbitos tanto públicos quanto privados e constituem-se como instrumentos fundamentais para tais articulações. Por esse caminho, encontramos a Educomunicação, que será tratada mais profundamente adiante, como parte de um “método” capaz de provocar reflexões e práticas na mediação do novo conceito de viver e estar entre telas e árvores.

Apresentamos a seguir, enfatizando pressupostos que apontam diretamente para os elementos conceituais e programáticos que possam ser identificados com a Educomunicação, duas de algumas diretrizes que são apresentadas aos docentes, instituições de ensino, instituições ambientais, unidades de conservação, coletivos e sociedade civil para desenvolvimento de ações de educação ambiental, legitimando-as em todo território nacional e que são destacadas no PRONEA. As diretrizes, nesse caso específico, apresentam expressões como “participação cidadã”, “acesso democrático aos meios”, “comunicação e educação”, “diálogo”, “gestão democrática”, “produção e difusão da informação”, “comunicação em redes” e “comunicação para a educação ambiental” que, sobretudo, são nosso foco de investigação.

A primeira diretriz é a Resolução CNRH nº 98, de 26 de março de 2009, cujos objetivos são promover e intensificar a formulação e implementação de políticas, programas e projetos relativos ao gerenciamento e uso sustentável da água pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos – CNRH e orienta que para sua efetiva implementação, entre outras coisas, é necessário dar ênfase aos processos comunicacionais em educação, no intuito de favorecer o diálogo:

V - Comunicação em Gestão Integrada de Recursos Hídricos – GIRH – processos de comunicação educativos, que compreendem a produção, acessibilidade e socialização de informações pertinentes à implementação da GIRH e favorecem o diálogo entre as instituições entre o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos - Singreh e a sociedade, contribuindo para o fortalecimento da participação e do controle social na gestão democrática da água. (PRONEA, 2018, p. 59).

Frente ao cenário das mudanças climáticas e da ameaça de escassez da água em todo o planeta, pensar a relação mais sustentável e cuidadosa com esse elemento pede uma ressignificação sobre o tema pela sociedade. Para isso, campanhas, ações e projetos educativos que utilizem a comunicação na perspectiva de sensibilizar para a importância vital da água ao ser humano, devem contribuir para facilitar processos lúdicos e criativos na medida em que se desenvolve e dinamiza a educação para o tema. Neste aspecto, podemos imaginar o encontro da Educação ambiental que pretende provocar mudanças sociais, com a comunicação, em uma abordagem educomunicativa, pois leva em conta seus pressupostos, em espaços variados com tecnologias ou não.

O fato é que o uso das diferentes linguagens para a produção, socialização e difusão de ações e experiências coletivas de comunicação e educação, a Educomunicação, é um ponto que destacamos nesta resolução, quando propõe a integração da comunicação com o uso de recursos tecnológicos na aprendizagem. Conforme o Artigo 6º da referida Resolução destaca:

Art. 6º São diretrizes para a comunicação em GIRH: VI - a promoção da Educomunicação, por meio do acesso democrático dos cidadãos à produção e difusão da informação; e
VII - a comunicação em redes sociais, fortalecendo o intercâmbio de experiências, informações, conhecimentos e saberes em GIRH (idem, p. 58).

O conceito de Educomunicação propõe a quebra da hierarquia e fronteiras delimitadas na produção e disseminação do saber, justamente pelo reconhecimento de que “todas as pessoas envolvidas no fluxo da informação são produtoras de cultura, independentemente de sua função operacional no ambiente educativo” (SOARES, 2007, p. 11), o que permite uma conexão entre a escola e sociedade, ressalta e valoriza as competências comunicativas do estudante, estimulando o seu desenvolvimento e levando o estudante a refletir sobre seu cotidiano, oportunizando práticas de cidadania, autoestima e a capacidade de julgamento crítico do mundo do qual participa. É nesse aspecto que destacamos a partir do texto dessa resolução o conceito que direciona às possíveis ações a serem desenvolvidas em EA no país: e) promover a Educomunicação, propiciando a construção, a gestão e a difusão do conhecimento a partir das experiências da realidade socioambiental de cada local (PRONEA, 2018, p. 15).

A Educomunicação nos apresenta uma filosofia em uma prática baseada no diálogo e na participação, não apenas a partir das mídias e novas tecnologias da comunicação e da informação, mas sobretudo a partir de uma nova leitura do mundo, da qual podem fazer parte outras narrativas, como expressões artísticas e culturais com as quais o sujeito intervém de modo coletivo, colaborativo, no exercício do diálogo.

A segunda diretriz é a Resolução Conama nº 422, de 23 de março de 2010, do Ministério do Meio Ambiente – Conselho Nacional do Meio Ambiente/Conama. Essa resolução configura-se, em nossa avaliação, com uma das mais importantes para a Educomunicação, já que traz direcionamentos específicos da área e estabelece diretrizes para

as campanhas, ações e projetos de Educação Ambiental. Como verificamos: “Considerando a Educomunicação como campo de intervenção social que visa promover o acesso democrático dos cidadãos à produção e à difusão da informação, envolvendo a ação comunicativa no espaço educativo formal ou não formal” (PRONEA, 2018, p.56).

Muitos de seus princípios são oriundos da comunicação dialógica, sobre a qual Paulo Freire afirma que “ser dialógico é não invadir, é não manipular, é não sloganizar. Ser dialógico é empenhar-se na transformação constante da realidade” (1973, FREIRE apud APARICI, 2014, p. 32). Assim, ao educar, capacita também para uma cidadania ativa por processos midiáticos, artísticos, culturais e, consequentemente, sociais. Conforme Soares (2009):

A Educomunicação se estrutura a partir de ações solidárias em áreas específicas, tem, portanto, como justificação dialética, a negociação da possibilidade de seu isolamento conceitual, metodológico e programático. Por causa de tal singularidade a Educomunicação é percebida como uma unidade conceitual mobilizadora apesar de apresentar-se como um conceito polissêmico que, por sua vez, compreende diferentes formas de fazer (SOARES, 2009, p. 95).

Deve-se destacar a importância da Educomunicação de modo diferenciado, numa abordagem integral, com o estabelecimento de discussões e análises mais amplas, sobretudo como elemento que difunde um processo de desenvolvimento para sustentabilidade e tem como ponto de partida a conscientização da sociedade a partir do desenvolvimento da criticidade.

PARTE II - DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL À EDUCOMUNICAÇÃO

Conduziremos agora, uma discussão na tentativa de compreender as convergências possíveis entre Educação Ambiental e Educomunicação.

4 EDUCOMUNICAÇÃO E EDUCAÇÃO AMBIENTAL: INTER-RELAÇÕES

A Educação Ambiental e a Educomunicação possuem em comum algumas abordagens significativas no sentido de promoverem um novo modo de educar, principalmente, pela perspectiva de uma reflexão crítica. Para ambas, a formação do indivíduo só faz sentido se pensarmos na relação com o mundo em que ele vive e pelo qual é responsável. Se dão a partir das realidades em que os sujeitos estão inseridos. Em síntese: uma educação capaz de transformar e emancipar os sujeitos, ou, para citar Freire, uma das referências fundadoras da educação crítica no Brasil, insiste, em toda sua obra, na defesa da educação como instância formativa de sujeitos sociais emancipados, isto é autores da sua própria história (FREIRE, 1996, p. 118).

A emergência em intensificar um diálogo coerente e equilibrado na dimensão ambiental, em discursos e práticas no cotidiano da sociedade em que vivemos, trouxe para a EA a necessidade de mediar soluções a partir de uma ética socioambiental. A crise ambiental nesse sentido configura-se como propulsor dessa (des)acomodação que apela aos educadores e à escola por novas formas de fazer e propor os conteúdos do currículo da Educação brasileira. Por sua característica transformadora e integradora, a EA deve ser trabalhada de forma transdisciplinar com objetivo de promover a formação integral dos estudantes.

No Brasil, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) adotaram conceitos de transversalidade jogando luz em temas como ética, orientação sexual, saúde e pluralidade cultural para o debate ambiental nos currículos escolares. Uma relação complexa de desafios ainda maiores se deu a partir daí, no que tange às práticas pedagógicas e, principalmente, suas especificidades de implementação nas escolas. Trata-se de mudar a forma de pensar a sala de aula, de apreender e ensinar, pensando o conhecimento como característica transversal. O ensino transdisciplinar exige a definição de um pensamento organizador, e complexo, isto é, uma forma diferente de pensar, que vai além da divisão cartesiana das áreas

do conhecimento, o que implica em promover o diálogo entre elas. Conforme defende Morin:

São necessárias novas práticas pedagógicas para uma educação transformadora que esteja centrada na condição humana, no desenvolvimento da compreensão, da sensibilidade da ética, na diversidade cultural, na pluralidade de indivíduos, e que privilegia a construção de um conhecimento de natureza transdisciplinar, envolvendo as relações indivíduo, sociedade e natureza. Essa é a condição fundamental para a construção de um futuro viável para as gerações presentes e futuras. (MORIN, 2011, p. 13)

Em uma escola que adota essa perspectiva, os professores dialogam e planejam as aulas em conjunto, de modo que uma disciplina possa se relacionar com a outra utilizando um conceito da educação que compreende o conhecimento de forma plural. A urgente transformação social de que trata a educação ambiental visa a superação das injustiças ambientais, da desigualdade social, da apropriação capitalista e funcionalista da natureza e da própria humanidade. Para Morin (2011),

A educação deve enfatizar a tripla realidade (o caráter ternário da espécie humana), que é ser ao mesmo tempo indivíduo/sociedade/espécie, buscando ao mesmo tempo compreender a necessidade das autonomias individuais, interligadas às participações comunitárias e à consciência de pertencer à espécie humana. Só assim, a educação nessa era contemporânea terá cumprido o seu papel, ao estabelecer uma relação recíproca de responsabilidade entre a sociedade e os indivíduos, gerando a democracia e concebendo a humanidade como comunidade planetária, apontando que todos os seres humanos, de agora em diante têm os mesmos problemas de vida e de morte e participam de um percurso coletivo (idem, p.37).

Assim, as lutas ambientais são espaços emancipadores de ação, que devem ser valorizadas numa prática educativa que se some à busca por uma sociedade justa e ambientalmente sustentável. Nesse sentido, a educação ambiental estaria ao lado das forças integrantes de um projeto de cidadania democrática, ampliada pela ideia de justiça ambiental. Carvalho explica que:

Ao perfilar-se nos caminhos híbridos do conhecimento e da impertinência, a educação ambiental desperta enorme expectativa renovadora do sistema de ensino, da organização e dos conteúdos escolares, convidando uma revisão da instituição e do cotidiano escolar mediante os atributos da transversalidade e a interdisciplinaridade essa é a tarefa bastante ousada.

Trata-se de convidar a escola para aventura de transitar entre saberes e áreas disciplinares, deslocando-a de seu território já consolidado rumo a novos modos de compreender, ensinar e aprender (CARVALHO, 2008, p. 125).

Trata-se de promover a educação de crianças e jovens integralmente, objetivando desenvolver a capacidade de enxergar o mundo de forma holística, desenvolvendo a capacidade de criar cultura, em vez de apenas adequar-se a ela. Dessa forma, trabalhar na perspectiva da educação ambiental crítica e emancipadora, capaz de transitar entre os múltiplos saberes – científicos, populares e tradicionais – é alargar a visão do ambiente e captar os múltiplos sentidos que os grupos sociais atribuem a ele. Nesse sentido, Carvalho diz que:

A educação não se reduz a uma intervenção centrada no indivíduo, tomada como unidade atomizada e solta no mundo (...). Esse projeto educativo crítico tem raízes nos ideais emancipadores da educação popular, a qual rompe com uma visão de educação determinante da difusão e do repasse de conhecimentos, convocando-a a assumir sua função de prática mediadora na construção social de conhecimentos implicados na vida dos sujeitos (idem, p. 156).

Na educação ambiental essa tomada de posição de responsabilidade pelo mundo em que vivemos inclui a responsabilidade com os outros e com o ambiente. A evolução do conceito de educação, da antiguidade até os dias de hoje, registra mudanças significativas que atingem o desenvolvimento do processo educativo principalmente no que diz respeito ao impacto representado pelos modernos meios de comunicação e sua influência no comportamento humano, fazendo surgir uma crescente discussão de como situar a escola tradicional/formal nestes tempos tecnológicos. Como capacitar e formar professores diante tantos desafios? Como integrar e mediar esses conhecimentos referendados até aqui numa perspectiva dialógica e emancipadora capaz de promover e provocar a mudança social necessária? Trata-se não somente de mudar, mas alterar o curso da “nave” melhorando as relações e os modos de agir. Questões pertinentes para os jovens “desinteressados” na escola que vemos descritos nos números de pesquisas sobre desempenho de aprendizagem⁸, mas

⁸ O desempenho dos alunos no Brasil está abaixo da média dos alunos em países da OCDE em ciências (401 pontos, comparados à média de 493 pontos), em leitura (407 pontos, comparados à média de 493 pontos) e em matemática (377 pontos, comparados à média de 490 pontos). Disponível

que é o mesmo jovem que se interessa por processos educativos que contemplem a criatividade a partir das manifestações culturais, dos meios de comunicação que os incluem de forma democrática, fazendo com que dialoguem entre si, ou seja, que discutam questões do cotidiano em que estão inseridos.

Ao contextualizar a respeito das questões da instabilidade do professor diante dos saberes que passam pela imagem e a importância de reconhecer a sociedade multicultural em seus contextos comunicativos, Martín-Barbero afirma que a escola deve assumir a importância estratégica de ser capaz do uso criativo e crítico das tecnologias informáticas e dos meios audiovisuais, transformando sua práxis de comunicação:

Só assumindo a tecnicidade midiática como dimensão estratégica da cultura que a escola poderá inserir-se de novo nos processos de mudança atravessados pela nossa sociedade e interagir com os campos de experiência em que se processam essas mudanças. Tais mudanças estão materializados na desterritorialização, realocização das identidades, hibridizações da ciência e da arte, das literaturas escritas e das audiovisuais, reorganização dos saberes e do mapa dos ofícios. A partir de fluxos e redes através dos quais se mobiliza não só informação como o trabalho, o intercâmbio e a concretização conjunta de projetos, de pesquisas científicas e de experimentação estética. Só se encarregando dessas transformações poderá a escola interagir com as novas formas de participação cidadã que o novo ambiente comunicacional abre hoje à educação (MARTÍN-BARBERO, 2000, p. 132).

Com a utilização das mídias digitais e o uso das redes para o desenvolvimento de atividades educativas, comunicação e educação se aproximam ainda mais e constroem um campo de inter-relação entre essas áreas do conhecimento (SOARES, 2011; SOUZA, 2014). Segundo Martín-Barbero, o ecossistema comunicativo constitui o entorno educacional difuso e descentrado em que estamos imersos. O autor elucida:

Na relação entre Educação e Comunicação, a última quase sempre é reduzida a sua dimensão puramente instrumental. É deixado de fora o que é justamente estratégico pensar: que é a inserção da educação nos complexos processos de comunicação da sociedade atual, ou falando de outro modo, pensar no ecossistema comunicativo que constitui o entorno educacional difuso e descentrado em que estamos imersos. Um entorno difuso, pois está composto de uma mescla de linguagens e saberes que circulam por diversos dispositivos mediáticos, mas densa e intrinsecamente interconectados; e descentrados pela relação com os dois centros: escola e

em: <http://portal.inep.gov.br/web/guest/acoes-internacionais/pisa/resultados> Acesso em 18 de junho de 2019.

livro que há vários séculos organizam o sistema educacional. (MARTÍN-BARBERO, 1998, p. 215).

Nesse cenário complexo e desafiador, "a escola deve pensar menos nos efeitos ideológicos e morais dos meios e mais nos ecossistemas comunicativos, que é formado pelo conjunto de linguagens, escritas, representações e narrativas que alteram a percepção" (MARTÍN-BARBERO, 2000, p.37). É aí que encontramos na Educomunicação um paradigma que emerge engajado na transformação social e que considera a infância e a juventude como seu público preferencial para desenvolver e ampliar as condições de expressão a partir de um processo educativo que leva em conta o mundo da comunicação e suas tecnologias privilegiando a construção da cidadania. Nos anos 1990, a necessidade de adaptação da escola aos meios de comunicação para a condução de práticas educativas voltadas para as tecnologias apresentou novas possibilidades por meio do rádio e da TV e, mais tarde, pela internet. Aparici elucida que:

A partir da segunda metade do século 20, de maneira quase simultânea e sem conexão alguma entre si, começou a desenvolver em diferentes contextos este novo campo de estudo nos Estados Unidos com o nome *Media Literacy*, no Reino Unido *Media Education*, e na Finlândia, educação Liberal Popular audiovisual. (APARICI, 2014, p.30)

Nesse contexto, o uso das diferentes linguagens para a produção e a socialização de ações e experiências coletivas de Educomunicação propõe a integração da comunicação com o uso de recursos tecnológicos na aprendizagem ambiental. Pensando a partir da implementação das políticas públicas voltadas ao meio ambiente e para a Educação na esfera federal no Brasil, Sorrentino destaca que:

Nesse sentido, a construção da educação ambiental como política pública, implementada pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC) e pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA), implica processos de intervenção direta, regulamentação e contratualismo que fortalecem a articulação de diferentes atores sociais (nos âmbitos formal e não formal da educação) e sua capacidade de desempenhar gestão territorial sustentável e educadora, formação de educadores ambientais, Educomunicação socioambiental e outras estratégias que promovam a educação ambiental crítica e emancipatória (SORRENTINO, 2005, p. 294).

Assim, a Educomunicação ao propor uma nova forma de ensinar reconhece que todas as pessoas envolvidas em um fluxo de informação são produtoras de cultura.

A Educomunicação trabalha a partir de uma perspectiva transdisciplinar. Este princípio é válido sobretudo para o tratamento de assuntos complexos no âmbito dos denominados temas transversais. É o caso de questões como saúde, multiculturalidade, ética, meio ambiente, entre outras (SOARES, 2011, p. 73)

A Educomunicação é um campo teórico-prático que propõe a construção de ecossistemas comunicativos — lugar ou lugares de redes complexas de saberes (LÉVY, 1995), onde os atores são múltiplos — abertos, dialógicos, lúdicos e criativos. É o encontro da educação com a comunicação, multimídia, colaborativa e interdisciplinar. Trata-se de um campo de intervenção social que nasce na sociedade civil, consolidando-se ao longo dos anos 1970/1980, especialmente na prática das ONGs que passaram a usar os meios de comunicação para articular atividades educativas voltadas para a promoção da cidadania. Referendada por muitos agentes culturais, sob os auspícios da UNESCO, a partir dos anos 1980, para designar uma prática genericamente definida na Europa como *Media Education*, ou educação para a recepção crítica dos meios de comunicação (SOARES, 2011).

Mário Kaplún, filósofo da educação, falecido em 1998, nascido na Argentina e radicado no Uruguai, foi o primeiro a escrever sobre o professor-comunicador, referindo-se a toda ação comunicativa no espaço educativo realizada com o objetivo de produzir e desenvolver ecossistemas comunicativos a fim de contribuir para a resolução de conflitos que diziam respeito à interpretação da Comunicação Educativa, destacamos a partir de Kaplún que:

[...] é fundamental ultrapassar essa visão redutora e postular que a Comunicação Educativa abarca certamente no campo da mídia, mas não apenas esta área: também, e em seu lugar privilegiado, o tipo de comunicação presente em todo processo educativo, seja ele realizado com ou sem o emprego de meios. Isso implica considerar a Comunicação não como um mero instrumento midiático e tecnológico, e sim, antes de tudo, como um componente pedagógico. Enquanto interdisciplinar e campo de conhecimento para a Comunicação Educativa, entendida desse modo, convergem uma leitura da Pedagogia a partir da Comunicação e uma leitura da Comunicação a partir da Pedagogia (KAPLÚN, 1998, p.137).

“Comunicação e Educação”, enquanto um campo de intersecção, foi construído, ao longo do século XX, por estudos teóricos disseminados por autores atentos à presença de processos comunicativos em práticas educacionais. Entre eles, podemos considerar Celestin Freinet (1896-1966), a partir da concepção de educação como sinônimo de expressão; Paulo Freire (1925-1997), ao reafirmar a concepção da educação para os meios como atividade inerente aos programas de alfabetização e de educação popular; Martín-Barbero, com a sistematização da teoria das mediações; e Mário Kaplún (1923-1998), com o conceito de educador. Aparici destaca ainda que:

A partir da globalização da economia e das tecnologias da informação e da comunicação (final da década de 1980 e início da década posterior), os modelos anglo-saxões se padronizaram expandiram, tornando-se o pensamento hegemônico para abordar este campo de estudo, a ponto de, embora a obra pedagógica de Paulo Freire seja muito conhecida no mundo anglo-saxão, se desconhecem os trabalhos de educadores pioneiros como Daniel Prieto Castilho, Mario Kaplún ou Francisco Gutierrez. O desenvolvimento e o caso da Educomunicação, entre a década de 1970 e final da década de 1990, é inversamente proporcional a expansão das novas tecnologias e o desenvolvimento de paradigmas economicistas que se transferiram ao mundo da Educação (APARICI, 2014, p.31).

Em artigo divulgado na Revista Comunicação & Educação, Martín-Barbero elucida que: “inovações no campo da Comunicação colocam desafios para a educação que não devem ser menosprezados, quando se pretende a construção da cidadania” (MARTÍN-BARBERO, 1998, p.137).

Em 1996, a Universidade de São Paulo (USP) fundou o Núcleo de Comunicação e Educação (NCE) para reunir pesquisadores interessados na inter-relação Comunicação e Educação. Sua proposta de trabalho era buscar caminhos para uma maior integração da comunicação no espaço educativo, o que foi ratificado pela nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 2018, e, especialmente, por meio das Diretrizes Curriculares para o Ensino Médio⁹. O primeiro grande trabalho de pesquisa do NCE foi uma sondagem, junto

⁹ Diário oficial da união. Publicado em: 22/11/2018 | edição: 224 | seção: órgão: ministério da educação/conselho nacional de educação/câmara de educação básica -resolução nº 3, de 21 de novembro de 2018 atualiza as diretrizes curriculares nacionais para o ensino médio. Cap. II da proposta pedagógica art. 20. Os sistemas de ensino, atendendo a legislação e a normatização nacional vigentes e na busca da adequação às necessidades dos estudantes e do meio social, devem: viii -

a especialistas de doze países da América Latina e Península Ibérica, para saber o que pensavam os coordenadores de projetos que inter-relacionavam comunicação e educação e qual o perfil dos profissionais que trabalham nesse campo. Uma das conclusões significativas foi a de que:

No âmbito da atuação profissional, a grande maioria dos educadores latino-americanos entrevistados caracteriza-se, contudo, não como professores, mas como coordenadores e agentes culturais, facilitadores da ação de outras pessoas, preocupados em que estes possam elaborar os materiais a partir de suas necessidades e interesses, tornando-se eles próprios produtores do conhecimento. Denota-se uma preocupação com a democratização do acesso à informação, utilizando-se a atuação profissional como meio para a formação de valores solidários e democráticos, para a transformação do ambiente em que vivem (SOARES, 1999, p. 2).

A chamada “pesquisa fundante” do campo da Educomunicação, liderada pelo então coordenador do NCE/USP, o Prof. Dr. Ismar de Oliveira Soares, identificou os seguintes percentuais na definição no perfil do profissional educador:

- 50% dos especialistas atuavam nas universidades, dedicando-se à pesquisa sobre a inter-relação Comunicação/Educação.
- 47% atuavam em escolas em trabalhos para conhecimento do sistema de comunicação, desenvolvendo, junto aos alunos, ou segmentos da sociedade, trabalhos na linha da leitura crítica da comunicação ou educação para a comunicação, através de projeto específico através da prática curricular normal.
- 30% dos entrevistados declararam que coordenavam projetos de uso da tecnologia na educação, destacando-se entre estes usos, o emprego do jornal, do vídeo e do computador em sala de aula.
- 19% atuavam em empresas e centros culturais, desenvolvendo atividades voltadas para o planejamento e implementação de projetos, sendo classificados como gestores da comunicação no espaço educativo.
- 7% do público pesquisado dedicavam-se a atividades voltadas para a área da comunicação cultural com ênfase na utilização das várias linguagens artísticas. (SOARES, 1999, p.1)

utilização de diferentes mídias como processo de dinamização dos ambientes de aprendizagem e construção de novos saberes; xx - produção de mídias nas escolas a partir da promoção de atividades que favoreçam as habilidades de leitura e análise do papel cultural, político e econômico dos meios de comunicação na sociedade; disponível em: http://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/kujrw0tzc2mb/content/id/51281622 acesso em: junho de 2019

O resultado da pesquisa realizada pelo NCE foi determinante: constatou-se que a relação entre comunicação e educação havia dado origem a um novo campo, invocando a ressemantização de um novo conceito: Educomunicação. Com os dados da pesquisa, o NCE conseguiu definir, anos depois, o “paradigma” da Educomunicação como sendo:

O espaço que membros da sociedade se encontram para programar ecossistemas comunicativos democráticos, abertos e participativos, impregnados da intencionalidade educativa e voltados para a implementação dos direitos humanos, especialmente o direito à comunicação (SOARES, 2001, p.27).

A parceria com a instância do poder público traduziu-se, entre 1999 e 2009, em atividades de extensão como: Projeto PEC – Programa de Educação Continuada, realizado, em 1999, em conjunto com a Secretaria de Estado da Educação de São Paulo, formando 900 professores para o uso das tecnologias na sala de aula e o Projeto Educom.rádio (2001-2004), junto à Prefeitura de São Paulo, formando 11 mil pessoas, entre professores, alunos e membros da comunidade escolar para a introdução da Educomunicação na Rede Municipal de Educação. Conforme o site do Departamento de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo¹⁰, muitos outros projetos foram decisivos para demonstrar a eficiência da Educomunicação como o Projeto Educom.TV (2002), o Projeto Educom.geração cidadã (2000), Projeto Educomradio.centro-oeste, Educom Saúde (2004), e, mais recentemente nova versão do projeto Educom Saúde (2019).

Constatamos a partir de um prévio levantamento no banco de teses e dissertações da Universidade de São Paulo que mesmo o assunto sendo extremamente relevante na atualidade, poucas são as pesquisas e produções científicas que versam sobre a temática da Educomunicação Socioambiental, como demonstramos a seguir:

1	Falcão, Sandra Pereira	<u>Interfaces colaborativas em comunicação e educação ambiental.</u>	2018	[ECA-Esc. Comunicações e Arte] t301.16 F178i (corrigida)
---	------------------------	--	------	--

¹⁰ Informações sobre os projetos do NCE estão disponíveis em: <http://www.cca.eca.usp.br/nucleos/nce> Acesso: maio de 2019.

<u>2</u>	<u>Bacic, Marcia Cristina</u>	<u>Análise de mídias audiovisuais sob a perspectiva da educação ambiental crítica e dos profess</u>	2017	<u>[FE-Faculdade de Educação] 375.25 B125a</u>
<u>3</u>	<u>Citelli, Adilson</u>	<u>Comunicação e educação : um contributo para pensar a questão ambiental.</u>	2015	<u>[ECA-Esc. Comunicações e Arte] 301.16</u>
<u>4</u>	<u>Gattás, Carmen Lúcia Melges Elias</u>	<u>Novas mediações na interface comunicação e educação : a educomunicação como proposta para</u>	2015	<u>[ECA-Esc. Comunicações e Arte] t301.16 G262n (corrigida)</u>
<u>5</u>	<u>Martirani, Laura Alves</u>	<u>Formação socioambiental dos servidores da USP e o projeto "Sustentabilidade é ...".</u>	2015	<u>[BCRP-Fac Fil Ciên Let RibPret] pcd 2886601 Estantes Deslizantes</u>
<u>6</u>	<u>Falcão, Sandra Pereira</u>	<u>Comunicação e educação ambiental na construção de sentidos urbanos.</u>	2013	<u>[ECA-Esc. Comunicações e Arte] t301.16 F178c</u>
<u>7</u>	<u>Battaini, Vivian</u>	<u>Educomunicação socioambiental no contexto escolar e conservação da bacia hidrográfica do rio</u>	2012	<u>[ESALQ-Bib. Central] t333.91 B328e e.1 101949 [ESALQ-Bib. Central] t333.91 B328e e.2 101950</u>
<u>8</u>	<u>Oliveira Junior, Marcio Cordeiro</u>	<u>Comunicação ambiental e cibercultura: : um estudo sobre blog ambiental e experiência de jornal</u>	2012	<u>[ESALQ-Bib. Central] OLIVEIR A JUNIOR, M.C.</u>
<u>9</u>	<u>Soares, Ismar de Oliveira</u>	<u>Meio ambiente : gestão pública e educomunicação.</u>	2012	<u>ECA-Esc. Comunicações e Arte] 301.16</u>
<u>10</u>	<u>Battaini, Vivian</u>	<u>Pesquisa-ação e contexto escolar : oficinas de educomunicação socioambiental em bacia hidrogr</u>	2011	<u>[ESALQ-Bib. Econ. Adm. Soc.] Recurso - onlie</u>
<u>11</u>	<u>Martirani, Laura Alves</u>	<u>O blog como laboratório para educomunicação socioambiental.</u>	2009	<u>[ESALQ-Bib. Econ. Adm. Soc.] Recurso on-line</u>
<u>12</u>	<u>Brasil. Ministério do Méio Ambiente, Departamento de Educação Ambiental</u>	<u>Educomunicação socioambiental [recurso eletrônico].</u>	2008	<u>[FE-Faculdade de Educação] CD 371.112(81) B823e</u>

13	<u>Gadotti, Moacir</u>	<u>Educomunicação socioambiental. [recurso eletrônico].</u>	2008	
14	<u>Martirani, Laura Alves</u>	<u>Comunicação, Educação e Sustentabilidade : o novo campo da Educomunicação Socioambiental.</u>	2008	

Fonte: www.dedalus.usp.br Acesso em 21 de agosto de 2019.

A Educomunicação se desenvolve em sete áreas específicas de atividades, chamadas áreas de intervenção: (1) educação para a comunicação, (2) mediação tecnológica da educação, (3) produção midiática com finalidade educativa, (4) expressão comunicativa por meio da arte, (5) pedagogia da comunicação, (5) gestão da comunicação em espaços educativos e, finalmente, (7) reflexão epistemológica.

Toda essa trajetória nos leva para a busca da compreensão sobre o conceito de Educomunicação socioambiental e sua aproximação com os processos comunicacionais para a legitimação da Educomunicação como política pública de meio ambiente.

4.1 Educomunicação Socioambiental e Sua Legitimação na Esfera Pública

Apesar de todos os esforços para o desenvolvimento de uma consciência ambiental no país, os anos de 2003 e 2004 registravam os maiores índices de desmatamento na Amazônia, 26.130 quilômetros quadrados foi a projeção constatada pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), feita a partir de 103 imagens que cobriam 93% da área onde se concentra a derrubada da floresta, na região do chamado Arco do Desflorestamento (MMA, 2005). Essa informação foi decisiva para que o governo federal na ocasião procurasse impulsionar e fortalecer as redes para a Educação Ambiental no país.

Em novembro de 2004, foi realizado em Goiânia o V Fórum Brasileiro de Educação Ambiental, organizado de forma coletiva a partir da Rede Brasileira de Educação Ambiental – REBEA, e que proporcionou espaço para diálogos e trocas entre educadores ambientais, com apresentação de pesquisas, vivências e experiências em EA. Realizada durante todo o evento, a atividade denominada “Conversando com as Redes” proporcionou aos participantes a oportunidade de estar em contato com as pessoas que formavam as redes de EA de todo o Brasil.

As conexões foram reforçadas e renovadas no evento, que viu nascer a Rede Nordeste de Educação Ambiental e a Rede de Educomunicação Socioambiental. Conforme explicitado no PRONEA:

Em 2004 ocorreu em Brasília a I Oficina de Comunicação e Educação Ambiental, promovida pela DEA/MMA. As discussões e encaminhamentos desta Oficina apontaram para a construção aberta e participativa, entre governo e sociedade, de um programa de comunicação ambiental na perspectiva da Educomunicação. Os princípios, objetivos e ações do Programa Nacional de Educação Ambiental (PRONEA), coordenado pelo órgão gestor da Política Nacional de Educação Ambiental correspondem, em grande parte, às recomendações do coletivo desta oficina (PRONEA, 2018, p. 18).

Para possibilitar as ações de comunicação ambiental, conforme o MMA (2008), no que diz respeito à Educomunicação, no texto que direciona as estratégias para implantação do Programa Nacional de Educação Ambiental (PRONEA) define que:

A Educomunicação é uma linha de ação do Programa Nacional de Educação Ambiental (PRONEA) que cuida da articulação de ações de comunicação para a Educação Ambiental. Em atendimento à lei 9795/99, da Política Nacional de Educação Ambiental, esta linha de ação tem como objetivo proporcionar meios interativos e democráticos para que a sociedade possa produzir conteúdo e disseminar conhecimentos, através da comunicação ambiental voltada para a sustentabilidade (MMA, 2008, p. 45).

Esta afirmação apoia-se na validade, até os dias de hoje, dos seguintes documentos: (1) a Lei Nº 9.795/99, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental no país, no (2) Programa Nacional de Educação Ambiental e (3) nas Diretrizes do Programa Nacional de Educação Ambiental (PRONEA), publicadas a partir de 2003 e finalmente (4) “Programa Nacional de Educomunicação Socioambiental - Série documentos técnicos” publicado em 2005. Todas essas políticas encontram eco em pesquisas e ações desenvolvidos pelos pesquisadores do NCE/USP ao longo de décadas e que são citados não somente nos documentos mas, sobretudo, nas falas dos gestores que compunham as equipes técnicas do MMA e também do MEC.

A Educomunicação é assegurada em políticas públicas de diversas áreas e esferas governamentais, sempre criadas a partir de iniciativas práticas, realizadas em rede e envolvendo a formação multidisciplinar de alunos, professores e comunidades locais.

No que se refere especialmente à Educomunicação Socioambiental, se constituiu historicamente no âmbito do Ministério do Meio Ambiente como um campo de atuação consolidado para o desenvolvimento de ações educativas em ambientes formais e não-formais. Em 2005 é elaborado um documento, pelo Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental, publicação que tem por finalidade orientar na perspectiva educ comunicativa as ações em educação ambiental, esse documento apresenta a Educomunicação como “(...) um conceito novo que também aponta para um horizonte de sociedades sustentáveis” (MMA, 2005, p. 10).

Elaborado por uma equipe multidisciplinar composta por, pesquisadores e gestores dos Ministérios do Meio Ambiente e Ministério da Educação, da Universidade de São Paulo (USP) e do Núcleo de Comunicação e Educação da USP, foi denominado de Programa de Educomunicação Socioambiental. Trouxe como justificativa a perspectiva de desenvolver a comunicação ambiental como estratégia para difundir e promover a fruição das práticas e, principalmente, a importância da Educação Ambiental no território nacional. Portanto, o documento explicita que:

[...] Programa de Educomunicação Socioambiental não responde a todas as necessidades de construção de uma política de comunicação ambiental. Mas corresponde à dimensão pedagógica dos processos comunicativos associados à questão ambiental que, na perspectiva do Programa Nacional de Educação Ambiental – ProNEA, se quer presente como competência e conteúdos de todos os canais de comunicação no país. (MMA, 2005, p.07)

Além de apontar os Princípios para a implantação do referido Programa, baseou-se em conceitos oriundos da Educomunicação, apontando pesquisas e especialmente a contribuição de pesquisadores da ECA/USP e do NCE/USP.

A partir dos princípios do PRONEA, e considerando os fundamentos e antecedentes acima descritos, ressaltamos os princípios norteadores do Programa de Educomunicação Socioambiental extraídos do texto que nos interessam na medida em que se alinham com as práticas educ comunicativa, quais sejam: a – Dialogismo e Interatividade; b – Transversalidade e Intermediaticidade; c – Encontro e Integração; d – Proteção e Valorização do Conhecimento Tradicional e Popular; e – Acessibilidade e Democratização (MMA, 2005). No que diz respeito aos

Princípios, o documento demonstra a preocupação de compatibilizar as questões pertinentes à revolução tecnológica em sintonia com a ação comunicativa para a sustentabilidade, enfatizando a importância da ação dialógica e a valorização dos conhecimentos tradicionais, conforme transcrevemos a seguir:

O fato de hoje a Internet ocupar lugar de destaque nos corações e mentes de quem participa de redes não significa que este ambiente de comunicação, mediado pela tecnologia, seja o único campo desejável da ação comunicativa. Pelo contrário. Não só peças convencionais de comunicação (como informativos impressos, folhetos, programas de rádio, vídeos etc.) são importantes, como também, como veremos mais adiante, existe um “meio de comunicação” tremendamente mais poderoso que a Internet no que se refere à compreensão, disseminação de ideias e comportamentos e circulação de notícias no âmbito não só das redes como no das relações sociais de maneira geral: a conversa face a face (MMA, 2005, p. 33).

Ainda a respeito do Programa de Educomunicação Socioambiental, constatamos que o documento foi atualizado três anos depois, em 2008, numa publicação com finalidade de orientar na perspectiva educomunicativa as ações em EA, denominado “Educomunicação Socioambiental: Comunicação Popular e Educação”, conhecido como “texto-base” (MMA, 2008). O MMA tem como prática a atualização destes documentos e constatamos que tal prática se dá desde 1997. No que diz respeito ao texto base, este sofreu uma atualização em 2008. Verificamos que o conteúdo não foi alterado, apenas alguns dados foram inseridos a respeito de eventos ocorridos. Ao tratar desse documento, Soares afirma:

O documento sintoniza-se com pressupostos defendidos pelo NCE-USP ao afirmar a importância de elucidar as diversas dimensões a que o termo remete, levando em conta sua condição de campo do conhecimento, de episteme, estando presente em atividades de pesquisa, assim como na produção de conhecimento e na formulação de diretrizes filosóficas para projetos e programas socioambientais (SOARES, 2011, p. 76).

Outro ponto importante diz respeito ao compromisso da Educomunicação de inserir uma pedagogia capaz de utilizar os recursos da comunicação popular como referenciais para a implantação da EA e da sustentabilidade e, para isso, define seus objetivos, os quais transcrevemos a seguir:

Objetivos da Educomunicação para as políticas de meio ambiente. Estimular e difundir a comunicação popular participativa no campo da Educação Ambiental brasileira, com o fim de fortalecer a ação educadora coletiva pela sustentabilidade. Contribuir para a elaboração e a implementação de uma Política Nacional de Comunicação e Informação Ambiental (BRASIL, MMA, 2008, p. 03).

Sendo assim, e, partindo dessa premissa, o texto-base de 2008 conceitua a Educomunicação Socioambiental alinhando-se à dimensão pedagógica dos processos comunicativos ambientais. Práticas referenciadas pela participação e pelo trabalho coletivo, levando em conta os saberes compartilhados a partir da valorização dos processos do fazer e das demandas encontradas nas diversas comunidades onde possa acontecer:

A Educomunicação Ambiental ou Socioambiental refere-se ao conjunto de ações e valores que correspondem à dimensão pedagógica dos processos comunicativos ambientais, marcados pelo dialogismo, pela participação e pelo trabalho coletivo. A indissociabilidade entre questões sociais e ambientais no fazer-pensar dos atos educativos e comunicativos é ressaltada pelo termo socioambiental. A dimensão pedagógica, nesse caso em particular, tem foco no “como” se gera os saberes e “o que” se aprende na produção cultural, na interação social e com a natureza (BRASIL, MMA, 2008, p.43).

O documento apresenta, ainda, os princípios da Educomunicação Socioambiental com base nos princípios do PRONEA, que foram organizados em oito “compromissos” e considerando-se os fundamentos e antecedentes já apresentados, definidos como sendo princípios norteadores, os quais serão apresentados na segunda seção deste trabalho.

Para o direcionamento e implantação de ações no âmbito da sociedade, o documento entrega orientações conceituais e também exemplos de processos e linguagens capazes de desenvolver ecossistemas comunicativos nos espaços de atuação. Destaca suas linhas de ação a partir de sugestões sobre possíveis narrativas, métodos e linguagens que desenvolvam práticas em diferentes contextos e cenários com as comunidades e públicos.

(...) as linhas de ação abaixo são diretrizes para a ação de todos os atores e processos de Educomunicação no campo da Educação Ambiental. Essas Linhas de Ação sugerem atividades, processos, linguagens e métodos. (...) Estas ações podem ser executadas a partir da iniciativa de qualquer segmento da sociedade, sejam grupos de educadores ambientais, instituições da sociedade civil, órgãos públicos, empresas, rádios comunitárias, etc. (MMA, 2008).

O documento apresenta ainda uma diretriz para implementação das ações e são chamados de Meios de implementação: ações complementares integradas, demandando uma série de critérios para que seja melhor articuladas as linhas de ação do Programa de Educomunicação Socioambiental, orientando especialmente que tais critérios estejam presentes nos planos e projetos político-pedagógicos na educação ambiental e que seja promovida em todo o território nacional, quer na educação formal, não formal ou informal. Destaca ainda a importância dessas práticas por educadores. A seguir demonstramos como o documento orienta tais critérios:

1 – Realizar diagnósticos e mapeamentos iniciais em todos os níveis Para mapeamentos e diagnósticos da comunicação num âmbito territorial, recomenda-se observar as seguintes dimensões:

- a) canais e conteúdos existentes;
- b) educadores ambientais atuais e potenciais;
- c) estruturas de apoio à produção e difusão democrática da comunicação;
- d) sistemas informais de comunicação existentes, seja de comunicação face-a-face (articulação de redes, tradições de festas, encontros, assembleias, festivais artísticos e gastronômicos, etc.) ou de comunicação mediática (jornais escolares, rádio-poste, fanzines, cordel, festival de vídeos de celular, grupos de aprendizagem na internet, entre outros (MMA 2008).

A trajetória da Educação Ambiental nas políticas públicas no Brasil, apresentada até aqui, propõe que a Educomunicação Socioambiental tem, entre outras funções, a de promover os referenciais ambientais para o desenvolvimento de uma prática social centrada no conceito da natureza. Numa perspectiva que vislumbra o despertar da consciência ambiental da população, capaz de estabelecer processos de educação para a cidadania, estimulando e motivando as pessoas para transformar as diversas formas de participação na defesa da qualidade de vida. Para tanto é necessário que essa prática seja mediada por profissionais capazes de articular diversos saberes. E nesse sentido seguimos para uma reflexão sobre esse profissional, o educador.

4.2 O Educador como Agente de Transformação Socioambiental

O sistema educacional brasileiro vem enfrentando muitos desafios, como contingenciamentos de recursos que implicam na escassez de investimentos em capacitação

de professores e gestores, violência na escola e evasão escolar provocadas por questões como o desinteresse dos estudantes, necessidade de trabalhar e também a incidência crescente de suicídio entre os jovens. Não bastasse os motivos citados, outro desafio é a promoção de uma educação que contemple as tecnologias, levando-se em conta a relação que decorre da forma como os alunos interagem com os novos meios, exigindo da escola e, mais especificamente, do professor, propor atividades que relacionem as mídias e os conteúdos formais do currículo.

É fato que a forma de ensinar e de aprender mudou e necessita de profissionais que estejam aptos inicialmente a identificar este novo cenário e consequentemente buscar ferramentas para “enfrentar” essa realidade. Como indica Citelli:

As relações media-escola, a alfabetização para a comunicação, a leitura crítica dos meios e os estatutos que animam as relações ensino-aprendizagem promovidas, agora, por novos dispositivos de produção, circulação e recepção do conhecimento e da informação demandam professores, para atuarem nas interfaces concernentes aos temas comunicativo-educativos, estejam eles presentes no universo da escola, em sistemas informais ou não formais, nas ONGs, nos espaços midiáticos, enfim, nas várias instâncias da sociedade (CITELLI, 2010, p. 14).

Na sociedade atual, torna-se fundamental que aquele que educa tenha capacidade e autonomia para identificar amplos e complexos aspectos de comunicação relacionados ao seu público discente, ao seu trabalho e a si mesmo como sujeito interlocutor e participante, sem esquecer a relação dos sujeitos da educação com os sujeitos do sistema de meios de comunicação, tanto os produtores quanto os receptores (SIQUEIRA, 2009, p.59).

Cada vez mais, as organizações privadas, impulsionadas pelo conceito da responsabilidade social, aproximam-se do mundo infanto-juvenil, com projetos em temas relacionados ao combate e redução da violência, da formação para a cidadania e da empregabilidade, incentivando programas voltados à alfabetização midiática e ao uso das tecnologias para ampliar a mobilidade da nova geração frente a um mundo cada vez mais complexo. As ações e projetos corporativos pressupõem uma relação mais próxima das organizações com seus públicos demandando uma comunicação organizacional sob um olhar humano, cultural, instrumental e estratégico. Essa exigência passa a obrigar que o tema ambiental faça parte da comunicação e que, assim como em todos os outros assuntos, as empresas assumam a função de dialogar, informar e conscientizar seus públicos. Nesse

contexto, tais organizações suscitam ações desempenhadas por um profissional atento às questões sociais e capaz de problematizá-las a partir de uma abordagem híbrida, que considera estratégias comunicativas e educativas, voltadas à transformação social. Não se trata de criar apenas um projeto ou programa, escolher uma comunidade que vai se beneficiar, mas sim, de fazer o caminho inverso do processo, conhecendo seus respectivos públicos e identificando suas necessidades de forma dialógica e participativa, uma práxis educomunicativa.

O educomunicador tem expressamente o perfil de um gestor de processos comunicacionais. Esse profissional deve conhecer suficientemente, de um lado, as teorias e práticas da educação, e, de outro, os modelos e os procedimentos que envolvem o mundo da produção midiática e das tecnologias, de forma a exercer atividades de caráter transdisciplinar tanto na docência quanto na coordenação de trabalhos de campo, na interface comunicação/educação. Também deve reunir competências para atuar no desenvolvimento de projetos de sustentabilidade nas organizações em consonância à comunicação estratégica em departamentos de comunicação que contemplem ações alinhadas à educação para uma comunicação eficiente, levando em conta as demandas internas e externas dos públicos. No aspecto da comunicação estratégica uma comunicação eficaz é definida por Nassar como:

Aquela que é pensada e operada como um processo, no qual o comunicador não é mero informador, mas educador. Esse processo educacional se inicia no envolvimento do comunicador no exercício de pensar o futuro da organização na qual trabalha, passa pela aprendizagem dos integrantes da empresa, principalmente a direção, em relação à administração do simbólico organizacional e se completa nas reações dos públicos diante das mensagens da empresa (NASSAR, 2005, p. 123).

O educomunicador não substitui os tradicionais profissionais da comunicação, mas agrega valor às equipes por seus conhecimentos específicos sobre a natureza da inter-relação comunicação/educação. Espera-se desse profissional a habilidade para administrar conflitos e criatividade para encontrar soluções que melhorem os processos educativos, sejam os formais, sejam os não formais ou ainda os informais. Assim, Soares reforça que:

Dentre os "valores educativos" que dão suporte às "articulações" exercidas pelo profissional do novo campo, destacam-se: a) opção por se aprender a trabalhar em equipe, respeitando-se as diferenças; b) a valorização do erro

como parte do processo de aprendizagem; c) a alimentação de projetos voltados para a transformação social. Um grande número de respostas ao questionário aponta, por fim, como expectativa de resultado, a formação para a cidadania e para ética profissional, objetivando a educação do "cidadão global". Outro campo de trabalho promissor é representado pelos centros independentes de produção midiática e pelas universidades e empresas que dão suporte aos projetos de educação a distância (SOARES, 2011, p.56).

No caso, além de demonstrar capacidade para o exercício do magistério, deverá igualmente mostrar habilidade para atender demandas provenientes de projetos do terceiro setor e da própria mídia, buscando qualificar seus processos e produtos, tornando-os cada vez mais adequados às necessidades educacionais das novas gerações.

Dentre os "valores educativos" que dão suporte às "articulações" exercidas pelo profissional Educomunicador, destacam-se: a) opção por se aprender a trabalhar em equipe, respeitando-se as diferenças; b) a valorização do erro como parte do processo de aprendizagem; c) a alimentação de projetos voltados para a transformação social (idem, p.27).

É possível considerar, a partir do que foi exposto anteriormente, que, além da demanda por um profissional capaz de orientar em sala de aula seus discentes na inter-relação da comunicação, educação e tecnologias será necessário formá-lo para tal. No Brasil, visando sair da formação exclusivamente empírica, educadores e comunicadores se articularam há três décadas, quando o conceito da Educomunicação passou a ser sistematizado e aprofundado, firmando-se como objeto de estudos acadêmicos. No Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação no ano de 2005 no Rio de Janeiro, Soares destacou que:

Foram 15 anos de uma caminhada ininterrupta de pesquisas e ações propositivas que garantem, hoje, a legitimidade da idéia do re-lançamento da proposta da criação de uma Graduação e/ou Licenciatura em Educomunicação, para formar especialistas que deem conta de forma apropriada da relação entre o mundo da mídia e o mundo da infância e da adolescência. Há 15 anos que um grupo de pesquisadores da Escola de Comunicações e Artes da USP vem perseguindo este ideal. Tudo começou com o primeiro Curso de Especialização em Comunicação e Educação, realizado entre 1989-1990 e que teve algo inusitado: 90% dos professores do Departamento de Comunicações e Artes aceitaram participar do projeto. A eles se somaram docentes do Departamento de Cinema, Rádio e Televisão, assim como da Faculdade de Educação. Entre tantos, Maria

Aparecida Baccega, Adilson Citelli, Dilma de Melo Silva, Luiz Roberto Alves, Osvaldo Sangiorgi, Elza Dias Pacheco, Mauro Wilton de Sousa, Heloisa Dupas Penteadó e Maria Felismilinda Fusari, de saudosa memória (SOARES, 2005, p. 76).

Esses fatos, em seu conjunto, propiciaram a construção dos referenciais epistemológicos e metodológicos indispensáveis para a oferta de um curso de graduação pela ECA/USP — a Licenciatura em Educomunicação — finalmente aprovada pela congregação daquela unidade em 2006 e pelo Conselho Universitário em 2009. Sua instalação efetiva se deu em fevereiro de 2011. Outra iniciativa importante para a formação do educador é o curso Bacharelado em Comunicação Social, com ênfase em Educomunicação, da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG).

A Licenciatura em Educomunicação, da ECA/USP, contempla diretamente a Educomunicação Socioambiental com o oferecimento da disciplina CCA0320, optativa, de Educomunicação Socioambiental, com carga horária de sessenta horas desde 2014, desenvolvida especialmente para abordar o tema e trazer subsídio para o futuro educador. Um dos objetivos desta disciplina está explicitado na grade curricular do curso pelo sistema Jupiter¹¹ como apresentamos a seguir:

A Educomunicação socioambiental coloca-se como importante colaboradora para a compreensão e divulgação da Educação Ambiental, de modo que os alunos da Licenciatura em Educomunicação conheçam seus conceitos e possam tornar-se professores de comunicação e consultores na área da Educomunicação socioambiental, dentre outras atividades (USP, 2019, online).

A disciplina permite a inscrição de alunos dos diversos cursos da USP, propiciando o desenvolvimento da interdisciplinaridade na busca de soluções para os desafios e novos paradigmas da Educomunicação socioambiental. No segundo semestre de 2018, participamos das atividades dessa disciplina, em cujas aulas foi possível observar que abordagens distintas desenvolvidas em sala de aula promovem uma aproximação entre os alunos de outros departamentos, seus professores e áreas de conhecimento, possibilitando inovar estratégias pedagógicas, retroalimentando uma reflexão crítica com o objetivo de

¹¹ JUPITER- *Sistema* de Gestão Acadêmica da Pró-Reitoria de Graduação-superintendência de Tecnologia da informação/USP. Página da Web.

desenvolver práticas de EA, as quais contribuem nas mudanças de atitude e comportamento dos alunos. O exercício do Direito à Comunicação desenvolvido nessa disciplina está ligado ao fortalecimento da identidade de seus participantes, à construção de um sentido de comunidade, à potência de ação e à promoção do diálogo de saberes. E são destacados em sua ementa tais como transcrevemos:

A Educomunicação socioambiental coloca-se como importante colaborador para a compreensão e divulgação da Educação Ambiental, de modo que os alunos da Licenciatura em Educomunicação conheçam seus conceitos e possam tornar-se professores de comunicação e consultores na área da Educomunicação socioambiental, dentre outras atividades.¹²

Assim, a Educomunicação Socioambiental foi ao longo dos anos ganhando legitimidade em várias instâncias e, no que diz respeito ao âmbito federal e à formação de educadores, encontramos a preocupação com o tema expressa em uma das linhas de atuação do Ministério do Meio Ambiente. A Educomunicação Socioambiental é uma linha de ação do Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA), que cuida da articulação de ações de comunicação para a EA. No que diz respeito ao incentivo para o planejamento de ações e a formação de professores na área de Educomunicação, se evidencia a seguinte proposta no documento:

Apoio institucional e financeiro a ações de educação ambiental - 1.6.1 Destinar recursos financeiros, oriundos de fundos nacionais e internacionais, para a implementação, estruturação, monitoramento e avaliação de políticas públicas, programas, projetos e iniciativas de educação ambiental, em consonância com compromissos internacionais assumidos, a exemplo da agenda 2030, dos ODS e do Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis. (...) 1.6.13 Disponibilizar diferentes linhas e modalidades de financiamento a projetos de formação continuada de professores e de educomunicação (PRONEA, 2018).

Ainda nesta perspectiva, a legitimidade da intervenção do educador se faz presente no Programa de Educomunicação Socioambiental, documento destacado no

¹² Parte da ementa da disciplina Educomunicação Socioambiental, da Licenciatura em Educomunicação da ECA/USP, disponível na plataforma Júpiter, da Universidade de São Paulo. Página da Web.

subcapítulo 2.3, que destaca como uma de suas Linhas de ação para projetos, programas e políticas locais, formar profissionais capazes de atuar nas diversas frentes que a educação ambiental requer. Apresentamos a seguir o trecho referido do documento que trata da 3ª Linha de ação – Formação do Educomunicador Socioambiental:

Os objetivos dessa linha são: • desenvolver nas pessoas habilidades comunicativas voltadas para fortalecer suas capacidades expressivas e formação cidadã; • desenvolver nas pessoas capacidade de leitura crítica dos fenômenos e dos conteúdos e como são vistos pelos meios de comunicação; • implementar planos para projetos político-pedagógicos de formação de educadoras e educadores ambientais, possibilitando a oferta contínua de cardápios para habilitação em práticas educomunicativas; • promover atuação conectada de educadores e comunicadores ambientais em processos de intercâmbio de conhecimentos, baseados no interesse comum e solidário pela Educação Ambiental; • desenvolver pesquisas e experimentações, principalmente coletivas, sobre as relações entre comunicação e Educação Ambiental (MMA, 2018).

Portanto a partir do exposto, o educador poderá atuar como educador socioambiental, contribuindo para a construção de conhecimentos nesse âmbito, construindo e utilizando metodologias que envolvam os educandos para estabelecer diálogos com a realidade vivida pelos aprendizes, possibilitando novas atitudes e posturas, conforme as demandas do Programa Nacional de Educação Ambiental e do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos levando em conta as questões do pacto Global e da agenda 2030 como trataremos a seguir.

5 O PROJETO BABITONGA ATIVA

Para compreendermos as complexidades do Projeto Babitonga Ativa no contexto de onde ocorre e quais sujeitos e políticas estão inseridos nele, abordamos a educação ambiental e a questão das águas já que um dos objetivos do projeto foi o de construir um Plano de Gestão do Ecossistema Babitonga e assim contribuir para a governabilidade costeira e marinha daquela região.

5.1 Educação Ambiental e a Questão das Águas

A inclusão do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos na Constituição Brasileira de 1988, a aprovação da Lei nº 9.433 de 8 de janeiro de 1997, que estabelece a Política e o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, conhecida como lei das águas; bem como a criação da Agência Nacional de Águas (ANA) afirmam as características marcantes do caráter democrático assumido pelo Sistema Hídrico Nacional embasado na descentralização, na integração e, principalmente, na participação efetiva dos usuários das águas.

A partir dessas iniciativas surgiram formas institucionais de participação popular que podemos destacar como sendo: audiências públicas, comitês de bacia, conferências, conselhos, mesas de negociação, ouvidorias, orçamentos participativos e planos diretores. Todas elas têm sido multiplicadas, em diferentes proporções e com múltiplos desafios, nas três esferas da Federação. O Plano Nacional de Recursos Hídricos (PNRH), estabelecido pela Lei nº 9.433/97, é um dos instrumentos que orienta a gestão das águas no Brasil. O conjunto de diretrizes, metas e programas que constituem o PNRH foi construído com participação social e aprovado pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH) em 2006. O objetivo geral do referido Plano conforme é "estabelecer um pacto nacional para a definição de diretrizes e políticas públicas voltadas para a melhoria da oferta de água, em quantidade e qualidade, gerenciando as demandas e considerando ser a água um elemento estruturante para a implementação das políticas setoriais, sob a ótica do desenvolvimento sustentável e da inclusão social (PNRH, 2006, p. 2). Paula Junior destaca:

Nos comitês de bacia hidrográfica e nos conselhos de recursos hídricos, a temática da água, desde a sua dimensão biofísica, adquire o relevo de o condutor, a partir do qual são evocadas as dinâmicas de ocupação territorial, os repertórios e narrativas de natureza social, política, econômica, ambiental e cultural, transcendendo fronteiras político-administrativas e evidenciando os limites e horizontes de possibilidades da governança hídrica na transformação de realidades em diferentes escalas. Ponto de partida (fundamento da Lei de Águas), a participação social contribui para dimensionar e fortalecer o significado democrático da gestão hídrica, considerando o arranjo institucional (o Sistema de Gerenciamento) e os mecanismos gerenciais (instrumentos de gestão) como meios para se promover o alcance de objetivos e finalidades comprometidos com a melhora da qualidade de vida nos territórios (PAULA JUNIOR, 2014, p. 43).

Importante salientarmos que os objetivos específicos do PNRH são assegurar: 1) a melhoria das disponibilidades hídricas, superficiais e subterrâneas, em qualidade e quantidade; 2) a redução dos conflitos reais e potenciais de uso da água, bem como dos eventos hidrológicos críticos e 3) a percepção da conservação da água como valor socioambiental relevante MMA (2018). O Ministério do Meio Ambiente é responsável pela coordenação do PNRH, sob acompanhamento da Câmara Técnica do Plano Nacional de Recursos Hídricos (CTPNRH/CNRH) e é adequado, periodicamente, às diferentes realidades das Regiões Hidrográficas¹³ por meio de revisões que aperfeiçoam e aprofundam determinados temas, a partir de análises técnicas e de consultas públicas. Sobre essa questão, Paula Junior reforça que:

No Brasil, um dos principais avanços inscritos no marco legal e institucional para as águas se traduz no reconhecimento da bacia hidrográfica como o espaço territorial para o planejamento e a gestão hídrica, na definição da água como um bem público de uso comum do povo e na promoção da participação das comunidades, dos usuários e do poder público no processo de gestão. Apontando para um modelo de gestão baseado numa relação de proximidade, complementaridade e cooperação entre o Estado e a sociedade, a Lei das Águas (Lei Federal 9.433/97) estabeleceu os órgãos colegiados (os comitês de bacia hidrográfica e os conselhos de recursos hídricos) como fóruns privilegiados para a expressão

¹³O CNRH – Conselho Nacional de Recursos Hídricos e a ANA – Agência Nacional de Águas – dividiram o território brasileiro em doze regiões hidrográficas: Amazonas, Tocantins-Araguaia, Atlântico Nordeste Oriental, Atlântico Nordeste Ocidental, Parnaíba, São Francisco, Atlântico Leste, Paraná, Atlântico Sudeste, Paraguai, Uruguai e Atlântico Sul. Fonte: Agência Nacional das Águas. Divisões hidrográficas do Brasil.

dos conflitos com vistas à sua superação, por meio do diálogo, da negociação e de pactuação em torno a objetivos comuns (idem, p.42).

Assim, a elaboração do PNRH configura um processo de estudo, diálogo e pactuação contínuos, o que resulta em cenários da situação dos recursos hídricos em diferentes momentos históricos, sempre com a participação da sociedade. Nesse sentido, o autor afirma:

No horizonte da democracia e da cooperação pela água, é inestimável o papel da educação ambiental, da comunicação cidadã e da mobilização da sociedade no fortalecimento da consciência crítica sobre a problemática socioambiental das bacias hidrográficas brasileiras, assim como na formação para a prática do diálogo democrático e da cooperação entre os atores e atrizes da gestão (idem, p. 44).

Consideramos importante essa contextualização, uma vez que essa política pública, em particular, incide em iniciativas tais como as que dão origem a muitos projetos e programas de Educação Ambiental em todo o território nacional, e principalmente, no que diz respeito às ações do Projeto Babitonga Ativa, tendo entre seus objetivos, o de promover as políticas de gerenciamento de recursos hídricos no Ecossistema Babitonga, complexo hídrico estuarino composto pelas bacias hidrográficas dos rios Cubatão do Norte, Cachoeira, Canal do Palmital e Parati da Região Hidrográfica do Atlântico Sul, que se constitui como um de nossos objetos de análise, sobre o qual trataremos adiante.

5.2 O Ecossistema Babitonga

O Brasil tem cerca de 12% de toda a água doce do planeta. Potencial hídrico, capaz de prover um volume de água por pessoa 19 vezes superior ao mínimo estabelecido pela Organização das Nações Unidas (ONU). Ao todo, são 200 mil micro bacias espalhadas em 12 regiões hidrográficas, como as bacias do São Francisco, do Paraná e a Amazônica (a mais extensa do mundo e 60% dela localizada no Brasil). Uma dessas bacias, a do Paraná, abriga o chamado complexo estuarino da baía da Babitonga caracterizando-se por ser o maior complexo estuarino do Estado de Santa Catarina e por preservar a maior área de manguezal do território catarinense.

A micro bacia hidrográfica da baía da Babitonga, com uma superfície de 1.567 km², drena terrenos de seis municípios que a circundam: Garuva, Itapoá, Joinville, São Francisco

do Sul, Araquari e Balneário Barra do Sul. Às margens da baía, principalmente a norte, existem resquícios importantes da mata Atlântica. O ecossistema Babitonga detém um conjunto de características que a destacam como área prioritária integrada de forma efetiva ao Plano de Gerenciamento Costeiro para o Estado de Santa Catarina (GERCO/SC14).

A região é rodeada por importantes remanescentes de Mata Atlântica e abriga cerca de 80% dos manguezais catarinenses. A baía é *habitat* de rica biodiversidade, com espécies importantes para atividade pesqueira e que são ameaçadas de extinção, como o Boto-cinza (*Sotalia guianensis*), o Tiê-Sangue (*Ramphocelus bresilius*), a Toninha (*Pontoporia blainvillei*), os Peixes Mero (*Epinephelus itajara*), Garoupa (*Epinephelus marginatus*) e o Pássaro Guará Vermelho (*Eudocimus ruber*).

Segundo Pinheiro (2002), a pesca artesanal é realizada em toda a extensão costeira do Estado de Santa Catarina, principalmente nas baías, lagoas e estuários, beneficiando direta ou indiretamente 150 mil pessoas. Na Baía da Babitonga, existem 33 comunidades ligadas a essa atividade, que agregam 1.089 pescadores.

A pesca artesanal é a principal atividade realizada pela população local, para fins de subsistência ou comerciais. Conforme o Ministério do Meio Ambiente:

Atualmente, mais de 2 mil famílias de pescadores artesanais fazem uso dos recursos naturais dessa área – maricultores cultivam mexilhões e ostras nas águas da baía; o turismo é uma atividade em expansão na região; e a Babitonga se destaca como importante área portuária de Santa Catarina. Compõem a área da reserva 6.200 hectares de manguezal, um dos ecossistemas mais produtivos e ameaçados no mundo, e "*habitat*" exclusivo do caranguejo-uçá (*Ucides cordatus*) — uma espécie sobre-explorada (MMA, 2007, p. 16).

A necessidade de conservar as funções e os serviços prestados pelos ambientes marinho e costeiro impõe a busca pela integração, planejamento e ação coletiva em torno do Ecossistema Babitonga. Segundo o Diagnóstico Socioambiental do Ecossistema Babitonga (UNIVILLE, 20017. p. 31), há 27 comunidades de pescadores artesanais na Baía Babitonga:

¹⁴ A Política Pública do Gerenciamento Costeiro foi introduzida no país na década de 80, através de um planejamento de gestão integrada, descentralizada e participativa dos recursos naturais e dos ecossistemas costeiros (PNGC - Lei 7.661 de 16/05/88). Através da Resolução nº 05 de 03/12/97, da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (CIRM), foi destacada a atuação dos estados da federação no desenvolvimento das ações.

15 em São Francisco do Sul, uma em Araquari, cinco em Joinville, três em Itapoá, duas em Garuva e uma em Balneário Barra do Sul. Além disso, o diagnóstico apontou que:

O recorte da pesquisa considera os grupos que fazem uso direto de algum recurso do Ecossistema Babitonga, seja com finalidades econômicas e/ou de subsistência. São eles: maricultores, pescadores artesanais, operadores de transporte aquaviário (portos, ferryboat e transporte aquaviário coletivo), operadores de turismo e recreação (marinas, barcos de passeio e pousadas com foco na prática da pesca esportiva) e mineradores (extratores de areia) (UNIVILLE, 2017, p.35).

Além da pesca e exploração dos recursos da mata atlântica, como a caça, extração de palmito, outros vegetais e madeira, pratica-se ainda a agricultura, agora em menor escala. Existem também, na região da Vila da Glória, cerca de dez engenhos de farinha ativos. Os conflitos ligados à pesca na Babitonga são referentes ao crescente número de pescadores, em sua maioria não profissionais e empregados em outros setores, ao uso de petrechos inadequados por parte de muitos, à poluição pelo turismo, à cultura de acúmulo e ao imediatismo, provocados pela cultura urbana, que desmantela assim o sistema de subsistência (idem). Essas questões são da esfera socioambiental e revelam a perda da diversidade biológica e da dignidade humana.

O patrimônio urbanístico e arquitetônico do centro histórico de São Francisco do Sul possui cerca de 400 imóveis tombados pelo Instituto do Patrimônio Histórico Nacional – IPHAN, em 1987¹⁵. Essa área abrange o núcleo original da cidade, a cumeada de elevações que o envolvem e a orla marítima. Antigos casarios em estilo colonial, sambaquis, antigas igrejas, cerca de 150 casas e monumentos compõem o patrimônio tombado. Nesse local, os franceses conviveram com os índios Carijós, nativos da região, mais tarde chegaram os portugueses. Elevada à condição de cidade, em 1847, cresceu lentamente, e alcançou o auge da prosperidade nas últimas décadas do século XIX, com o comércio de madeira e erva-mate. Essa prosperidade refletiu-se na arquitetura do casario histórico, com a substituição do modelo de construção luso-brasileira para modelos do ecletismo europeu, principalmente os adotados pelos brasileiros de origem alemã (os teuto-brasileiros).

¹⁵ Mais informações em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1546/> Acesso em dezembro de 2018.

Tal prosperidade chegou ao fim na década de 1940, devido ao declínio do ciclo da erva-mate e da madeira, ao esgotamento das reservas desses produtos no Estado, ao direcionamento dos recursos do governo para outros portos brasileiros e à recessão financeira causada pelas duas guerras mundiais (nos períodos de 1914-1918 e 1939-1945). A baía da Babitonga está localizada ao norte da planície costeira de Santa Catarina, possuindo como limite, na porção noroeste, a unidade geomorfológica Serra do Mar e, a sudeste, a ilha de São Francisco do Sul, formando um complexo estuarino, dividido em três grandes segmentos: o canal do Linguado, ao sul; o rio Palmital, ao norte; e o corpo da baía, ao centro do complexo (BANDEIRA, 2017). Compreendendo uma área de, aproximadamente, 160 km², o estuário é coberto pelas florestas de terras baixas, por restinga e pela última grande formação de manguezal do hemisfério sul (Kilca et al., 2011). Tais características resultam na sua rica diversidade biológica, sendo considerado um dos ecossistemas mais importantes, em razão das funções ecológicas e econômicas que desempenha e das inúmeras espécies que abriga (Cremer, 2006; Fava, 2016). Provavelmente, devido a esses recursos ambientais, há registro de populações humanas na região desde 6.000 anos AC. (SÁ, 2017).

Além das riquezas naturais, o ecossistema Babitonga abriga mais de 150 sambaquis¹⁶ na região. A baía da Babitonga apresenta expressivo conjunto de sambaquis, pouco estudado, cujas idades, formas e locais de assentamentos variam muito, o que tem dificultado a compreensão dos processos de ocupação da região como um todo na pré-história. Alguns pesquisadores enfrentam muitos desafios para desenvolver suas pesquisas, no entanto vários achados já se constituem verdadeiras conquistas, como é o caso da pesquisa no sambaqui sob rocha¹⁷ Casa de Pedra, São Francisco do Sul, Bandeira elucida que:

¹⁶ Depósitos construídos pelo homem, constituídos por [materiais orgânicos](#) e [calcários](#) (de origem marinha, terrestre ou de água salobra) que, empilhados ao longo do tempo, pela ação das intempéries, sofre uma [fossilização](#) química, difundindo o [cálcio](#) em toda a estrutura e petrificando os detritos e ossadas porventura ali existentes. Alguns grupos [indígenas](#) os utilizavam como santuário, enterrando neles os seus mortos, outros como locais para construir suas [malocas](#). Estudos recentes sugerem que os sambaquis tenham sido produzidos por povos que viveram na costa brasileira entre 8 mil e 2 mil anos antes do presente. Pesquisando seu conteúdo, pode-se saber sobre a vida dos primeiros povoados do território [brasileiro](#), como sua alimentação, seus conhecimentos técnicos, a fauna e a flora da época etc. Os excrementos humanos fossilizados podem informar ainda, sobre as doenças que aqueles homens e mulheres tinham. Fonte: *website* da SAB – Sociedade de Arqueologia Brasileira.

¹⁷ O sítio Casa de Pedra foi cadastrado por Alves (2003), sendo o único sambaqui sob rocha registrado em Santa Catarina, localizado na base de uma elevação que faz parte do embasamento cristalino da ilha, a gruta é fruto da formação de rochas (gnaisse) em processo de acomodação, resultantes do

O litoral norte de Santa Catarina sofreu diferentes ocupações espaço-temporais. Um dos primeiros grupos humanos a viver na baía da Babitonga foi de pescadores-coletores caçadores, conhecidos por sambaquianos, que tinham como hábito construir montes, alguns monumentais, constituídos predominantemente de conchas e areia, sendo que a intencionalidade para a sua estruturação é incerta, podendo estar relacionada à drenagem – plataformas em áreas alagáveis – e ao controle visual do território (BANDEIRA, 2018, p. 214).

Os Sambaquianos viveram na região de 4 a 5 mil anos atrás e deixaram vestígios do trabalho, das relações sociais e das movimentações pelo Sul do Brasil. Desta forma Bandeira destaca:

O sítio Casa de Pedra está relacionado a uma das ocupações mais antigas da baía da Babitonga, e a sua localização leva-nos a pensar que a origem destes povos deve ter sido pelo leste. O sambaqui sob rocha Casa de Pedra é, sem dúvida, uma das maiores riquezas do patrimônio arqueológico regional. Seja como local de rituais, de moradia permanente ou temporária (idem, p.212).

Em seu contexto econômico concentra, ainda, dois grandes terminais portuários com relevante importância socioeconômica para a região e para o país. Portanto, há intensa atividade nos municípios do entorno com centenas de empresas e tráfego intenso de caminhões e carros que transitam na região, além disso é possível verificar grande desmatamento ocasionado pela forte especulação imobiliária.

A partir da década de 1970, o município recebeu grandes investimentos – o porto foi classificado como terminal graneleiro e grandes empresas de armazenamento e beneficiamento de grãos chegaram à região. Nessa mesma época, é instalado o terminal marítimo da Petrobrás, na Praia da Enseada. A cidade é uma das povoações mais antigas do Brasil e recebeu, ao longo da sua história, navegadores de diversas nacionalidades, principalmente franceses e espanhóis. Atualmente, com grande movimento portuário, ocupa a posição de 2º maior porto de escoamento de produtos do Brasil. Nesse aspecto, é importante destacar o alto impulsionamento dessa atividade em toda a região do ecossistema Babitonga

contínuo intemperismo. A presença de abrigos sob rocha com conchas pode ser rara no Brasil, especialmente quando se trata dos sambaquianos. Essa característica é, contudo, comum em outras culturas no exterior desde, aproximadamente, 100 mil anos.

para o licenciamento de novos terminais marítimos na região conforme explicita de forma detalhada o Diagnóstico socioambiental do ecossistema Babitonga, de 2017, elaborado pelo PBA e Univille. Diz o documento:

O setor portuário em São Francisco do Sul continua em processo de expansão. Há um terminal graneleiro (Terminal de Granéis de Santa Catarina - TGSC) com licença de instalação (emitida em 2014), em área contígua às instalações do Porto Público de São Francisco do Sul, com previsão de movimentação de 10.500.000 toneladas. Existem ainda outros três portos e um estaleiro em fase de licenciamento: o Terminal Marítimo Mar Azul, da empresa NORSUL (Terminal Marítimo Mar Azul), o Terminal Graneleiro Babitonga (TGB), ambos na localidade de Laranjeiras, em São Francisco do Sul, o Porto Brasil Sul, na praia do Forte e o Estaleiro CMO, no fim da Estrada Geral da Ribeira. Em 2009 se iniciaram as obras de implantação do Porto Itapoá, terminal privado inserido na localidade do Pontal-Figueira que iniciou sua operação no ano de 2011. Atualmente o Porto Itapoá é considerado pela ANTAQ o sexto maior terminal de contêineres do país (Porto Itapoá, 2016), e está em andamento um processo de licenciamento para ampliação do mesmo. Recentemente houve uma solicitação à câmara Municipal de Itapoá, por parte da COAMO Agroindustrial Cooperativa, requerendo alteração no Plano Diretor de Itapoá para permitir a instalação de outros dois terminais marítimos no município, um para grãos e outro para fertilizantes (PBA, 2017, p. 57).

O diagnóstico citado anteriormente destaca que esse ciclo capitalista tem se tornado cada vez mais forte devido às expansões das atividades industriais e portuárias naquela região, como demonstrado a seguir:

Após a década de 1990, os principais vetores que atuaram na trajetória de desenvolvimento dos municípios de entorno da Baía Babitonga estiveram relacionados à expansão das atividades turísticas, industriais e portuárias. Estes setores se consolidam em detrimento e à revelia de atividades tradicionais como a pesca artesanal, que passou a sofrer uma gradativa retração. (UNIVILLE, 2017 p.65)

No entanto, a área vem sofrendo com a ocupação desordenada, a poluição de suas águas, o assoreamento provocado pelo desmatamento, a pesca ilegal, a ocupação ilegal das áreas públicas, as obras mal dimensionadas e os aterros dos bosques de mangue. Em 2007 o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBIO)¹⁸ e o Instituto

¹⁸ O Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade é uma autarquia em regime especial. Criado em 2007, pela [Lei nº 11.516](#), o ICMBio é vinculado ao Ministério do Meio Ambiente e integra o Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama). Cabe ao Instituto executar as ações do Sistema

Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA)¹⁹ promoveram uma consulta pública a fim de criar a primeira reserva de fauna brasileira, na baía da Babitonga. Considerada a categoria de unidade de conservação (UC²⁰) que melhor reflete as necessidades de preservação da área, a reserva de fauna compatibiliza a conservação da natureza e o uso sustentável de parte de seus recursos naturais. Assim, o Ministério do Meio Ambiente mantém em seu site a seguinte informação:

Pretende-se, com a criação da reserva, fomentar pesquisas que subsidiem a gestão da pesca do Robalo (*Centropomus spp.*) e atividades de maricultura (cultivo de mexilhão e ostras). Entre as espécies sobre-explotadas, estão o boto cinza (*Sotalia guianensis*), a toninha (*Pontoporia blainvillei*) e o mero (*Epinephelus itajara*) (MMA, 2019).

A região da baía Babitonga e de seu entorno é considerada área prioritária para a conservação, utilização e repartição de benefícios da biodiversidade, conforme a portaria do Ministério do Meio Ambiente (Nº 09/2007)²¹.

No entanto, até aqui pudemos constatar que o ecossistema Babitonga apresenta um cenário de dilemas e incertezas a partir de atividades comerciais e econômicas inseridas numa relação de disputas com existência de várias atividades que demonstram economias de cunho extrativista entre o desenvolvimento técnico e as mudanças sociais e espaciais do que provocam o esgotamento dos recursos naturais. Tal prática incide em vários setores como agricultura, pesca, pesquisa, turismo, economia, meio ambiente, entre outros, trazendo danos que podem ser irreversíveis para o futuro daquelas comunidades, como o ocorrido em 2008, ano de um grave acidente ambiental na região.

Nacional de Unidades de Conservação, podendo propor, implantar, gerir, proteger, fiscalizar e monitorar as UCs instituídas pela União.

¹⁹ Ibama é uma autarquia federal dotada de personalidade jurídica de direito público, autonomia administrativa e financeira, vinculada ao Ministério do Meio Ambiente (MMA), conforme Art. 2º da [Lei nº 7.735, de 1989](#). Disponível em: <https://www.ibama.gov.br>. Acesso em abril de 2019.

²⁰ Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000: “Art. 1º (...) institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC, estabelece critérios e normas para a criação, implantação e gestão das unidades de conservação. Art. 2º Para os fins previstos nesta Lei, entende-se por: I - unidade de conservação: espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção” (BRASIL, 2000, p.1).

²¹ Fonte: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade Serviço: Consulta pública para criação da reserva de fauna na baía da Babitonga, em SC. Disponível em: <https://www.mma.gov.br/informma> Acesso em junho de 2019.

Em 2008, o emborcamento de um comboio formado pela barcaça Norsul 12 e pelo empurrador Norsul Vitória chegou à entrada do Porto de São Francisco do Sul, tendo partido de Vitória (ES) em janeiro daquele ano. A barcaça carregava 340 bobinas de aço, totalizando 9 mil toneladas do material, além de 117,1 mil litros de óleos, dentre os quais 90 mil litros de óleos pesados, 13,8 mil litros de óleo diesel, 13,3 mil litros óleos lubrificantes e 7 mil litros de mistura oleosa foram recolhidos, segundo relatório de investigação do acidente, promovido pela Marinha do Brasil. Da carga total de 117,1 mil litros de óleos transportados pelo comboio, 116,5 mil litros foram derramados no mar, sendo que apenas 7,9 mil litros foram recolhidos, de acordo com relatório de investigação do acidente, promovido pela Marinha do Brasil.

Após o emborcamento foi possível notar a presença de óleo na água em torno das embarcações e, após 12 horas, a mancha de óleo possuía uma extensão de aproximadamente 1.500 metros de comprimento por 300 metros de largura (MARINHA DO BRASIL, 2008).

Diante do grave dano causado ao meio ambiente, o Ministério Público Federal (MPF), por meio da Procuradoria da República em Joinville (SC), ofereceu denúncia de crime ambiental à Justiça.

Conforme a conclusão do “Laudo Técnico Ambiental Nº 022/2008”, face ao volume de óleo derramado, que atingiu praias na região, a existência de espécies ameaçadas, o próprio local ser considerado de grande importância ambiental, as ações tardias na contenção, óleo derramado ser do grupo IV (persistentes) e os problemas socioeconômicos deflagrados, “o incidente deve ser classificado como dano ambiental muito grave” (MARINHA DO BRASIL, 2008, p.23). Acolhida, a denúncia foi convertida na Ação Civil Pública 2008.72.01.000630-2 e a multa de cerca de R\$ 9 milhões foi paga a título de ajustamento de conduta pela empresa.

A pedido do MPF, os recursos foram destinados à execução de vários projetos ambientais na região do ecossistema da Baía da Babitonga. Nove propostas foram selecionadas pelo edital do órgão, entre elas o Projeto Babitonga Ativa. O edital, que contou com a avaliação do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBIO), teve como critérios de seleção propostas que propusessem a criação e/ou

desenvolvimento de unidades de conservação federal localizadas em municípios do nordeste de Santa Catarina.

5.2.1 O Projeto Babitonga Ativa (PBA)

Para garantir a coesão do texto, seria ideal começar este tópico abordando a proposta do projeto, isto é, contribuir para mitigar o crime ambiental relatado anteriormente.

Entre 2015 e 2018, o PBA investiu recursos na formação de um grupo multissetorial de Gestão Ambiental Pública da Baía Babitonga, consolidando uma Agenda Integrada de Ecocidadania (AIE), envolvendo as comunidades dos seis municípios que compõem a Baía. Os recursos, com valor total de R\$ 1.823.111,51 para a execução do PBA, foram repassados pela Justiça Federal à Universidade da Região de Joinville²² (UNIVILLE) mediante prestação de contas mensal, apresentada ao Ministério Público Federal em Joinville. A esse respeito o PBA informa em seu site:

O Projeto Babitonga Ativa busca integrar a população, o poder público e a iniciativa privada em defesa da saúde da Baía Babitonga (SC), abrigo de rica biodiversidade, inclusive de espécies animais ameaçadas de extinção, e de três importantes ecossistemas brasileiros da mata atlântica: floresta ombrófila, restinga e manguezal. É executado pela Universidade de Joinville (Univille) por meio da Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários com recursos garantidos pela Justiça Federal em termo de ajustamento de conduta originado de multa ambiental (PBA, 2015, online).

O Projeto Babitonga Ativa (PBA) foi executado pela Univille, por meio da Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários, com recursos garantidos pela 6ª Vara Federal em termo de ajustamento de conduta originado de multa ambiental.

O Projeto Babitonga Ativa e a crescente rede de colaboração buscam, juntos, promover políticas públicas integradas para um ecossistema comum. Nossas ações visam o fortalecimento de boas práticas em defesa da saúde ecossistêmica da Baía Babitonga, tanto sob o aspecto social de

²² Universidade da Região de Joinville, instituição de ensino com formação da educação infantil ao doutorado, a única Universidade do norte catarinense. Com mais de 50 anos de história, a Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários, tem como missão integrar a Universidade e a comunidade por meio de programas, projetos, eventos, atendimento ao estudante e educação continuada. Disponível em: <https://www.univille.edu.br>. Acesso em maio de 2019.

interação e participação do cidadão na tomada de decisões em questões socioambientais, quanto sob a perspectiva do planejamento e gestão estratégica para o território.²³

Para possibilitar a implantação das atividades, o PBA definiu duas linhas de ações conforme explicitado no site do projeto: a mobilização social e o planejamento estratégico. Linhas essas que foram organizadas com objetivos e estratégias distintas, conforme segue:

Mobilização social busca a promoção da ecocidadania²⁴, ativando a consciência coletiva de valorização do patrimônio socioambiental. Assim, a mobilização social é um pilar estruturador do projeto e possui uma série de ações que apoiarão a criação e manutenção do Grupo Pró-Babitonga. As ações de planejamento estratégico contribuem para que o cidadão tenha oportunidades de organizar e construir o tipo de desenvolvimento que deseja para a região onde vive. Para isso, o projeto contempla a elaboração de diagnósticos integrados sobre a saúde do ecossistema (PBA, 2017).

A mobilização social foi um pilar estruturador do projeto, que possuiu ações específicas que apoiam a criação e manutenção do Grupo Pró-Babitonga. Entre as ações, o que nos interessa de modo prioritário é o documento que direciona as estratégias de ação do projeto, chamado de Agenda Integrada de Ecocidadania (AIE), sobre o qual trataremos adiante.

Além da AIE, o projeto mantém em seu escopo de trabalho um Plano de Comunicação, que possibilitou o acesso e teve como objetivo desenvolver a visão crítica do cidadão sobre informações socioambientais e de planejamento territorial, por meio da publicação de estudos, pesquisas e notícias sobre o Ecossistema Babitonga em meios eletrônicos, impressos e audiovisuais. A esse respeito Menezes reforça que:

Importante levar em conta que a comunicação na gestão participativa ocorre por meio de reuniões, estratégias participativas propostas pela metodologia de diagnósticos, espaços de compartilhamento de informações nas redes

²³Extraído do site do projeto: <https://www.babitongaativa.com/linhas-de-acao>. Acesso em 22 de abril de 2019.

²⁴ Mark J Smith (2001), considera Ecocidadania, movimento pelo qual a sociedade pode promover a mudança nos pressupostos éticos convencionais, substituindo os valores antropocêntricos pelos ecocêntricos e criando, assim, novas possibilidades para se alterar a relação entre a sociedade e a natureza.

sociais, folhetos, publicações, entre outros materiais (MENEZES, 2015, p.25)

Dessa forma, destacamos o alinhamento das ações efetuadas pelo PBA com as orientações para as práticas sugeridas no Programa de Educomunicação Socioambiental do PRONEA:

As linhas de ação sugeridas para as práticas são: 1ª – Articulação de Ecossistemas Comunicativos no campo da Educação Ambiental. O objetivo central desta linha de ação é promover a articulação e a manutenção da interação dialógica e da qualidade participativa em todas as instâncias e processos de Educação Ambiental, contribuindo para a sua ampliação e popularização. Ela é fundamental para demonstrar a importância dos processos comunicativos fora dos meios de comunicação, ou utilizá-los apenas como apoio dos encontros presenciais (MMA, 2018).

A equipe do PBA elaborou diagnósticos integrados sobre a saúde do ecossistema, entre os quais: diagnóstico fundiário, socioeconômico e ambiental, reunião de informações e estudos sobre a ocupação territorial, além da identificação dos desafios e oportunidades socioeconômicas e ambientais encontradas no litoral norte catarinense. No projeto de Santa Catarina, o modelo escolhido de atuação contemplou um processo que buscou a integração de instrumentos, trabalhou na escala biogeográfica da Baía da Babitonga, buscando um processo de transformação efetivo e contínuo integrando os atores conforme as demandas que se apresentaram. Se trata de um sistema de gestão participativo com base ecossistêmica a partir de diagnósticos dos cenários encontrados.

A ferramenta de diagnóstico proposto por teóricos da governança interativa chama-se checagem-de-realidade (reality-check, Chuenpagdee & Jentoft, 2009; 2013). Esta abordagem nos oferece meios para desvendar e aperfeiçoar as capacidades de gestão (ou governabilidades) do Ecossistema Babitonga ao compreender juntos e melhor, a cada novo ciclo de análise futura, as principais questões que afetam os subsistemas naturais e sociais, e como tais características afetam a sua governança (até que ponto são possíveis de governar?) (GERHARDINGER, 2018, p.3).

A equipe do PBA produziu um banco de dados sobre o Ecossistema Babitonga, compilando toda a produção científica relacionada ao território, sobre o qual há mais de 1.000

documentos (incluindo artigos científicos, literatura cinzenta e relatórios técnicos) organizados em um sistema virtual de armazenamento. Com base nesse material e em parceria com a revista Biodiversidade e Conservação Marinha (CEPSul/ICMBio²⁵), pesquisadores de diversos temas foram convidados a elaborar sínteses do conteúdo disponível nos temas em que são envolvidos. Essa parceria resultou na produção de 22 artigos, que representam o estado-da-arte sobre o conhecimento científico no Ecossistema Babitonga.

Entre 2015 e 2017, o PBA produziu uma série de documentos técnicos. Esse material está disponível para consulta no site do projeto e se configura como uma importante fonte de pesquisas e de informações sobre a gestão do Ecossistema Babitonga, sobre a qual nos debruçamos na pesquisa documental.

Compilamos abaixo, na tabela “Produção técnica do PBA” alguns documentos e suas descrições, no intuito de compreender os referenciais teóricos que contemplam a Educomunicação e difundem práticas educacionais eleitas para dar suporte às ações do PBA e de nosso interesse, entre eles, especialmente, a Agenda Integrada de Edcoidadania.

Tabela 5 - Produção técnica do PBA

Documento	Descrição
Análise de cenários para o fortalecimento da gestão ambiental pública no Ecossistema Babitonga	Instrumento de planejamento elaborado pelo Grupo Estratégico de Mobilização, com o objetivo de dar transparência e legitimidade ao processo de estruturação e institucionalização de uma nova instância colegiada de gestão ambiental pública para o Ecossistema Babitonga, o Grupo Pró-Babitonga.

²⁵ A Revista CEPSUL – Biodiversidade e Conservação Marinha, publicada pelo Centro Nacional de Pesquisa e Conservação da Biodiversidade Marinha do Sudeste e Sul - CEPSUL/ICMBio, tem como objetivo divulgar pesquisas inéditas relacionadas aos ecossistemas costeiros e marinhos, em especial aquelas voltadas a sua conservação. O Centro Nacional de Pesquisa e Conservação da Biodiversidade Marinha do Sudeste e Sul – CEPSUL é vinculado à Diretoria de Pesquisa Avaliação e Monitoramento da Biodiversidade – DIBIO, e sediado no município de Itajaí, no Estado de Santa Catarina. Conforme [Portaria ICMBio nº 16](#), de 2015, realiza pesquisas científicas e ações de manejo para conservação e recuperação de espécies ameaçadas e de monitoramento da biodiversidade do bioma marinho costeiro no Mar do Sul brasileiro, com ênfase nos impactos de empreendimentos e demais atividades antrópicas, assim como auxilia no manejo das Unidades de Conservação federais, por meio de estudos e monitoramento para conservação e uso sustentável da sua biodiversidade. Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/revistaeletronica/index.php/cepsul/index>. Acesso em maio de 2019.

Plano de Ação Coletiva para a Saúde do Ecossistema Babitonga – PAC	Instrumento de planejamento preliminar e não vinculativo, elaborado pelas instituições participantes do Grupo Estratégico de Mobilização em agosto de 2016 com o objetivo de integrar as ações entre projetos aprovados no Edital MPF/2013.
Diagnóstico Socioambiental do Ecossistema Babitonga	Documento técnico elaborado por uma equipe de mais de 50 cientistas, em parceria com a equipe do PBA. É um documento que avalia a literatura científica disponível sobre aspectos ecológicos da Babitonga e oferece insumos para a gestão ambiental pública da região.
Oportunidades para o monitoramento integrado do Ecossistema Babitonga	Documento técnico elaborado pela equipe do Projeto Babitonga Ativa e consultores parceiros, que avalia a proposta do IBAMA (Coordenação de Portos, Aeroportos e Hidrovias - COPAH) de unificar os programas de monitoramento no âmbito do licenciamento ambiental no Ecossistema Babitonga, e oferece sugestões de aprimoramento.
Agenda Integrada de Ecocidadania	Instrumento de planejamento elaborado pela equipe do PBA, cientistas e educadores da região, que oferece as orientações, diretrizes, princípios e objetivos de estruturação de novas políticas públicas para fomentar ações coordenadas de educação ambiental e cidadania socioambiental para o Ecossistema Babitonga.
Plano de Governabilidade do Ecossistema Babitonga	Instrumento de planejamento em elaboração pela equipe do PBA para posterior discussão pelo Grupo Estratégico de Mobilização, com o objetivo de elencar as ações prioritárias para a saúde do Ecossistema Babitonga.
Devolutivas Planejamento Espacial Marinho	Resultados parciais do processo de Planejamento Espacial Marinho, envolvendo 250 usuários diretos do Ecossistema Babitonga, em 36 oficinas, entre 2015 e 2016.
Fonte: a autora, a partir de informações do PBA (2017)	

Por sua atuação, o Projeto Babitonga Ativa obteve reconhecimento nacional do Grupo de Integração do Gerenciamento Costeiro (GI-Gerco²⁶), secretariado pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA), como modelo de ação ecossistêmica integrada, conferindo dessa forma a

²⁶ Criado em 1996, o GI-GERCO, coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA), faz parte das estratégias de ação para implementação do Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro (PNGC), instituído pela Lei nº 7.661, com propósito de promover a articulação das Ações Federais na Zona Costeira a partir dos planos de ação federal. Tem como metas: capacitar parceiros institucionais e sociedade dos 17 estados costeiros nas modalidades presencial ou a distância, na metodologia do Projeto Orla; Elaborar metodologia para estudo e avaliação de vulnerabilidades na zona costeira, em escala local; Elaborar proposta para monitoramento e avaliação dos resultados do Projeto Orla; e Implementar e disseminar Sistema de Modelagem Costeira, adotado às características da costa brasileira.

possibilidade de tornar-se modelo de gerenciamento de biomas para o país. As ações do projeto foram elaboradas na perspectiva educomunicativa, considerando os ecossistemas comunicativos num contexto de mobilização cidadã.

5.3. Agenda Integrada de Ecocidadania (AIE)

A Agenda Integrada de Ecocidadania (AIE) faz parte das estratégias de atuação na linha de ação definida pelo PBA de mobilização social dentro do projeto e contempla várias atividades. Foi o instrumento de planejamento elaborado pela equipe do PBA, cientistas e educadores da região, que ofereceram as orientações, diretrizes, princípios e objetivos de estruturação para fomentar ações coordenadas de educação ambiental e cidadania socioambiental para o Ecossistema Babitonga. Trata-se de

(...) um instrumento de planejamento que busca a convergência progressiva das políticas públicas e ações inter-institucionais de Educação Ambiental no entorno do Ecossistema Babitonga. Esse instrumento também oferece as orientações, diretrizes, princípios e objetivos de estruturação de novas políticas públicas para fomentar ações coordenadas de educação ambiental e cidadania socioambiental. Neste contexto, a estruturação da AIE vem contribuindo para a organização de ações integradas, por meio de diálogos e construção participativa. Incluímos nesse documento os conceitos e abordagens teóricas norteadoras da AIE, e os procedimentos e passos iniciais de estruturação. O objetivo é viabilizar a ativação da ecocidadania para estimular a participação e incidência popular nos espaços de tomada de decisão para resolução de problemáticas socioambientais/culturais e busca por oportunidades para o desenvolvimento sustentável (PBA, 2017a, p. 2).

Construído de forma participativa junto a comunidades, a AIE integrou representantes de organizações setoriais e parceiros locais vinculados aos setores de educação e cultura (formal, informal e não formal). A construção da Agenda Integrada de Ecocidadania foi realizada por meio de reuniões de trabalho com instituições governamentais e da sociedade civil organizada dos seis municípios de entorno do ecossistema Babitonga. As instituições parceiras destacadas pelo documento são apresentadas na tabela a seguir:

Tabela 6 - Instituições parceiras do PBA na construção da AIE

Instituição	Natureza
Coletivo Memórias do Mar	Organização da Sociedade Civil
Associação SocioAmbientar	Organização da Sociedade Civil
Sala Verde Itajaí	Setor público
Laboratório de Educação Ambiental (LEA) e Programa de Formação e Assessoria em Cidadania Infanto-juvenil (projeto de extensão dos cursos de Direito e Relações Internacionais do CEJURPS) da Universidade do Valedo Itajaí (Univali)	Academia
Fundo Brasileiro de Educação Ambiental – FunBEA	Organização da Sociedade Civil
Núcleo de Educação Ambiental da Universidade Federal de Santa Catarina – NEAamb	Academia
Espaço Colibri	Organização da Sociedade Civil
Instituto Nhandecy	Organização da Sociedade Civil
Museu Nacional do Mar	Setor público
Prefeituras municipais de São Francisco do Sul, Araquari, Balneário Barra do Sul, Joinville, Garuva e Itapoá	Setor público
Fundação Cultural Ilha de São Francisco do Sul (Museu Histórico Prefeito José Schimdt,	Setor público
Cine Teatro X de Novembro	Setor público
Centro Cultural Ester dos Passos Rosa e Biblioteca Pública Augusto José Ribeiro)	Setor público
Aldeia <i>Yuyã Yuate</i> – Morro Alto (Laranjeiras, São Francisco do Sul)	Grupo étnico
Secretarias de Educação dos municípios de São Francisco do Sul, Araquari, Balneário Barra do Sul, Joinville (NEAM), Itapoá, Garuva; Núcleo de Educação Ambiental (NEA) da 23ª Gerência de Educação do Estado de Santa Catarina	Setor público
Secretaria de Cultura e Turismo de Joinville (Casa da Cultura Fausto Rocha Junior)	Setor público
Casa 97 (Joinville)	Setor privado
Fundação Municipal de Cultura e Esportes de Araquari (Casa da Cultura Moacir Theodoro Xavier)	Setor público
Engenho Carvalho	Setor privado
Associação Amigos do Museu Nacional do Mar (Café do Museu)	Organização da Sociedade Civil
Associação de Artesãos de São Francisco do Sul	Organização da Sociedade Civil
Secretaria de Esporte, Cultura e Turismo de Garuva (Casa da Cultura)	Setor público
Clube do Idoso de Garuva	Organização da Sociedade Civil
Pousada Monte Crista	Setor privado
Aldeia <i>Tekoa Yākā Porã</i> (Garuva),	Grupo étnico
Secretaria de Educação e Cultura de Balneário Barra do Sul (Casa de Cultura Dona Boneca);	Setor público
Hotel Bandeirantes (Espaço Tauê);	Setor privado

Secretaria de Turismo, Meio Ambiente e Cultura de Itapoá, Rancho do Raul	Setor público
Associação de Defesa e Educação Ambiental (ADEA)	Organização da Sociedade Civil
Terra Livre de Educação e Treinamento (Balneário Barra do Sul)	Setor privado
Coletivo de Limpeza de Joinville	Organização da Sociedade Civil
Comitê da Bacia Hidrográfica dos Rios Cubatão e Cachoeira e o grupo de trabalho de Educação Ambiental da Região Hidrográfica dos rios Itapocu e Bacias Hidrográficas do Rio Cubatão e Cachoeira (CCJ – Univille)	Setor público
Instituto Caranguejo de Educação Ambiental	Organização da Sociedade Civil
Fonte: a autora. Dados compilados do PBA (2017a).	

Os meios para essa integração foram discutidos junto aos envolvidos para o aperfeiçoamento gradativo da agenda, permeabilidade e enraizamento progressivo nas políticas públicas de educação ambiental nos municípios de entorno da Baía Babitonga. Entre os conceitos que orientam a formulação da AIE, destacamos a Educomunicação:

O processo de estruturação da AIE está pautado nos conceitos de educação ambiental crítica, emancipatória e transformadora; da cidadania socioambiental; de metodologias participativas; da Educomunicação; e baseado nas políticas públicas de Educação Ambiental e de participação social (PBA, 2017a, p.5).

Os objetivos principais da AIE foram mapear iniciativas convergentes; integrar as atividades desenvolvidas pelas instituições parceiras; estimular a participação social nas políticas públicas; construir e desenvolver palestras, oficinas, seminários e ações culturais para a mobilização e sensibilização socioambiental; e desenvolver uma formação (aprendizagem) continuada em ecocidadania, com foco na multiplicação, desenvolvimento e disseminação de conceitos socioambientais e culturais (PBA, 2017a, p.12).

A AIE buscou promover a integração entre arte, ciência, cidadania e meio ambiente a fim de estimular a participação comunitária nas políticas públicas e a valorização do patrimônio cultural (material e imaterial) no território (PBA, 2019). E ainda, a Política Estadual de Educação Ambiental de Santa Catarina (Lei nº 13.558, Art 1º), que compreende a educação ambiental, norteou alguns dos pressupostos teóricos deste documento:

[...] os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do

povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade (PBA, 2017^a, p.8).

Chama-nos a atenção a disposição em fomentar, difundir e promover a fruição da importância do conhecimento e empoderamento na perspectiva das políticas públicas em Educação Ambiental, na prática exercida pelo projeto nos seis municípios de Santa Catarina, que é explicitado na AIE, conforme transcrevemos a seguir:

Para convergência e construção de políticas públicas de EA nos seis municípios de entorno do Ecossistema Babitonga se faz necessário a participação e envolvimento comunitário nas discussões sobre EA nos espaços apropriados; conhecimento das leis municipais, estaduais e federais já consolidadas; participação nos espaços colegiados do campo socioambiental; e, acesso às informações históricas e atuais sobre a Educação Ambiental (PBA, 2017a, p.32).

As ações pedagógicas da Agenda Integrada de Ecocidadania (AIE) estão ancoradas no marco conceitual do Projeto Político Pedagógico (PPP) do Coletivo Memórias do Mar²⁷, que abarca uma diversidade de oficinas e ações para a formação e ativação da Ecocidadania e da Educomunicação no contexto do Projeto Babitonga Ativa. O documento deixa claro sua afinidade com conceitos de educação crítica e emancipatória explicitando-os assim:

Em especial, cabe menção à perspectiva crítica, emancipatória, popular e transformadora que se consolida a partir de contribuições da pedagogia de Paulo Freire, com influência profunda nas leis e políticas públicas de EA no Brasil (idem)

Tais ações contemplam: (1) a Formação Continuada em Ecocidadania; (2) Palestras e oficinas socioambientais e culturais; (3) Colaboração com eventos socioambientais e

²⁷ Coletivo Memórias do Mar, organização sem fins lucrativos, surgiu da convergência voluntária entre pessoas e instituições, incluindo estudantes, lideranças comunitárias, artistas e cientistas, tem estrutura transversal, atua como facilitadora de parcerias e ações interinstitucionais que prezam por um estilo de liderança multicêntrica. (A SEQUÊNCIA ESTÁ INCOERENTE COM O QUE VEM ANTES) Adotamos a intenção de 'ação catalisadora', realizada por meio de atividades de intervenção comunitária sob a perspectiva da Educomunicação, integrando múltiplos saberes e multiplicando experiências de governança ecossistêmica e socioambiental. Disponível em: <https://www.facebook.com/pg/memoriasdomar> Acesso em abril de 2019.

culturais; (4) Saraus para a expressão artística; (5) Seminário Regional Juvenil; (6) Festival Regional Multicultural.

5.4 Ações do Projeto Babitonga Ativa

As ações do Projeto Babitonga foram alinhadas em duas vertentes, como dissemos anteriormente: (a) Mobilização social, linha que priorizou, segundo o site do PBA, a promoção da ecocidadania, ativando a consciência coletiva de valorização do patrimônio socioambiental. Elaborado como um pilar estruturador do projeto e contou com várias ações. A segunda linha (b) Planejamento estratégico, foi pensada para contribuir para que o cidadão tenha oportunidades de organizar e construir o tipo de desenvolvimento que deseja para a região onde vive. Para isso, o projeto contemplou a elaboração de diagnósticos integrados sobre a saúde do ecossistema Babitonga.

Para o desenvolvimento das duas vertentes o PBA previu as seguintes estratégias de ação junto ao seu público:

Tabela 7 - Linhas de ação do PBA e estratégias de implantação

(a) Mobilização social	(b) Planejamento estratégico
a.1) Agenda Integrada de Ecocidadania: <ul style="list-style-type: none"> • Formação Continuada em Ecocidadania; • Palestras e oficinas socioambientais e culturais; • Colaboração com eventos socioambientais e culturais; • Saraus para a expressão artística; • Seminário Regional Juvenil; • Festival Regional Multicultural. 	b.1) Diagnóstico fundiário, socioeconômico e ambiental: <p>Reunião de informações e estudos sobre a ocupação territorial, além da identificação dos desafios e oportunidades socioeconômicas e ambientais encontradas no litoral norte catarinense.</p>
a.2) Reuniões técnicas e políticas para formação do Grupo Pró-Babitonga: <p>Articulação com representantes e lideranças locais, setoriais e regionais do território.</p>	b.2) Planejamento espacial marinho: <p>Mapeamento e gestão participativa dos serviços ecossistêmicos da Baía Babitonga, por meio de oficinas e reuniões com os atores sociais que se beneficiam diretamente da região (pescadores, maricultores, agentes de turismo e lazer, agentes de transporte aquaviário e extratores de areia).</p>

a.3) Plano de Comunicação: Visa possibilitar o acesso e a visão crítica do cidadão sobre informações socioambientais e de planejamento territorial por meio da publicação de estudos, pesquisas e notícias sobre o Ecossistema Babitonga em meios eletrônicos, impressos e audiovisuais.	b.3) Sistema de informação geoespacial: Infraestrutura de dados geoespaciais da Babitonga para suporte ao planejamento e monitoramento do ecossistema.
Fonte: a autora, a partir de dados do PBA (2017).	

Formação Continuada em Ecocidadania

De acordo com o site do projeto, a formação foi dirigida às comunidades escolares de Araquari, Balneário Barra do Sul, Garuva, Itapoá, Joinville e São Francisco do Sul. A estrutura curricular (EC) foi construída e planejada de forma colaborativa junto às secretarias Municipais de Educação dos seis municípios abrangidos pelo PBA, em parceria com a 23ª Gerência de Ensino do Estado de Santa Catarina²⁸ (23ª Gered). Nesse planejamento pedagógico integrado foram envolvidas as comunidades escolares dos seis municípios, incluindo professores e educadores (formais e populares), jovens, estudantes, artistas e lideranças comunitárias (PBA, 2018).

Os participantes da Formação Continuada em Ecocidadania (FCE), segundo o relatório de atividades, vivenciaram nas Câmaras de Vereadores de cada um dos seis municípios de entorno da Baía Babitonga a saída a campo, que teve como objetivo incentivar a participação das turmas em órgãos colegiados, ações socioambientais e em espaços de aprendizagem, tomadas de decisão e resolução de problemas. As atividades desenvolvidas durante as saídas buscaram estimular o sentimento de pertencimento da população sobre o território e a responsabilidade coletiva sobre ele. Além disso, promoveu uma análise de cenários futuros para a manutenção das atividades da FCE e AIE, a partir da mobilização dos seus participantes. Nesse sentido, as discussões integraram os conhecimentos à visita às Câmaras de Vereadores e à aplicação da metodologia NET-

²⁸ A Secretaria de Estado da Educação é o órgão central do Sistema Estadual de Educação, responsável pelas políticas educacionais, da educação básica, profissional e superior em Santa Catarina. Responsável pela administração e orientação do ensino público no Estado, compartilhando essa responsabilidade com o Conselho Estadual de Educação e as Gerências Regionais de Educação. 23 GERED, é a unidade que tem os municípios de: Araquari, Barra Velha, Balneário Barra do Sul, Garuva, Itapoá, Joinville, São Francisco do Sul e São João do Itaperiú sob sua abrangência. Disponível em: <http://www.sed.sc.gov.br/secretaria/gerencias-regionais-de-educacao> Acesso em janeiro de 2019.

MAP (mapeamento de redes institucionais). As atividades se iniciaram com o diálogo sobre os princípios básicos da democracia, os três poderes, direitos e deveres de cada cidadão e o papel do Ministério Público Federal, buscando promover uma reflexão sobre as teorias e as práticas em nossa sociedade e qual o papel do cidadão em relação às questões socioambientais. Outra das atividades desenvolvidas no âmbito da Formação Continuada em Ecocidadania foi a construção de Planos de Ação Coletiva por meio das estratégias didáticas Mandala dos Sonhos e Projetos de Trabalho, realizadas entre novembro e dezembro de 2016. A partir da reunião de sonhos e projetos individuais e coletivos em prol da saúde do Ecossistema Babitonga, os participantes de cada uma das seis turmas construíram um plano de ação coletiva. Foram desenvolvidas dinâmicas de grupo, diálogos e construção do conceito coletivo de ecocidadania, apresentação da linha do tempo da FCE, entre outras atividades. Os títulos dos Planos de Ação Coletiva construídos são: Formando e Informando: construção de conhecimentos sobre a Baía Babitonga (São Francisco do Sul); Multiplicando Multiplicadores (Joinville); Projeto Consciência Ativa (Itapoá); Baía Babitonga Limpa (Araquari); Babitonga Barra Sul / Barra Ativa (Balneário Barra do Sul); Chuva de sementes germinam novas atitudes (Garuva).

A construção do conceito coletivo de Ecocidadania de cada turma se deu a partir do conhecimento prévio sobre ecocidadania relatado pelos participantes no 1º ciclo de oficinas que introduziu a FCE. A partir desse conhecimento prévio e a vivência nos ciclos da FCE, os ecocidadãos construíram o conceito coletivo de ecocidadania, conforme abaixo:

Tabela 8 - Conceito coletivo de Ecocidadania nos seis municípios

Araquari	É a responsabilidade ambiental de cada cidadão, objetivando a valorização da vida, fomentando a reflexão a respeito da ecologia e a intenção que cada indivíduo terá com o meio que está inserido.
Balneário Barra do Sul	Está relacionada às atitudes dos seres humanos, em relação a problemas do meio ambiente, efetivando ações de conscientizar, cuidar, preservar, sustentabilizar e respeitar. Sendo uma ação transformadora de dentro para fora, consciente dos problemas ambientais, dos direitos e deveres, melhorando a nossa qualidade de vida e de futuras gerações.
Itapoá	Conceito de indivíduo no ambiente em que vive respeitando a sustentabilidade através de ações conscientes para chegar ao equilíbrio e harmonia com o Planeta Terra.

Garuva	Exercício consciente de proteção ao meio ambiente/ecossistema. É o ato de pensar no próximo, nas gerações futuras, tomando ações e atitudes que não venham prejudicá-los no futuro. Ser um cidadão ciente do seu papel/função no mundo, sabendo que suas atitudes refletem no ambiente. Cada ação, individual ou coletiva, deixa marcas no mundo, por isso devemos proteger nosso ambiente para que as gerações futuras possam usufruir de um ecossistema saudável. Emancipando a flora e a fauna ao <i>status</i> de cidadã de forma responsável e espontânea.
Joinville	É a consciência ética e ecológica do cidadão para a preservação do meio ambiente, na busca da harmonia entre natureza e sociedade, de atitudes e ações ambientais positivas, voltada a uma prática ambiental coletiva.
São Francisco do Sul	Ação coletiva a fim de exercer o papel de cidadão dentro de princípios ecológicos (sustentar, proteger, harmonizar) engajando-a em políticas públicas, procurando minimizar os impactos na relação cidadão e ambiente.
Fonte: a autora, a partir de dados do PBA (2017).	

A Educomunicação socioambiental foi abordada enquanto prática pedagógica transformadora no ciclo de oficinas da Formação Continuada em Ecocidadania (FCE). A proposta pedagógica da FCE integrou em sua Estrutura Curricular (EC) as diversas bases pedagógicas da educação formal e não formal e promoveu espaços de diálogo com intenção de envolver os participantes em causas comuns, tendo em vista a criação de sociedades sustentáveis no entorno da Baía Babitonga.

Nas oficinas, foram apresentados relatos de experiências e pesquisas, além de incentivada a construção de propostas em grupo, com propósito de serem implementadas pelos participantes em suas escolas e outros locais de atuação, contando com a parceria da comunidade local. “Nesta formação tivemos a oportunidade de testar uma prática pedagógica educ comunicativa denominada vídeo-fórum, inspirada na técnica do cassete-fórum idealizada pelo comunicador popular Mario Kaplún (1984, 1996)” (PBA, 2017, p.18).

Os participantes de cada uma das seis turmas foram convidados a gravar um depoimento síntese de seus aprendizados em vídeo, a partir das discussões feitas em seus grupos.

Essa apresentação de relatos em vídeo do conteúdo debatido em uma cidade era exibida no início da oficina, para os participantes das outras cidades, como ponto de partida para as discussões. Essa prática pedagógica educ comunicativa²⁹ possibilitou que os próprios

²⁹ Extraído do relatório de atividades do PBA. Disponível em: <https://mail.google.com/mail/u/0/?tab=rm&ogbl#search/rguemartini%40gmail.com?projector=1>
Acesso em abril de 2018.

colegas apresentassem o tema da oficina, buscando despertar o interesse pelo assunto, iniciar a discussão e promover o contato com os participantes das outras cidades. Cada nova turma assistia os depoimentos de colegas de todas as cidades anteriores. O Instituto Caranguejo de Educação Ambiental³⁰, de Joinville, foi convidado a participar das formações e apresentaram ações desenvolvidas junto à comunidade escolar da região, entre elas a estratégia didática educ comunicativa “Almanaque Menino Caranguejo”, que aborda de forma lúdica diversas reflexões e conhecimentos sobre o Manguezal da Baía Babitonga.

A respeito dos resultados das ações, o documento do PBA, disponível no site do projeto, explica que:

A oficina chamou atenção para a necessidade de fortalecer o ecossistema de comunicação das comunidades. Este conceito é fundamental para estabelecer vínculos diretos entre os diversos atores que compõem o público residente no entorno da Baía Babitonga. Ao incentivar o desenvolvimento de projetos de Educomunicação, as oficinas buscaram sensibilizar para a importância desta relação constante entre os campos da educação e da comunicação. As discussões também se deram no sentido de perceber como integrar a educação formal, informal e não formal para alcançar maior eficiência na promoção da cidadania socioambiental na região (PBA, 2017)

Os participantes da oficina receberam exemplares do almanaque e dicas de como realizar futuras ações em parceria com o Instituto. Ao final de oito horas de oficina, os grupos de cada turma haviam feito cartazes sobre seus projetos na área de educomunicação para suas escolas e comunidades. As propostas foram apresentadas em cada turma e os planejamentos foram finalizados online, em duas horas, acompanhadas pelo formador. No encerramento de cada encontro era feita uma breve explicação sobre como gravar material audiovisual e os próprios alunos gravavam os depoimentos dos colegas sobre suas percepções, para exibição do vídeo-fórum nas turmas seguintes.

5.4.1 Oficinas de Ecocidadania: 1º Ciclo de Oficinas em Educomunicação Audiovisual

³⁰ O Instituto Caranguejo de Educação Ambiental é uma associação sem fins lucrativos, certificada como OSCIP (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público) que tem como objetivo principal promover a Educação Ambiental nas Escolas e nas Comunidades.

As atividades de Educomunicação promovidas ao longo do projeto ocorreram no âmbito da AIE, em dois Ciclos de Educomunicação Audiovisual, uma formação em Educomunicação Socioambiental, a realização do 1º Encontro Regional de Educomunicação da Baía Babitonga e a participação no evento preparatório para a V Conferência Infanto-juvenil pelo Meio Ambiente.

O 1º Ciclo de oficinas propôs aos participantes construir um produto audiovisual de forma colaborativa e participativa por meio do desenvolvimento de oficinas de elaboração de a) roteiro, b) captação audiovisual e c) introdução à edição de imagens e áudio. Esse processo, segundo os gestores do PBA, contribuiu para a compreensão das ideias e afetos que ligam os participantes à história da Baía Babitonga, por meio do exercício da escrita e da criação audiovisual.

O planejamento pedagógico do ciclo de oficinas foi construído por meio de reuniões presenciais e virtuais (Skype) junto à equipe do projeto e aos parceiros do Coletivo Memórias do Mar. Foram exibidos os seis produtos audiovisuais resultantes do ciclo, cujos títulos são: Moro no Mangue, Encontro de Gerações, Baía Babitonga Lutando pela Vida, Árvore da Vida, Esperança e O homem e a Baía. Após a exibição, os participantes das oficinas deram seus depoimentos e responderam perguntas da plateia, em um diálogo com a intenção de incentivar a continuidade da aprendizagem nessa área, envolvendo sujeitos sociais e institucionais nas ações da AIE (BABITONGA ATIVA, 2018).

5.4.2 2º Ciclos em Educomunicação Audiovisual

Já no 2º ciclo, as oficinas estimularam a contextualização e a valorização do espectador, por meio da educação sobre o uso dos meios audiovisuais para a leitura crítica da realidade. Esse processo de ensino e aprendizagem teve como objetivo estimular a ação dos participantes e incentivar a formação de um grupo local de comunicadores, na intenção de abordar também a saúde ambiental do Ecossistema Babitonga. As matérias construídas participativamente foram fundamentais na divulgação do projeto, na sensibilização dos moradores próximos à Baía Babitonga e na preservação da cultura local (PBA, 2017). O processo de ensino e aprendizagem numa perspectiva educ comunicativa possibilitou aos participantes envolvidos nos ciclos a interação com os recursos midiáticos e a percepção das

possibilidades que o audiovisual oferece para a ativação da ecocidadania, a mobilização socioambiental e a comunicação crítica e participativa (MARTINI, 2018, p.7).

5.4.3 Palestras e oficinas socioambientais e culturais

Com enfoque na identidade cultural de cada município também foram promovidas três oficinas culturais (Alma na Voz e Mãos no Tambor, Corpo Dançante e Meu Primeiro Livro) durante o 1º Ciclo de Saraus Memórias da Babitonga, com a intenção de envolver e integrar a população do entorno da Baía Babitonga na celebração do Patrimônio Histórico Cultural de suas realidades. As oficinas culturais foram vivenciadas por um público diversificado composto de crianças, jovens, adultos e idosos, representantes da comunidade escolar, instituições privadas e públicas e população em geral.

Os participantes receberam declaração da Univille e foram cadastrados no mapeamento de atores da Agenda Integrada de Ecocidadania, com a intenção de envolvê-los nas futuras ações integradas no entorno do ecossistema Babitonga.

5.4.4 Saraus para a expressão artística

O primeiro Ciclo de Saraus Memórias da Babitonga pretendeu promover a integração cultural nos municípios-sede do evento, com a integração de música, dança, poesia, artesanato, teatro, contação de histórias, cinema e fotografia, aproximando a comunidade para um olhar a respeito do patrimônio histórico cultural, material e imaterial. Foram desenvolvidos seis saraus, um em cada município do entorno da Baía Babitonga.

Segundo o site do PBA, foram realizadas 21 reuniões para articulação, mobilização e divulgação do 1º Ciclo de Saraus Memórias da Babitonga, junto aos parceiros locais, visando a participação das comunidades por meio de diversos meios de comunicação, como cartazes, carro de som, rádio, televisão, jornais impressos e *online*, Fanpage do Facebook, site do Projeto Babitonga Ativa e divulgação por amigos e parceiros do PBA. O planejamento pedagógico participativo e adaptativo proporcionou as construções de documentos, instrumentos e procedimentos.

Por esse motivo, a fim de compreendermos em que medida o conceito de Educomunicação e suas práxis serviram de parâmetros tanto no âmbito do grupo de pesquisadores/colaboradores do MMA quanto, entre os idealizadores e gestores do PBA, elaboramos instrumentos com pautas distintas, os quais foram aplicadas para os dois grupos conforme descrevemos a seguir.

6.1.1 Questionário (1) respondido pelos colaboradores na autoria do Marco Referencial

Para corroborar nossa hipótese inicial de que os pressupostos da Educação Ambiental, em sintonia com os marcos referenciais apresentados no capítulo 4, serviram, efetivamente para embasar a tomada de decisões referentes às ações do PBA, optamos por realizar uma sondagem via instrumento de pesquisa elaborado especificamente para esta finalidade.

Neste sentido, em primeiro lugar, um grupo seletivo de respondentes foi escolhido por conta de sua participação direta na elaboração dos documentos referenciais do MMA o Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA), além de documentos técnicos citados no Capítulo 2 no período entre 2005 e 2018. Os membros deste grupo foram contatados e inquiridos a respeito de sua disposição e disponibilidade para colaborar com a investigação, sendo esclarecidos quanto ao tempo hábil para enviar a resposta.

Tabela 9 - Questionário [1] – PESQUISADORES QUE CONTRIBUÍRAM PARA A LEGITIMAÇÃO DA EDUCOMUNICAÇÃO NO MMA
Como veio o convite para que você colaborasse na elaboração das políticas públicas na Educação Ambiental? [RESPOSTA:]
Na sua percepção, por qual motivo a Educomunicação ganhou relevância no momento da elaboração das políticas públicas voltadas para a Educação Ambiental do Ministério do Meio Ambiente (MMA). [RESPOSTA:]
Você pode descrever aquela(s) que considera a maior colaboração de sua parte no processo que estamos investigando? [RESPOSTA:]
Existe algum fato particularmente interessante do qual você se lembra no contexto do processo que levou à consolidação do marco legal PNEA-PRONEA? [RESPOSTA:]
Como você avalia a atualidade das orientações presentes nos materiais da PNEA-PRONEA que se reportam diretamente ao conceito da Educomunicação Socioambiental?

[RESPOSTA:]
Fonte: Elaborado pela pesquisadora.

A escolha dos respondentes se constituiu num capítulo a parte dentro da problemática de nossa investigação. Para justificarmos um recorte amostral em um grupo tão seletivo, recorremos aos dados obtidos ainda na fase da pré-análise, consultando as fichas técnicas/bibliográficas dos documentos publicados pelo MMA. Na ocasião, nosso intuito era o de identificar os personagens-chaves que colaboraram naquele processo inicial de fundamentação das Políticas Públicas de EA e, particularmente, de Educomunicação Socioambiental.

Ao contrário da recolha de dados baseada em levantamento bibliográfico, a identificação dessas pessoas — a que nos referimos, indistintamente como “colabores”, “pesquisadores”, ou ainda, “pesquisadores-colaboradores” — propiciou a emergência de perfis variados que convergiram na ação de atendimento àquela demanda. Para refletir um pouco desta riqueza “humana” percebida em nosso projeto de pesquisa, apresentamos, na tabela 10 tais destaques.

Tabela 10 – Respondentes do Questionário (1)	
Nome e referências acadêmicas	Função exercida em 2004 que levou a participar da elaboração dos documentos no MMA (SIC)
<p>Rachel Trajber</p> <p>Ocupação principal na atualidade: Coordenadora do Projeto Cemaden Educação;</p> <p>Instituição de referência: Centro de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais – Cemaden.</p>	<p>Formalmente, eu era parte do Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), que é formado pelos Ministérios do Meio Ambiente - Diretoria de Educação Ambiental/MMA e da Educação Coordenação-Geral de Educação Ambiental da Secad/MEC. Então, como coordenei a Educação Ambiental no MEC de 2004 a 2012 participei da elaboração das políticas públicas de EA. No entanto, tem outras dimensões não tão formais. 1. o</p>

	<p>Marcos Sorrentino e eu sempre trabalhamos em parceria e estávamos alinhados na formulação das políticas públicas; 2. Trabalhamos com Educomunicação desde os anos 90, pois atuávamos juntos no Instituto Ecoar para a Cidadania; 3. Fiz diversas formações com o Prof. Ismar na ECA/USP.</p>
<p>Eliany Salvatierra Machado</p> <p>Ocupação principal na atualidade: Professora do Departamento de Cinema e Vídeo e do Programa de Pós-Graduação em Cinema e Audiovisual da Universidade Federal Fluminense/UFF</p> <p>Instituição de referência: UFF, USP e UFMS</p>	<p>Em 2003 participei da I Conferência Nacional de Meio Ambiente onde fizemos uma moção solicitando uma proposta de comunicação e em 2004 participei da I Oficina de Comunicação e Educação Ambiental promovida pela DEA/MMA, foi na oficina que surge a ideia de criar um programa de Comunicação e Educação, posteriormente será nomeado de Educomunicação Socioambiental.</p>
<p>Patricia Horta Alves</p> <p>Ocupação principal na atualidade: Professora de Comunicação Social</p> <p>Instituição de referência: Universidade Federal de Sergipe (UFPE)</p>	<p>Pelo NCE-USP convite Ismar de Oliveira Soares e Eliany Salvatierra coordenavam as ações junto ao MMA e acompanhavam o debate sobre Educação Ambiental com a proposição da inclusão do conceito de Educomunicação na formação de base em projetos do Ministério do Meio Ambiente. Juntei-me ao grupo para fazer a articulação com os projetos vigentes: Educom.centro-oeste e Educom.rádio. O Mídias na Educação iniciava suas atividades com reuniões de planejamento. Cabe ressaltar que entre os anos de 2001 a 2004, o Educom.rádio promoveu como um dos seus cinco eixos</p>

	<p>temáticos o debate sobre Meio Ambiente para as escolas no município de São Paulo. Foram, ao longo de 3 anos e meio, 79 pólos, reunindo professores, gestores, estudantes e munícipes vinculados a 455 escolas públicas, para a realização atividades (palestras, debates, produção de peças radiofônicas em diferentes formatos) sobre o tema. Em 2003, ampliamos a agenda para incluir as 70 escolas dos três estados do Centro-Oeste. Portanto, nos anos de 2003 e 2004, contávamos, respectivamente, com 96 e 105 pólos de formação discutindo Educomunicação Ambiental. Outro marco foi a participação do NCE/Educom no SUMMIT 2004.</p>
<p>Marcos Sorrentino</p> <p>Ocupação principal na atualidade: Professor sênior na USP na Escola Superior de Agricultura Luis de Queirós</p> <p>Instituição de referência: Esalq/USP</p>	<p>Fui convidado, no início de 2003, pela recém nomeada Ministra do Meio Ambiente da República Federativa do Brasil, Marina Silva, para assumir a Diretoria de Educação Ambiental daquele Ministério. Esse convite se deu em função de minha antiga e permanente militância na área, por indicação de pessoas que estavam assessorando-a.</p>
<p>Ismar de Oliveira Soares</p> <p>Ocupação principal na atualidade: Professor Sênior do Departamento de Comunicação e Artes da ECA/USP</p> <p>Instituição de referência: USP e ABPEDUCOM (Associação Brasileira de Profissionais e Pesquisadores de Educomunicação)</p>	<p>Como coordenador do NCE/USP, mantive contatos com o funcionário Francisco de Assis, do MMA, interessado em documentos sobre o conceito da educomunicação. Recebi convites para participar e intervir em seminários e workshops organizados pela área de Educação Ambiental do Ministério do Meio Ambiente, tendo estado presente,</p>

	com intervenções, nos encontros realizados em Brasília e em Salvador. Por outro lado, organizei, em 2008, um evento nacional sobre o tema, com a presença das principais autoridades e pensadores sobre o assunto (o VI Simpósio Brasileiro de Educomunicação)
Fonte: Compilado pela autora.	

Como se pode observar, dos oito indivíduos inicialmente consultados, cinco efetivamente responderam ao questionário enviado por email, a saber: (1) Eliany Salvatierra Machado; (2) Ismar de Oliveira Soares; (3) Marcos Sorrentino; (4) Patrícia Horta Alves e (5) Rachel Trajber. Em nosso texto, de agora em diante, nos referiremos aos membros deste grupo por iniciais duplas, em ordem alfabética: (1) ES; (2) IS; (3) MS; (4) PH e (5) RT.

Quanto ao instrumento em si (ver Tabela 09), ele foi concebido num modelo aberto, com um número reduzido de questões (cinco), enunciadas de forma a possibilitar uma expressão bastante livre — quase “espontânea” — que, a nosso ver, seria compatível com a rememoração do processo intenso e complexo de discussão e elaboração coletiva daqueles documentos. Também contamos com a exposição de diferentes pontos de vista e percepções subjetivas, de modo a compor, ao final da recolha, um rico mosaico de informação qualificada. As observações extraídas do conjunto de respostas deste instrumento e consideradas de maior relevância, serão objeto de apresentação e comentário na subseção 6.2.1 deste capítulo.

6.1.2 Questionário (2) respondido pelos gestores do PBA

A criação e veiculação do segundo instrumento de sondagem, dirigido aos gestores do PBA, observou uma dinâmica diferente do primeiro questionário, no que tange à seleção dos respondentes e ao encaminhamento das perguntas e respostas. Achamos pertinente detalhar seu histórico. Elaboramos um questionário com cinco perguntas (tabela 12) que

foram encaminhados via plataforma digital (Google Formulários) para os gestores que atuaram no projeto.

Tabela 11 - Questionário [2] – GESTORES DO PBA	
1. Como veio o convite para que você colaborasse na elaboração das ações do Projeto Babitonga Ativa? [RESPOSTA:]	
2. Você considera que a Educomunicação apresentou uma contribuição importante, do ponto de vista conceitual e metodológico no desenho das ações do PBA? Por que? [RESPOSTA:]	
3. Considerando as instâncias de [1] "Gestão", [2] "Formação" e [3] "Mobilização", quais elementos você poderia identificar como "aportes educacionais" dentro das ações do PBA nas quais se envolveu diretamente? [RESPOSTA:]	
4. Quais as fontes de informação que mais contribuíram para que você consolidasse uma ideia clara acerca da Educomunicação e os princípios nos quais ela se baseia? [RESPOSTA:]	
5. Você pode, sucintamente, mencionar quais seriam os três resultados concretos mais significativos verificados a partir das ações do PBA? [RESPOSTA:]	
Fonte: Elaborado pela autora.	

Em março de 2019 estivemos presente em uma ação do Projeto Babitonga Ativa, Curso Gestão Socioambiental no Ecossistema Babitonga, o Centro de Referência em Estudos de Florestas Costeiras, na Reserva Volta Velha em Balneário Paese — Itapoá/SC, onde conversamos pessoalmente com vários integrantes do PBA e coletamos informações sobre o organograma do projeto.

Abaixo relacionamos cargos e responsáveis que contribuíram com a implementação das ações do PBA, conforme especificado pelo Coordenador Fabiano Grecco (2019)³¹, como uma espécie de colegiado onde “Não havia bem uma hierarquia. Apesar de cada um ter suas responsabilidades específicas, buscávamos sempre construir as alternativas e realizar os planejamentos coletivamente no intuito de manter a unidade e transversalidade dos conceitos norteadores do projeto e suas ações” (Informação verbal). Com base nas informações que

³¹ Informação fornecida por Fabiano Grecco durante o Curso Gestão Socioambiental no Ecossistema Babitonga, o Centro de Referência em Estudos de Florestas Costeiras, na Reserva Volta Velha em Balneário Paese — Itapoá/SC, 2019.

pudemos levantar, o organograma do PBA seguiu, em linhas gerais, o desenho transposto para a Tabela 11.

Tabela 12 - ORGANOGRAMA DO PBA		
FUNÇÃO	RESPONSÁVEL	RESPONSABILIDADES
Coordenação Executiva	Fabiano Grecco	Coordenação geral das atividades, buscando compatibilizar as capacidades da equipe com as demandas do plano de trabalho; Interlocução com departamentos da Universidade; Interlocução com Ministério Público Federal (financiador do projeto); Relatoria Executiva Bimestral; Execução financeira; apoio no planejamento e execução das demais atividades do projeto.
Coordenação Pedagógica	Mirella Cursino/ Maiti Fontana	Planejamento e execução de ações de sensibilização e comunicação social, com enfoque na elaboração da Agenda Integrada de Ecocidadania e na execução da Formação Continuada em Ecocidadania e oficinas socioambientais diversas; Articulação com comunidades escolares nos municípios de abrangência do projeto; Articulação com representações da educação no poder público municipal e estadual; Interlocução comicineiros.
Coordenação Planejamento Espacial Marinho	Dannieli Herbst	Planejamento e execução de Oficinas de Planejamento Espacial Marinho com usuários diretos do Ecossistema Babitonga; compilação e análise de dados; mobilização de participantes para as oficinas; Interlocução com representantes do setor público nos níveis municipal, estadual e federal.
Coordenação Científica	Leopoldo Gerhardinger	Balizamento técnico-científico para a realização das atividades de pesquisa; interlocução com setor público no níveis municipal, estadual e federal; apoio no planejamento e execução das demais atividades do projeto.

Coordenação de Comunicação	Arthur Paganini	Assessoria de imprensa; manutenção de mídias sociais e site; interlocução com veículos de comunicação; apoio nas ações de Mobilização e sensibilização.
Administração	Suelen Cunha	Interlocução com setores administrativos da universidade; apoio no processo de mobilização para as ações de Planejamento Espacial Marinho e de sensibilização.
Fonte: Elaborado pela pesquisadora.		

A partir deste levantamento definimos como grupo estratégico, personagens da nossa análise, as pessoas mencionadas acima pela importância da atuação no contexto das ações do PBA e acrescentamos o professor, pesquisador Rafael Gué Martini, responsável pelos ciclos de Oficinas em Educomunicação Socioambiental, ocorrido nos seis municípios.

Até o momento de finalização desta análise somente cinco (5) dos sete (7) gestores responderam nossa pesquisa. Para fins de identificação chamamos nossos respondentes como segue: Leopoldo Cavaleri Gerhardinger (LCG), Rafael Gué Martini (RGM), Fabiano Grecco de Carvalho (FGC), Maiti Mattoso Fontana (MMF), Arthur Paganini (AP). As observações consideradas de maior relevância, extraídas do conjunto de respostas deste instrumento, serão objeto de apresentação e comentário na subseção 5.2.2 deste capítulo.

6.2 Análise Qualitativa das Respostas Obtidas via Questionários (1) e (2)

Para um melhor alinhamento entre as informações recolhidas com o auxílio dos dois instrumentos de sondagem apresentados, convencionamos que os comentários e destaques seriam referenciados em três categorias comuns referenciadas na Abordagem Educomunicativa, sendo (a) pressupostos éticos e conceituais invocados; (b) mecanismos de ação implementados e (c) papel assumido pelos gestores.

Com base na categorização explicitada, podemos estabelecer uma leitura comparativa do conteúdo das respostas, ilustrando, sempre que possível, esses pontos de conexão entre os pesquisadores que deram forma ao marco conceitual — respondentes do Questionário 1 —

e o grupo engajado na implementação do PBA — respondentes do Questionário 2 —, estes, dialogando com aqueles, no plano das visões e convicções.

6.2.1 Sobre os indicadores da Abordagem Educomunicativa mencionados no Questionário (1)

A Tabela 13 sintetiza os aportes que consideramos mais significativos dentre aqueles obtidos via Questionário (1).

Tabela 13 - Classificação respostas questionário (1) quanto à abordagem educomunicativa			
Identificação	Quanto aos pressupostos éticos e conceituais Questões 2 e 5	Quanto aos mecanismos de ação Questão 4	Quanto ao papel dos gestores Questão 03
[RT]	Democracia, participação, autonomia, protagonismo e emancipação na gestão pública, direito à comunicação e acesso à informação, referência indireta à gestão da comunicação nos espaços educativos, (áreas de intervenção da Educomunicação).	Presidi a Câmara Técnica de EA do Conama e a Educomunicação entrou em uma Recomendação como política pública de educação ambiental, considerando a PNEA/PRONEA	Texto publicado sobre Educomunicação no Coletiva
[ES]	Ideal progressista, diálogo e participação cidadã; Programa ousado, inovador; formar 180 milhões de educadores ambientais. 2019- retomar a Educomunicação Socioambiental como proposta para a Educação Ambiental e para a Agroecologia.	I Oficina de Comunicação e Educação Ambiental e o momento que o Marcos Sorrentino apresentou a proposta de formar	(Buscava) formação de jovens; leitura crítica de imagens; Trabalho colaborativo; parceria; desejo de sociedade diferente; desejo de contribuir.

		180 milhões de Educadores Ambientais.	
[PH]	sociedade inclusiva, justa e democrática; comunicação popular, comunicação participativa, Freire, Bordenave e Kaplún; articulação organizações e movimentos sociais; participação do NCE; participação dos fóruns, debates, produção de conteúdo, organização de eventos temáticos (Sustentabilidade Ambiental), criação da REBECA (Rede Brasileira de Educação Ambiental), conselhos gestores, promoção das conferências meio ambiente, agenda de formação para educação midiática (educação para comunicação, educação pela comunicação, educação em comunicação).	Trabalho em rede; mobilização; participação popular; promoção da educação ambiental.	Articular ações dos projetos do NCE para formação no MMA nos âmbitos federal, estadual e municipal.
[MS]	Campo democrático e popular, diálogo e participação, aproximação com Educomunicação, interativa; permanente construção, necessitando ser atualizados com os aprendizados adquiridos; a última revisão do ProNEA, promovida participativamente pela REBEA e pela ex e última diretoria do MMA e do Órgão Gestor e publicada em 2018, reafirmando, teoricamente, a	Resistência de setores conservadores de direita e de esquerda, esforços, recursos financeiros escassos; generosidade; acolhida das políticas públicas pela sociedade.	Aprender com as experiências das rádios comunitárias “piratas”, dar voz e visibilidade; Coletivo; processo participativo de produção do (ProNEA); (sub)Programa Nacional de Educomunicação Socioambiental e para os de Enraizamento da EA e

	correção e aprovação da mencionada perspectiva.		de Formação de formadoras(es) de EA.
[IS]	Caminho para iniciativas do MMA; mantêm sua atualidade; legitimação; exemplo; ameaçadas no momento, participação popular na defesa do meio ambiente.	NCE/USP atividades para definição das políticas públicas de educação ambiental. VI Simpósio Brasileiro de Educomunicação	Socializar as reflexões e experiências; refletir sobre os desafios que o meio ambiente e sua preservação apresentam para a mídia, para o ensino e práticas das organizações sociais. VI simpósio brasileiro de Educomunicação 2008; apoio do MMA.
Fonte: elaborado pela pesquisadora a partir das respostas do questionário 1.			

A partir das declarações dos pesquisadores responsáveis pela legitimação da Educomunicação na consolidação das políticas pública de educação ambiental do MMA, entendemos que os princípios da Educomunicação destacam-se na escolha dessa *práxis* junto às políticas de educação ambiental do MMA.

No tocante à questão 2, comentamos abaixo os aportes oriundos das respostas de cada um dos colaboradores.

[RT] evidencia valores como democracia, participação, autonomia, protagonismo e emancipação na gestão pública, além de considerar a Educomunicação como meio para garantir o direito à comunicação e o acesso à informação. Observamos, pela fala da pesquisadora, uma referência indireta à gestão da comunicação nos espaços educativos, uma das mais antigas áreas de intervenção identificadas no campo da Educomunicação.

[ES] associa a Educomunicação a um ideal progressista e também referência diálogo e participação cidadã como valores intrínsecos a essa *práxis*.

[PH], nessa mesma linha, cita sociedade inclusiva, justa e democrática. Conceitos de comunicação popular, comunicação participativa, os autores (Paulo) Freire, (Juan Díaz) Bordenave e (Mário) Kaplún.

[MS] fala sobre campo democrático e popular, comprometimento com diálogo e participação, abrindo a possibilidade de aproximação com Educomunicação, interativa.

[IS] entende a Educomunicação como caminho para iniciativas do MMA. (Q2)

Quanto às orientações acerca da Educomunicação Socioambiental, e sua atualidade, presentes nos materiais do PNEA-PRONEA, os pesquisadores entendem que o conceito contribui para a inovação na abordagem da Educação Ambiental e para a possibilidade de mobilização de atores sociais em torno da questão. No entanto, apontam para a necessidade de alerta quanto à conjuntura de retrocesso nas questões ambientais, no âmbito político.

Nesse sentido, [RT] fala em desmonte do MMA e MEC, em particular no que se refere à EA – “uma área que desapareceu”, em suas palavras.

[ES] destaca a importância de se entender o que é a Educomunicação Socioambiental a partir do entendimento do que é formar 180 milhões de educadores ambientais e chama atenção para nomes que compuseram estas articulações como Francisco de Assis.

[MS], também critica o retrocesso de políticas públicas no governo atual. Diz ele:

– “Documentos deste tipo sempre estarão em permanente construção, necessitando ser atualizados com os aprendizados adquiridos passo a passo. No entanto, a ignorância ao Programa e os progressivos retrocessos na sua implantação como uma política pública de estado, promovidos pela equipe governante que nos sucedeu, comandada inicialmente por Carlos Minc e depois por Isabela Teixeira (ainda nos governos Lula e Dilma) e posteriormente pelos ministros de Temer e o golpe final dado pelo desgoverno atual, extinguindo ilegalmente a área de EA do organograma do estado brasileiro, não permitiram avaliar a atualidade de tais orientações. Pode-se mencionar a última revisão do ProNEA, promovida participativamente pela REBEA e pela ex e última diretoria do MMA e do Órgão Gestor e publicada em 2018, reafirmando, teoricamente, a correção e aprovação da mencionada perspectiva.”

O pesquisador chama a atenção para o conceito de Educomunicação Socioambiental: “Por isso, nesse ano, retomamos a Educomunicação Socioambiental como proposta para a Educação Ambiental e para a Agroecologia. É preciso continuar, por isso sigamos”.

As palavras do pesquisador reafirmam a Educomunicação, nas propostas de Educação Ambiental, como um movimento de resistência às formas de opressão e de

possibilidade de continuação de uma atividade de expansão de direitos, ainda que sem respaldo governamental e político.

[IS] também entende que o atual momento político no Brasil é de ameaça às conquistas das políticas públicas ambientais orientadas pelo referencial da Educomunicação, uma vez que “a política governamental implementada a partir de janeiro de 2019, que corre em favor dos interesses da iniciativa privada nos diferentes espaços de preservação, colocando-se em oposto à participação popular na defesa do meio ambiente”, diz ele. No entanto, o pesquisador entende que as orientações ainda inspiram outras políticas públicas brasileiras que não apenas as de âmbito federal.

A pesquisadora [PH], por sua vez, destaca a articulação permanente com as diversas organizações e movimentos sociais que a Educomunicação possibilita e lembra a presença constante de [IS] e [ES] na participação em fóruns, debates, produção de conteúdo, organização de eventos temáticos (Sustentabilidade Ambiental). Ela destaca a criação da REBECA (Rede Brasileira de Educação Ambiental), os conselhos gestores e a promoção das conferências sobre meio ambiente.

Nesse sentido, é importante destacar que os pesquisadores de referenciam mutuamente no processo de vinculação do conceito de Educomunicação às políticas públicas de educação ambiental. Nesse sentido, [PH] afirma:

“Gostaria de ressaltar a presença de uma agenda de formação para educação midiática (educação para comunicação, educação pela comunicação, educação em comunicação), o que aproximou do conceito de Educomunicação Socioambiental. Cabe citar a atuação da [MS] e Francisco de Assis que compunham a equipe do MMA, assim como a presença de [RT] e o *Grupo Gens*, importantes para consolidação do conceito”

Quanto aos mecanismos de ação mencionados, [PH] referenda prática colaborativa, dialógica, justa e democrática. Processo inclusivo, dialógico e cooperativo.

[MS] aponta o sentido de “Educom como” Potencializar os atores nos processos, de trabalho coletivo.

[RT] salienta que presidiu a Câmara Técnica de EA do Conama e a Educomunicação entrou em uma recomendação como política pública de educação ambiental, considerando a PNEA/PRONEA.

[ES] menciona a I Oficina de Comunicação e Educação Ambiental e o momento que o [MS] apresentou a proposta de formar 180 milhões de Educadores Ambientais.

[PH] ainda destacaria a estratégia de trabalho em rede e ênfase na mobilização e participação popular para a promoção da educação ambiental.

[MS] menciona a resistência de setores mais conservadores de direita e de esquerda, dentro e fora do governo, para uma política (PNEA) ao longo de cinco anos conseguimos romper resistências e ter uma equipe de quase 50 técnicos/militantes que se desdobraram em esforços, com pouquíssimos recursos financeiros e contando principalmente com a generosidade do povo brasileiro e de setores de governo e da sociedade, na acolhida das políticas públicas que vinham do governo federal. Segundo ele, “Fomos o setor do governo melhor avaliado por uma pesquisa de opinião feita junto aos delegados da Conferência nacional de Meio Ambiente, em 2005 ou 2006”.

[IS] menciona que, relevante, do ponto de vista do NCE/USP foram os papéis desempenhados: (a) por Eliany Salvatierra, representante do Núcleo, numa série de atividades relacionadas com a definição das políticas públicas de educação ambiental e (b) Pelo VI Simpósio Brasileiro de Educomunicação, que, pela relevância, acabou “adotando o evento como seu”.

Quanto ao papel dos gestores, [RT] destaca o texto publicado sobre Educomunicação no Coletiva; [ES] esclarece que (buscava) formação de jovens; leitura crítica de imagens; trabalho colaborativo; parceria; desejo de sociedade diferente; desejo de contribuir. Já [PH] fala em articular ações dos projetos do NCE para formação no MMA nos âmbitos federal, estadual e municipal. [MS] destaca a necessidade de ouvir o coletivo; saber aprender com as experiências das rádios comunitárias “piratas”, dar voz e visibilidade ao trabalhos de Educomunicação; Coletivamente, acredito que possa ser destacado o processo participativo de produção do Programa Nacional de EA (ProNEA), com destaque para os seus subprogramas, em especial para o (sub)Programa Nacional de Educomunicação Socioambiental e para os de Enraizamento da EA e de Formação de formadoras(es) de EA. [IS] socializar as reflexões e experiências no campo da Educomunicação socioambiental e refletir sobre os desafios que o meio ambiente e sua preservação apresentam para a mídia, para o ensino e para as práticas das organizações sociais. Organizei e coordenei o VI SIMPÓSIO BRASILEIRO DE EDUCOMUNICAÇÃO – 28-30 de out. 2008. Ocorreu no

SESC.SP e contou com o apoio do MMA. Propõe retomar o tema, colocando-o em debate entre comunicadores, educadores e especialistas na área do meio ambiente, num esforço conjunto de um grupo de instituições, unindo universidade, setor público, setor privado e terceiro setor.

6.2.2 Sobre os indicadores da Abordagem Educomunicativa mencionados no Questionário (2)

A Tabela 14 sintetiza os aportes que consideramos mais significativos dentre aqueles obtidos via Questionário (2).

Tabela 14 - Classificação respostas questionário (2) quanto à abordagem educomunicativa			
Identificação	Quanto aos pressupostos éticos e conceituais Questões 3 e 4	Quanto aos mecanismos de ação Questão 2	Quanto ao papel dos gestores Questão 5
[LCG]	Aporte veio do projeto político pedagógico do coletivo memórias do mar, delineado em 2012. Principalmente formação e mobilização, com vistas a tratar do tema gestão socioambiental e valorizar o patrimônio cultural material e imaterial. Processos formativos do memórias do mar, e contatos prévios com a educomunicação desde quando trabalhei em Caravelas (Bahia), onde elaboramos o video É Tudo Mentira, entre outros (2005-2007)	Processo formativo específico que envolveu ciclos de oficinas de capacitação da rede.	Criação de um grupo multi-setorial para gestão ecossistêmica da baía babilonga; criação de plano de governabilidade ecossistêmica que já está em sua segunda edição; criação de redes de ecocidadania locais e uma agenda integrada para o território.
[RGM]	Perspectiva dialógica incentivando os atores locais a expressarem suas visões de mundo; integração de diversas gerações ao projeto; novo conceito de trabalho capaz de integrar a educação formal, informal e não-formal. Os livros de Mario Kaplún e Paulo Freire foram as fontes básicas para a consolidação conceitual. Mas também foram fundamentais os	Estratégia pedagógica transformadora dentro da Agenda de Ecocidadania. Processo formativo evidenciou o potencial de realização comunicativa dos participantes e sugeriu novas maneiras de abordar alunos e voluntários. Ver o território através do olhar de seus colegas habitantes mobilizou o sentimento de comunidade, pois aproximou	A conação (que é a motivação para atuar), fez com que várias pessoas participassem de mais de um momento; criação da expressão coletiva; produtos audiovisuais resultantes dos ciclos; projetos de continuidade desenvolvidos pelos participantes da Agenda

	artigos científicos e relatos de experiência estudados ao longo de 14 anos, desde a graduação em jornalismo até o doutorado em tecnologia educativa.	aqueles que percebiam os mesmos problemas e oportunidades.	Integrada de Ecocidadania entre outros que foram aprovados na região ou solicitados pelo poder público, são outra parte visível dos processos de educomunicação levados a cabo durante o PBA
[FGC]	Não respondeu Questão3. (admitiu não entender a pergunta) Projeto Político Pedagógico do Coletivo Memórias do Mar	Atividades e os vídeos produzidos tiveram grande repercussão.	Estabelecimento do Colegiado Multissetorial denominado Grupo Pró-Babitonga; Estabelecimento de Câmaras Técnicas no GPB; envolvimento de diferentes setores da sociedade com o contexto do Ecossistema Babitonga.
[MMF]	Ações educacionais estiveram presentes principalmente na formação e na mobilização do projeto por meio das oficinas de educomunicação, que trouxeram, de forma objetiva, as principais riquezas deste ramo do conhecimento a todos os envolvidos. Oficinas de educomunicação promovidas pelo PBA.	Comunicação com os participantes e com o público em geral.	A construção participativa das ações previstas no plano de trabalho junto às seis comunidades envolvidas, especialmente a realização da formação continuada em ecocidadania, as pesquisas e a formação do GPB.
[AP]	Formação dos participantes das ações do PBA. Artigos científicos sobre o assunto e as oficinas educacionais promovidas pelo PBA.	Facilitou a comunicação da equipe com os participantes das ações do PBA e facilitou a comunicação sobre as atividades do PBA com o público em geral.	A conclusão, como um todo, do plano de trabalho é o resultado mais significativo desta empreitada.

Fonte: elaborado pela pesquisadora a partir das respostas do questionário 2.

A partir da questão 2 até a questão 5, comentamos abaixo os aportes oriundos das respostas de cada respondente do referido grupo.

[LCG] do PPP coletivo do mar, processo formativo, oficinas de capacitação. [RGM] destacou protagonismo, pertencimento, estratégia pedagógica transformadora, AIE. [FGC] citou a repercussão e o sucesso. [MMF] comentou que a Educomunicação foi fator de melhoria

na comunicação tanto interna quanto para divulgação das ações desenvolvidas pelo PBA. Arthur citou a melhoria nos fluxos da Comunicação.

[LCG] destacou a formação, mobilização, gestão socioambiental, valorização do patrimônio imaterial e material. [RGM] salientou a perspectiva dialógica, incentivo aos atores para expressar visão de mundo, integração Inter geracional, (público entre 11 e 60 anos), facilidade de integração da educação formal, não formal e informal e o potencial comunicativo. [FGC] não respondeu esta questão. [MMF] destacou a Educomunicação como fortalecedor para as ações de formação e mobilização. Para [AP] as ações educacionais estiveram mais presentes durante a formação dos participantes das ações do PBA.

[LCG] e [FGC] tiveram seu primeiro contato com a Educomunicação a partir do PPP do Coletivo Memórias do Mar que participaram anos antes do PBA, Já [AP] e [MMF] conheceram a Educomunicação nas oficinas do PBA e também na leitura de artigos científicos. Já [RGM] aponta seu contato pela leitura de Kaplún, Freire, a faculdade de jornalismo, bem como no desenvolvimento de sua prática e reflexão profissional como professor.

Para [LCG] - criação de um grupo multi-setorial para gestão ecossistêmica da baía Babitonga; criação de plano de governabilidade ecossistêmica que já está em sua segunda edição; criação de redes de Ecocidadania locais e uma agenda integrada para o território; [RGM] descreve satisfação e interesse nos olhos de crianças, jovens e adultos que participaram das atividades. A motivação para atuar, viver processo de criação da expressão coletiva, qualidade dos produtos audiovisuais resultantes dos ciclos, projetos de continuidade desenvolvidos pelos participantes da Agenda Integrada de Ecocidadania, projetos posteriores que foram aprovados na região ou solicitados pelo poder público, são outra parte visível dos processos de Educomunicação levados a cabo durante o PBA.

Para [FGC], o estabelecimento do Colegiado Multi-setorial- (Grupo Pró-Babitonga); Estabelecimento de Câmaras Técnicas no GPB; envolvimento de diferentes setores da sociedade com o contexto do Ecossistema Babitonga. Para [MMF] foi a construção participativa das ações previstas no plano de trabalho junto às seis comunidades envolvidas, especialmente a realização da formação continuada em Ecocidadania, as pesquisas e a formação do GPB. Finalmente [AP] destaca o plano de trabalho como resultado mais significativo desta empreitada.

A partir das respostas do grupo do PBA, entendemos que os princípios da Educomunicação implementa e destacam-se a partir da *práxis* e as estratégias desenvolvidas ao longo do percurso da execução das ações do Projeto Babitonga Ativa, culminando na formação do Grupo Pró-Babitonga, estabelecido em maio de 2017, por meio de processo eleitoral, reunindo atualmente 26 entidades dos segmentos socioambiental, socioeconômico e público dos seis municípios do entorno da Baía Babitonga.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Constatamos que a persistência do paradigma Educomunicação nas políticas públicas de educação ambiental no âmbito da política nacional do meio ambiente foram enraizadas a partir das pesquisas do núcleo de comunicação e educação (NCE) da Universidade de São Paulo no início do século XXI.

Observamos ainda que a Educomunicação Socioambiental se constituiu historicamente no âmbito do Ministério do Meio Ambiente (MMA) como um campo de atuação consolidado para o desenvolvimento de ações educativas em ambientes formais, informais e não-formais, até os dias de hoje nos marcos referenciais e legais que vimos neste trabalho.

Assim, compreendemos que se trata de uma política pública de alcance nacional, que persistiu nas últimas duas décadas e que se evidencia na adoção de pressupostos educacionais apoiando processos formativos em Educação Ambiental (EA), como é o caso do conjunto de atividades promovidas pelo Projeto Babitonga Ativa. A Política Pública Ambiental é o marco estratégico da gestão ambiental e transcende o debate sobre os problemas de preservação ambiental, ou seja, dá pleno enfoque à gestão ambiental.

Ressaltamos que o desenvolvimento de ações na perspectiva do meio ambiente no Brasil, com enfoque no contexto da realidade sócio ambiental e cultural, considerando a abordagem educacional como uma das estratégias, possibilita despertar um olhar crítico sobre a sociedade, mobilizando-a para uma atuação participativa e democrática, contribuindo para auxiliar na conservação dos recursos naturais.

O PBA, ao contrário do que presumíamos ao iniciar esta investigação, não termina em 2018 como havia sido previsto, o impacto de suas atividades atingiu um de seus objetivos, o de compor o Grupo-Pró Babitonga e, a partir daí, criou uma Câmara Técnica de Fiscalização com intuito de promover a discussão e articulação em temas relevantes para a implementação da Política Nacional da Biodiversidade, e é motivo de continuidade de ações extremamente necessárias e urgentes para o ecossistema Babitonga, ameaçado pelas atividades econômicas, ainda longe de uma visão sustentável. Configurando assim, um projeto de mobilização social e participação social capaz de sensibilizar e propor modificar e transformar o lugar onde ocorre, buscando um novo olhar daqueles que habitam a região,

ou seja, uma comunidade capaz de compreender e defender a riqueza natural do seu lugar, mesmo que ainda de forma não tão ampla como desejado.

A ampliação desse processo deve considerar a preocupação constante com os fluxos de comunicação entre todos os atores envolvidos propiciando a consolidação positiva de tais ações e desmistificando discursos sem aprofundamento e conhecimento científico das causas pertinentes ao meio ambiente.

Concluimos que este aspecto, nossa investigação contribui com a possibilidade de elaboração, criação e produção de um conjunto de orientações, em forma de guia prático, com base nas ações do PBA e PRONEA, alinhados com o conceito da Educomunicação Socioambiental pelo que apresentamos aqui como sendo uma abordagem educ comunicativa legítima e eficaz, levando em conta sua origem, os conceitos que a fundamenta, bem como, a trajetória de décadas de estudos e práticas consolidadas no âmbito do NCE-USP.

Do ponto de vista teórico cabe o desenvolvimento de novas e mais aprofundadas reflexões sobre metodologias de pesquisa, no âmbito da Universidade, que dialoguem com a implementação de ações e projetos em comunicação ambiental, a partir das intervenções denominadas oficinas de educomunicação socioambiental, com intuito de difundir políticas de Educação Ambiental no território nacional, desenvolvendo indicadores e métodos para ação de resultados no contexto da educação formal, não-formal e informal.

Consideramos urgente e extremamente necessário o resgate do vínculo entre a Universidade e as políticas públicas para o fortalecimento da ciência no contexto da sociedade, defendemos que é preciso retomar a comunicação junto aos públicos variados e plurais que compõe nosso país, numa perspectiva crítica e educativa, no enfrentamento de políticas e gestões pública e privada, que propõe a minimização da crise ambiental, crise esta, responsável por comprometer os recursos naturais, extinguir espécies da fauna, flora e que ameaça levar ao fim as condições necessárias para a vida humana no planeta.

REFERÊNCIAS

ALVES, Maria Cristina. **Farinheiros e pescadores do interior da ilha de São Francisco do Sul, SC.** 146 f. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – Universidade do Estado de São Paulo, São Paulo, 2003.

APPARICCI, Roberto (org.) **Educomunicação: para além do 2.0.** Tradução Luciano Menezes Reis. São Paulo: Paulinas, 2014. Coleção Educomunicação.

BANDEIRA, Dione da Rocha et al.. **Resultados preliminares da pesquisa no sambaqui sob rocha Casa de Pedra**, São Francisco do Sul, Santa Catarina, Brasil. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas, v. 13, n. 1, p. 207-225, jan.-abr. 2014. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1981.81222018000100012>.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo.** 3ª reimp.da 1ª edição. São Paulo: Edições 70, 2016

BECK, Ulrich. **O que é Globalização?** Equívocos do globalismo: respostas à globalização. Tradução de André Carrone. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

BRAGA, Maria do Socorro Sousa. **Sociedade, instituições públicas e processos políticos.** In **Comunicação organizacional estratégica: aportes conceituais e aplicados.** Org Margarida Maria Krohling Kunsch. São Paulo: Summus, 2016.

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. **Educação ambiental: a formação do sujeito ecológico.** São Paulo: Cortez, 2008.

CASCINO, Fábio. **Educação Ambiental.** Princípios, história, formação de professores. 2. ed. São Paulo: SENAC, 2000.

CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança: Movimentos sociais na era da internet.** São Paulo: Zahar; Edição: 2ª, 2014.

COSTA, Francisco de Assis Moraes (org.). **Educomunicação socioambiental:** comunicação popular e educação. Brasília: MMA, 2008.

CITELLI, Adilson. **Comunicação e educação:** implicações contemporâneas. São Paulo: Paulinas, 2011.

DIAS, Genebaldo Freire. **Educação Ambiental:** princípios e práticas. 5ª ed. São Paulo: Editora Global, 2004.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia.** Saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e terra, 1996.

FURLAN, Sueli. **A Conservação das Florestas Tropicais**, 2.ed, CIDADE: Atual Editora, 2011.

GERHARDINGER L. C. Governabilidade estrutural do subsistema natural do Ecossistema Babitonga (Santa Catarina: Brasil) In: **Revista CEPSUL – Biodiversidade e Conservação Marinha**, 7,2018.

GOHN, Maria da Glória. **Teorias dos movimentos sociais. Paradigmas clássicos e contemporâneos**. 9. ed. São Paulo: Loyola, 2011.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Políticas sociais: acompanhamento e análise**. Brasília: 2017.

JACOBI, Pedro, Educação Ambiental Cidadania e Sustentabilidade. In: **Cadernos de Pesquisa**, n. 118, março/ 2003, p. 189-205. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/n118/16834.pdf>.

KAPLUN, Mario. **Una pedagogía de la comunicación (el comunicador popular)**. La Habana : Editorial Caminos, 2002

KORCZAK, Janusz. **O bom doutor**. São Paulo: Edusp.1998.

LEROY, Jean Pierre. Territórios do futuro: educação, meio ambiente e ação coletiva. Rio de Janeiro: Lamparina. 2010.

LÉVY, Pierre. As Tecnologias da Inteligência: o futuro do pensamento na era da informática, tradução. Carlos Irineu da Costa, 2º ed., Editora 34, Rio de Janeiro – RJ, 1995.

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. **Educação Ambiental Transformadora**. In: **Layrargues, P. P. (Coord.) Identidades da Educação Ambiental Brasileira**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Programa de Educomunicação Socioambiental. Série Documentos Técnicos – 2. Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental. Brasília: MMA, 2005, 31p.

MARTÍN-BARBERO, Jesus. Desafios culturais da comunicação à educação. In: **Comunicação & Educação**, São Paulo, n. 18, p. 51-61, 2000. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/comueduc/article/view/36920>

MENEZES, Débora. **Comunicação e mobilização na gestão participativa de unidades de conservação: o caso da APA da serra da mantiqueira**. Dissertação (Mestrado). Campinas: UNICAMP, 2015.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social: Teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes 2003

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2011.

NASSAR, Paulo. (org.). **Comunicação Empresarial**. Estratégia de organizações vencedoras, v. 1. São Paulo: ABERJE, 2005.

PAULA JUNIOR, Franklin de. **Água e cooperação** reflexões, experiências e alianças em favor da vida In: Sérgio Ribeiro, Vera Catalão, Bené Fonteles. Brasília: Ararazul, Organização para a Paz Mundial, 2014. p. XX-XX.

PBA, Projeto Babitonga Ativa. **Diagnóstico Socioambiental do Ecossistema Babitonga**. Joinville, 2.ed, 2017. Disponível em:<<https://drive.google.com/file/d/1jC3R8SfNreb4KbDg8mHEauLkR0t-Etep/view>> Acessado em 20 de março de 2018 às 13 horas.

_____. **Agenda Integrada de Ecocidadania: Agenda Participativa para a Mobilização e Sensibilização Socioambiental e Cultural no entorno do Ecossistema Babitonga**. São Francisco do Sul: UNIVILLE, 2017a.

PINHEIRO, L. **Etnoictiologia dos trabalhadores do mar**. o caso da baía da Babitonga, São Francisco do Sul. Joinville, 2002.72 f. Monografia (Bacharelado em Ciências Biológicas) - Universidade da Região de Joinville.

SMITH, Mark J. **Manual de Ecologismo**. Rumo à Cidadania Ecológica. Lisboa: Instituto Piaget, 2001

SOARES, Ismar de Oliveira. **Educomunicação: o conceito, o profissional, a aplicação**. Contribuições para a reforma do ensino médio. São Paulo: Paulinas, 2011.

_____. Caminhos da Educomunicação: utopias, confrontações, reconhecimentos. In: Revista Nova, n. 30, Bogotá, 2009, p.194-207.

SORRENTINO, Marcos. Educação Ambiental, Participação e Organizações Ambientalistas. In: **A Terra Gasta, A Questão do Meio Ambiente**. São Paulo: EDUC/Razão Social, 1992, p. XX-XX.

Outras referências

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO, DIVERSIDADE E INCLUSÃO. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica: diversidade e inclusão** / Organizado por Clélia Brandão Alvarenga Craveiro e Simone Medeiros. – Brasília, 2013, 480p.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL. **Parâmetros curriculares nacionais: meio ambiente, saúde** / Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: 128p.

BRASIL. MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Educação Ambiental**. Por um Brasil Sustentável. ProNEA, Marcos Legais e Normativos, 5ª edição, Brasília, 2018.

BRASIL. MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. DIRETORIA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL. **Encontros e caminhos**: formação de educadoras(es) ambientais e coletivos educadores. Organizador: Luiz Antonio Ferraro Junior. Brasília: MMA, 2005, 358p.

BRASIL. MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. PRONEA. Programa Nacional de Educação Ambiental. **Educação ambiental por um Brasil sustentável**. MMA. 2018. Disponível em: https://www.mma.gov.br/images/arquivo/80219/Pronea_final_2.pdf.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, RIO DE JANEIRO, 1992. **Agenda 21**: resumo. Rio de Janeiro: Centro de Informação das Nações Unidas no Brasil – São Paulo: Secretaria de Estado do Meio Ambiente, 1993.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O MEIO AMBIENTE (PNUMA). **Emissions Gap Report** 2019. Disponível em: <https://wedocs.unep.org/bitstream/handle/20.500.11822/30797/EGR2019.pdf?sequence=1&isAllowed=y> Acesso em 10 de setembro de 2019.

ANEXOS

ANEXO A – NOTA DIVULGADA NO SITE DO MMA SOBRE EVENTO COORDENADO PELO NCE

Publicado: Quinta, 23 Outubro 2008 22:00
Última modificação: Quinta, 23 Outubro 2008 22:00

Ministério do

Meio Ambiente

(https://www.mma.gov.br/)

Buscar no portal

[Perguntas frequentes \(/perguntasfrequentes.html\)](/perguntasfrequentes.html) | [Contato \(/contato.html\)](/contato.html) | [Serviços \(/servicos.html\)](/servicos.html) | [Vinculadas \(/vinculadas.html\)](/vinculadas.html) | [Área de imprensa \(/area-de-imprensa.html\)](/area-de-imprensa.html) | [Ouvidoria \(/ouvidoria.html\)](/ouvidoria.html)

PÁGINA INICIAL (/) > INFORMMA (/INFORMMA.HTML) > MMA PROMOVE EM SÃO PAULO VI SIMPÓSIO BRASILEIRO DE EDUCOMUNICAÇÃO

≡ MENU

MMA promove em São Paulo VI Simpósio Brasileiro de Educomunicação

Publicado: Quinta, 23 Outubro 2008 22:00

Última modificação: Quinta, 23 Outubro 2008 22:00

O Departamento de Educação Ambiental da Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental do Ministério do Meio Ambiente, juntamente com o Núcleo de Comunicação e Educação da Universidade de São Paulo e outros parceiros, promove, de 28 a 30 de outubro, no Sesc Vila Mariana, em São Paulo, o VI Simpósio Brasileiro de Educomunicação.

A secretária de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental do MMA, Samyra Crespo, representará o ministro Carlos Minc na abertura do evento, prevista para as 10h. Mais de 650 participantes são esperados nos três dias de debates.

No encontro, o MMA apresentará um documento produzido pelo Departamento de Educação Ambiental com o apoio de 60 especialistas que sistematiza ações e lança propostas para a aplicação do conceito na área socioambiental estimulando políticas públicas.

**ANEXO D – RESPOSTAS NA ÍNTEGRA, DOS QUESTIONÁRIOS ENVIADOS
POR E-MAIL AOS COLABORADORES DO MMA**

Questionário com PESQUISADORES/ gestores Política Nacional de educação Ambiental- MMA					
Identificação	1) Como veio o convite para que você colaborasse na elaboração das políticas públicas na Educação Ambiental?	2) Na sua percepção, por qual motivo a educocomunicação ganhou relevância no momento da elaboração das políticas públicas voltadas para a Educação Ambiental do Ministério do Meio Ambiente (MMA)?	3) Você pode descrever aquele(s) que considera a maior colaboração de sua parte no processo que estamos investigando?	4) Existe algum fato particularmente interessante do qual você se lembra no conteúdo do processo que levou à consolidação do marco legal PNEA-PRONEA?	5) Como você avalia a atualidade das orientações presentes nos materiais da PNEA-PRONEA que se reportam diretamente ao conceito da Educocomunicação Sociocultural?
<p>Nome: Rachel Trajber;</p> <p>Ocupação principal na atualidade: Consultora o projeto Crenas.</p> <p>Educação/Instituição de referência: Centro de Instrumentação e Alertas de Desastres Naturais – Crenas.</p>	<p>Formalmente, eu era parte do Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), que é formado pelos Ministérios do Meio Ambiente – Diretoria de Educação Ambiental/MMA e a Educação Coordenação Geral de Educação Ambiental da Secad/MEC. Então, como coordenadora de Educação Ambiental no MEC de 2001 a 2002 participei da elaboração das políticas públicas de EA. No entanto, tem outras dimensões não tão formais. 1. o Marco Sorrentino e sempre trabalhamos em parceria e atuávamos alinhados na formação das políticas públicas; 2. Trabalhamos com Educocomunicação desde os anos 90, pois atuávamos juntos no Instituto Ecos para a Cidadania; 3. Foi diversas formações com o Prof. Ismar na ECA/USP.</p>	<p>Pela identidade da Educocomunicação com os anseios democráticos, participativos para a promoção da autonomia e da emancipação na gestão da DTEAM/MMA daquele período. O DTEAM considerava que uma política de comunicação deveria se basear no direito à comunicação, no sentido de acesso à informação imediatamente e também a participação na criação e na gestão dos meios de comunicação. Exatamente como a Educocomunicação.</p>	<p>“Texto para a publicação Encontros e caminhos: formação de educadores(s) ambientais e coletivos educadores (2005), chamado “Educomunicação para coletivos educadores” (pg. 149)”. Educocomunicação esteve sempre presente na gestão da CGEA também – Conferências Nacionais Infância-Juvenil, Conselho de Meio Ambiente e Qualidade de Vida (Com-Vida).</p>	<p>Presidi a Câmara Técnica de EA do Conama e a Educocomunicação entrou em uma Recomendação com política pública de educação ambiental, considerando a PNEA/PRONEA</p>	<p>Impossível responder na atual conjuntura política do país, do documento do MMA e MEC, em particular no que se refere à EA – uma área que desapareceu.</p>
<p>Nome: Elany Sabatiera Machado;</p> <p>Ocupação principal na atualidade: Professora do Departamento de Cinema e Vídeo e do Programa de Pós-Graduação em Cinema e Audiovisual na Universidade federal Fluminense – UFF</p> <p>Instituição de referência: UFF, USP e UFPA</p>	<p>Em 2003 participei da Conferência Nacional de Meio Ambiente onde fizemos uma moção indicando uma proposta de comunicação e em 2004 participei da Oficina de Comunicação e Educação Ambiental promovida pelo DEAMMA. Foi na oficina que surgiu a ideia de criar um programa de Comunicação e Educação, posteriormente será nomeado de Educocomunicação Sociocultural.</p>	<p>O Presidente da República era Luiz Inácio Lula da Silva, um progressista. A Ministra Maria Silva, militante das questões ambientais. O Secretário Executivo era Cláudio Langone, ex presidente da UNE. Na Diretoria de Educação Ambiental estava Marcos Sorrentino. Na coordenação geral de Educação Ambiental Rachel Trajber e na técnica Francisca de Assis. Todos progressistas e preocupados com o meio ambiente, com a promoção do diálogo e participação cidadã. A proposta era formar os educadores ambientais, daí a Educocomunicação para contribuir nesse processo de formação.</p>	<p>Fui militante estudante e filiado ao PT no Mato Grosso do Sul, trabalhei com formação política de jovens através de atividades lúdicas, jogos cênicos e ludizados. No coletivo da juventude estavam jovens secundários; jovens das pasturas e jovens do campo ligado ao MST, nesse espaço me formei progressista, socialista. Eu estava na especificação e no orientador era Jorge Jagan, um dos primeiros pioneiros a pensar academicamente a relação Comunicação e Educação. Quando cheguei a São Paulo para continuar estudando a formação desses jovens e achei que uma proposta de Lei, CRIKA da Congressista Hortia seria bom. Como eu era arte-educadora a minha referência era a Mariastela Fouret, professora da Faculdade de Educação e foi ela quem me fez procurar a ECA. Na ECA trabalhei a partir de um texto escrito e o Ismar de Educação Soares, professor do CCA/FEA, o Ismar, em 1996, já pensava o que mais tarde ele nomearia de Educocomunicação. A Patrícia foi quem me recebeu na sala do Ismar, ele era bobista dele e não existia a NCE. Foi ele quem disse que o Ismar estava procurando um(a) bobista. Com o Ismar convenci, da dia a dia inter-relação comunicação e educação e pouco a pouco fui entendendo o que ele pensava sobre o meu trabalho no campo da comunicação. Ele e a Patrícia, como dir o ditador popular, carregávamos a paiz, trabalhávamos para organizar desde a sala, a palestra, simpósios, aulas, etc. Achei que a minha contribuição foi através do trabalho, trabalhávamos muito. Foi Patrícia da Patrícia a vice e vena, acredito na proposta do Ismar e desejei uma sociedade diferente. A minha trajetória foi me formando, foi me apresentando as contradições, as injustiças sociais e o desejo de contribuir pelo crescimento.</p>	<p>A Oficina de Comunicação e Educação Ambiental e o momento que o Marcos Sorrentino apresentou a proposta de formar 180 milhões de Educadores Ambientais.</p>	<p>Considero o programa usado, inovador. Na época poucos compreendiam o que significava a Educocomunicação Sociocultural. Para entender o propósito de Educocomunicação Sociocultural é preciso ter a dimensão de que significava formar 180 milhões de educadores ambientais, só assim é possível compreender a extensão do programa. A participação do Francisco de Assis foi fundamental na elaboração do Programa e na consulta pública do documento. Hoje Luiz Inácio Lula da Silva está preso. Marina apitou a saída do presidente Dilma, o Marcos Sorrentino voltou para a ECA/USP e o Francisco de Assis ficou morto atropelado por uma motoneta que avançou o sinal vermelho. Da última vez que consegui falar com o Francisco ele estava desenganchado. As políticas públicas retrocederam no governo atual. Por isso, nesse ano, retornamos a Educocomunicação Sociocultural como proposta para a Educação Ambiental e para a Agroecologia. É preciso continuar, por isso insistimos.</p>
<p>Patrícia Hortense Compiani</p> <p>Patrícia Hortense Alves</p> <p>Ocupação principal na atualidade: Professora do Curso de Comunicação Social</p> <p>Instituição de referência: Universidade Federal de Sergipe</p>	<p>O convite chegou a mim por intermédio do Núcleo de Comunicação e Educação da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo. Ismar de Oliveira Soares e Elany Sabatiera coordenavam as ações junto ao MMA e acompanhavam o debate sobre Educação Ambiental com a proposição da inclusão do conceito de comunicação na formação de base em projetos do Ministério do Meio Ambiente. Juntamos-me ao grupo para fazer a articulação com os projetos vigentes. Educadentro-esteio e Educadentro. O Olíus da Educação iniciou suas atividades com reuniões de planejamento. Cabe ressaltar que entre os anos de 2001 a 2004, o Educadentro promoveu como um dos seus eixos temáticos o debate sobre Meio Ambiente para as escolas no município de São Paulo. Foram ao longo de 3 anos e meia, 70 polos, reunindo professores, gestores, estudantes e mães/pais vinculados a 455 escolas públicas, para a realização atividades (palestras, debates, produção de peças radiofônicas em diferentes formatos) sobre o tema. Em 2003, ampliamos a agenda para incluir as 70 escolas dos três estados do Centro-Oeste. Portanto, nos anos de 2001-2004, atuamos em aproximadamente 960 escolas.</p>	<p>se compartilharam os mesmos princípios de uma sociedade inclusiva, justa e democrática presentes na Educação Ambiental. No que concerne à atuação do NCE, desde 1998, após o Congresso Internacional, intensificamos as ações do Núcleo em formação de professores: 2001 (Educadentro), 2002 (Educadentro-TV), 2003 (Educadentro-esteio). Em 1998/99, o relatório final da Pesquisa Perfil do Profissional em Comunicação e Educação reintroduziu nos estudos interdisciplinares de Comunicação e Educação o conceito de Educocomunicação, com a perspectiva de intervenção nos processos formativos e práticas pedagógicas a partir de subáreas (educação para comunicação, mediação tecnológica e gestão de processos comunicacionais). O Educadentro. Rádios foi o primeiro projeto do NCE a propor, em seu desdobramento, a articulação destas subáreas em formação de professores. Com a peculiaridade de prever a presença de estudantes como um eixo do processo formativo inclusivo, dialógico e cooperativo. A presença, portanto, discente e de membros da comunidade configurava, não apenas como públicos alvo, e sim como componentes estruturantes da prática educacional para a formação de professores. Notar-se-ia tal prática pelo conceito de comunicação participativa e comunicação popular validados por estudos como Qualis, Ismar, José Dias Rodrigues e Maria Carmo, entre outros.</p>	<p>Minha participação, como integrante do NCE, limitou-se a articular as ações dos projetos então promovidos pelo núcleo nas esferas federal, estadual e municipal com a agenda de formação do MMA.</p>	<p>Destacaria a estratégia de trabalho em rede e inclusive na mobilização e participação popular para a promoção da educação ambiental.</p>	<p>Creio que um fator importante para a sustentação permanente com as diversas organizações e movimentos sociais. Sobre a participação do NCE, a presença constante cabendo reconhecimento dos esforços empreendidos por Ismar e Elany, na participação dos fóruns, debates, produção de conteúdo, organização de eventos temáticos (Sustentabilidade Ambiental). Destaco aqui a criação do RIBECCA (Rede Brasileira de Educação Ambiental), os conselhos gestores e a organização das conferências sobre meio ambiente. Gostaria de ressaltar a presença de uma agenda de formação para educação midiática (educação para comunicação, educação pela comunicação, educação em comunicação), o que aproximou do conceito de Educocomunicação Sociocultural. Cabe citar a atuação do Marcos Sorrentino e Francisco de Assis que culminaram a criação do MMA, assim como a presença de Rachel Trajber e o Grupo Gens, importantes para consolidação do conceito.</p>
<p>Marcos Sorrentino</p>	<p>Fui convidado, no início de 2003, pela recém formada Ministra do Meio Ambiente da República Federativa do Brasil, Maria Silva, para assumir a Diretoria de Educação Ambiental daquele Ministério. Esse convite se deu em função de minha atuação e permanente diálogo com a área, por indicação de pessoas que estavam atuando na área.</p>	<p>Quanto relevância por termos uma equipe de educadores e educadoras ambientais oriundos do campo democrático e popular da EA. Pessoas comprometidas com o diálogo e a participação. Tal perspectiva, de processos educacionais participativos e dialógicos, possibilitou a participação de mais pessoas, situadas neste campo da educocomunicação, da comunicação com finalidade educadora não prescritiva e crítica, mas interativa e potencializadora de todos os envolvidos nos processos de comunicação, para serem envolvidos e incorporados das ideias, propostas, reflexões propostas individuais e coletivamente.</p>	<p>A minha contribuição que posso ter dado, individualmente, foi a de ter exercido o aprendizado de como fazer uma educação com as especificidades e saberes já acumulados pela sociedade brasileira. Ser aprendiz com experiências como as das rádios comunitárias, as antigamente nomeadas “rádios piratas”, fones, painéis, murais e outras de comunicação participativa e de educação popular. E também as experiências acadêmicas de dar visibilidade aos trabalhos de educação, como as desenvolturas em coordenadas pelo professor Ismar. Coletivamente, acredito que possa ter desenvolvido o processo participativo de produção do Programa Nacional de EA (PNEA), com destaque para os seus subprogramas, em especial para o Sub-Programa Nacional de Educocomunicação Sociocultural e para o do Enxaimento da EA e de Formação de formadores(as) de EA.</p>	<p>conservadores de direita e de esquerda, dentro e fora do governo, para uma política (PNEA) que começava a ser ferida do ponto, por meio de um Programa (PNEA) e de projetos, atividades e ações, resultados de uma estratégia de planejamento incremental e articulada, que pretendia e se construiu ao caminhar, junto, com e para a totalidade da sociedade. Como atropelamentos de uma política republicana inferno resistências daqueles e daqueles</p>	<p>permanente constatação, necessitando ser atualizada com os aprendizados adquiridos passo a passo. No entanto, a ignorância ao Programa e os progressivos retrocessos na sua implementação como uma política pública de estado, promovidos pela iniciativa privada nos diferentes espaços de preservação, educando-se em oposição à participação popular na defesa do meio ambiente</p>
<p>Gracia Lopes</p>					
<p>Jose Vicente Freitas</p>					
<p>Francisco de Assis Morán da Costa</p>	<p>Como coordenador do NCE/USP, mantive contato com o funcionário Francisco de Assis do MMA, interessado em documentos sobre o conceito da Educocomunicação. Recolhi convites para participar e intervir em seminários e workshops organizados pela área de Educação Ambiental do Ministério do Meio Ambiente, todos estes eventos, com intervenções, nos encontros realizados em Brasília e em Salvador. Por outro lado, organizado em 2008 um evento nacional sobre o tema, com a presença das principais autoridades e personalidades sobre o assunto (o VI Simpósio Brasileiro de Educocomunicação).</p>	<p>A educocomunicação ganhou relevância a partir do momento em que o MMA identificou – a partir de contatos com NCE/USP, que se iniciam em 2005 – que o novo conceito representava um caminho aberto para o desenvolvimento de iniciativas como os “Coletivos Educadores Ambientais” e as “Conferências infanto-juvenis de meio ambiente”.</p>	<p>A - Índice artigo que saiu em 2007, com o título: Reflexões do Prof Ismar Soares - Educocomunicação https://educadentrodoc.mbgpep.com.br/2007/08/reflexoes-do-prof-ismar-soares.html B- Meu pensamento foi incluído como uma das bases do documento PNEA https://www.academia.edu/28694055/PROGRAMA_NACIONAL_DE_EDUCACAO_AMBIENTAL_E_EDUCOMUNICACAO Organizei e coordenei o VI SIMPÓSIO BRASILEIRO DE EDUCOMUNICAÇÃO – 28-30 de out. 2008. Ocorreu no SESC-SP e contou como o apoio do MMA. A Educocomunicação, enquanto conceito e enquanto prática social, vem ganhando legitimidade, especialmente no Brasil e nos países da América Latina, como uma excelente opção tanto para a melhoria das relações nos espaços comunitários, como para a eficácia dos programas que atuam a nível de estado, como comprovam os resultados de projetos desenvolvidos por universidades (a exemplo dos projetos de formação do NCE/USP), pela mídia (a exemplo do diálogo da Carta Futura com a audiência juvenil), pelo poder público (a exemplo de projetos do MEC, como o “Mídias na Educação”) e de projetos de Secretarias de Educação de estados e municípios como o Educadentro no município de São Paulo) e por ONGs (como vem ocorrendo com a Rede CEP, em todo o Brasil). O campo do meio ambiente tem sido especialmente palco de práticas educacionais empreendedoras, sob inspiração do Sub-programa de Educocomunicação Sociocultural do Ministério do Meio Ambiente.Nesse sentido, o VI Simpósio Brasileiro de Educocomunicação se propõe retomar o tema, colocando-o em debate entre comunicadores, educadores e especialistas na área do meio ambiente, num esforço conjunto de um grupo de instituições, unindo universidade, setor público, setor privado e terceiro setor.O propósito é socializar as reflexões e experiências no campo da educocomunicação sociocultural e refletir sobre os desafios que o meio ambiente e sua preservação apresentam para a mídia, para o ensino e para as práticas das organizações sociais. <- http://imposindocdoc.mbgpep.com.br/ -> Ver também: <- http://www.epm.furcuz.br/portal/epm/informacao/eventos/default/10177 -> <- https://www.yodanet.com.br/contatos/simpósio-brasileiro-de-educocomunicação -></p>	<p>Relevante, do ponto de vista do NCE/USP foram os papéis desempenhados a) por Elany Sabatiera, representante do Núcleo, numa série de atividades relacionadas com a definição das políticas públicas de educação ambiental; b) pelo VI Simpósio Brasileiro de Educocomunicação, que, pela relevância, acabou adiantando o evento como seu, como comprovou a nota publicada no link: <- http://www.mma.gov.br/informacao/5138-mma-promove-em-sao-paulo-vi-simpósio-brasileiro-de-educocomunicação -></p>	<p>As orientações mantêm sua atualidade e imprimem diferentes legislações ambientais em estados e municípios brasileiros. No entanto, encontram-se ameaçadas no momento, levando em conta a política governamental implementada a partir de 2016, com a política pública de estado, promovida pela iniciativa privada nos diferentes espaços de preservação, educando-se em oposição à participação popular na defesa do meio ambiente</p>
<p>Ismar de Oliveira Soares</p>					